REVISTA FORMAÇÃO
INTERSINDICAL Nº 2

SISTEMATIZAÇÃO DO
II CURSO DE FORMAÇÃO DE

DIRIGENTES SINDICAIS

Santos (SP)

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....03
INTRODUÇÃO.....05

PAINEL I . BRASIL SOBERANO: ELEIÇÕES DE 2026 E OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA
COM JOÃO PAULO RILLO E JOSÉ LUÍS FEVEREIRO.....07

PAINEL II . BRICS+ E O PAPEL GEOPOLÍTICO DO BRASIL
COM LUIZ FERNANDO MOCELIN E BRENO ALTMAN.....29

PAINEL III . COMO PENSA E OPERA A NOVA EXTREMA DIREITA
COM TABATA TESSER E RICARDO GALVANESE.....64

PAINEL IV . O PAPEL DOS SINDICATOS EM 2026
COM MANOEL ELÍDIO ROSA (MANÉ GABEIRA) E EDSON CARNEIRO "ÍNDIO".....89

CONCLUSÃO.....102

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o segundo número da Revista de Formação Intersindical. Esta edição é resultado do **II Curso Nacional de Formação de Dirigentes Sindicais**, que ocorreu **em Santos (SP), entre 8 e 10 de outubro de 2025**. O curso foi um esforço conjunto da **Intersindical - Central da Classe Trabalhadora**, por meio de suas entidades filiadas e com a coordenação de sua Secretaria Nacional de Formação, além de sindicatos parceiros. A iniciativa faz parte de um trabalho contínuo para aprimorar a qualificação política, organizativa e estratégica de dirigentes sindicais e de movimentos sociais em todo o Brasil.

A iniciativa responde a uma necessidade concreta colocada pela própria realidade da luta de classes no Brasil contemporâneo. Vivemos um período marcado por transformações geopolíticas, por avanço de projetos autoritários. Nesse contexto, a formação sindical deixa de ser uma atividade acessória e se afirma como uma **tarefa estratégica**, indispensável para elevar o nível de compreensão da conjuntura, fortalecer a organização coletiva e qualificar a intervenção política da classe trabalhadora.

O curso que deu origem a esta revista não foi um evento isolado. Ele se insere em um processo de construção coletiva iniciado ainda nos meses anteriores, a partir de uma demanda concreta apresentada por dirigentes sindicais que identificaram a urgência de qualificar quadros, especialmente aqueles que passaram a assumir novas responsabilidades organizativas, sem que isso significasse abandonar a formação de militantes com trajetória consolidada. Essa combinação entre renovação e experiência orientou todo o desenho político-pedagógico da atividade.

A realização do curso contou com a parceria decisiva de sindicatos que assumiram, na prática, o compromisso com a formação como eixo estruturante da luta sindical. Destacamos o papel do **Sindicato dos Bancários de Santos e Região**, que acolheu o projeto desde sua primeira edição, garantindo não apenas infraestrutura, mas uma abertura política e militante fundamental para o êxito da iniciativa. Reconhecemos, igualmente, a contribuição do **Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco**, do **Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza (SINDIFORT)** e do **Coletivo Bancários na Luta** que participaram da construção e da reflexão coletiva ao longo do processo formativo.

Esta publicação nasce do compromisso de **sistematizar e socializar** os debates realizados durante o curso. Os textos aqui reunidos dialogam diretamente com os conteúdos apresentados nos painéis preservando o caráter político das reflexões e o vínculo com a prática sindical concreta. A revista não pretende encerrar debates, mas oferecer subsídios para que eles se desdobrem nas bases, nos sindicatos, nos coletivos e nos espaços de formação.

É imprescindível registrar o reconhecimento ao esforço coletivo que tornou possível tanto o curso quanto esta revista. Agradecemos à equipe do **Sindicato dos Bancários de Santos e Região**, responsável pelo suporte necessário, às direções sindicais parceiras que garantiram condições materiais e políticas para sua realização; às e aos palestrantes, que compartilharam generosamente seus conhecimentos e experiências; e, sobretudo, às e aos cursistas, que interromperam suas rotinas, reorganizaram suas responsabilidades e se dedicaram integralmente aos três dias de formação, reafirmando que a luta sindical também se constrói no estudo, na reflexão crítica e no debate coletivo.

Em nossa **opinião política** iniciativas como esta reafirmam uma marca histórica da Intersindical: a compreensão de que não há fortalecimento da organização da classe trabalhadora sem formação crítica, sem acúmulo coletivo e sem disposição para enfrentar, de maneira consciente e organizada, os desafios do período. Que esta revista cumpra o papel de instrumento vivo de formação, contribuindo para elevar o nível do debate político e fortalecer a ação sindical nos próximos anos.

São Paulo, dezembro de 2025
Secretaria Nacional de Formação da
Intersindical Central da Classe trabalhadora

INTRODUÇÃO

Esta sistematização dá continuidade ao percurso formativo inaugurado pelo **II Curso Nacional de Formação de Dirigentes Sindicais**, realizado entre **8 e 10 de outubro de 2025**, em **Santos (SP)**, como parte de um esforço da **Intersindical - Central da Classe Trabalhadora** para qualificar a leitura de conjuntura, ampliar o repertório político da militância e fortalecer a capacidade de intervenção sindical diante dos desafios do próximo período. Diferentemente de um simples registro de falas, os textos aqui reunidos buscam preservar o sentido político dos debates, evidenciar suas tensões centrais e estimular novas reflexões nas bases sindicais e nos espaços de formação.

O curso foi organizado a partir de **eixos temáticos articulados**, pensados para dialogar diretamente com as tarefas estratégicas colocadas à classe trabalhadora brasileira: a disputa política em um cenário de instabilidade estrutural, a reorganização do capitalismo em escala global, o avanço da extrema direita e o papel dos sindicatos diante desse cenário. Cada painel cumpriu uma função específica nesse percurso, compondo um mosaico analítico que se propõe a ir além da conjuntura imediata.

O **Painel I - "Brasil soberano: eleições de 2026 e os desafios da classe trabalhadora"** abriu o ciclo de debates com uma reflexão densa sobre a conjuntura em curso. O painel foi coordenado pela Secretária Geral da Intersindical, Nilza Pereira de Almeida, e contou com as exposições de Luís Fevereiro e João Paulo Rillo que situaram as eleições de 2026 não como um evento isolado, mas como parte de um período histórico desafiador, que indica a necessidade de reconstrução de uma coalizão social capaz de enfrentar a extrema direita. O debate abordou temas como o pós-Lula, a desindustrialização, a precarização, a disputa de valores e os limites das respostas tradicionais da esquerda.

Na sequência, o **Painel II - "BRICS+ e o papel geopolítico do Brasil"** deslocou o olhar para o cenário internacional, articulando conjuntura global e soberania nacional. O painel foi coordenado pelo Secretário de Relações Internacionais, Ricardo Saraiva "Big" e contou com as participações de **Luiz Fernando Mocelin** e **Breno Altman**, intervenções que permitiram compreender a crise da ordem unipolar, a centralidade da China na geopolítica atual, o significado estratégico dos BRICS+ e as disputas em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. O painel reforçou a ideia de que não há leitura consistente da realidade brasileira sem situar o país nas disputas geopolíticas contemporâneas e nos conflitos entre imperialismo, soberania e projetos populares.

O **Painel III - "Como pensa e opera a nova extrema direita"** aprofundou a compreensão de um dos principais adversários políticos da classe trabalhadora no presente. O painel foi coordenado por Eneida Koury, da direção do Sindicato dos Bancários de Santos e Região e contou com as exposições de **Tabata Tesser** e **Ricardo Galvanese**, que analisaram os fundamentos ideológicos, culturais e organizativos da extrema direita, destacando o papel da religião, da comunicação, das redes sociais e da disputa simbólica na construção de hegemonia. O painel ofereceu elementos fundamentais para superar leituras simplificadoras e pensar estratégias de enfrentamento político mais eficazes.

A conclusão do percurso formativo foi marcada pelo **Painel IV - "O papel dos sindicatos em 2026"**, que reintroduziu a discussão sobre as responsabilidades históricas do movimento sindical. Coordenado por Eriston Ferreira, Secretário de Defesa do Serviço Público da Intersindical e presidente do SINDIFORT, o painel contou com a participação de **Manoel Elídio Rosa "Mané Gabeira"** e **Edson Carneiro "Índio"** como painelistas. O debate abordou diretamente as dificuldades enfrentadas nas bases, como a crise do sindicalismo tradicional, a crescente fragmentação da classe trabalhadora e a disputa política em um contexto de polarização.

A sistematização incluiu também o debate, com perguntas e comentários realizados por cursistas em cada painel. Esse método visa valorizar a participação e reconhecer o conhecimento das cursistas e dos cursistas, reforçando o entendimento de que todas e todos possuem saberes a serem compartilhados.
A presente revista convida leitores e leitoras a revisitar o debate proposto, encarando-o como um processo em constante desenvolvimento. O objetivo é oferecer subsídios para que dirigentes e militantes possam analisar a realidade de forma crítica e fortalecer a organização sindical.

O material sistematizado destina-se ao compartilhamento com as direções sindicais da Intersindical, visando a disseminação do conhecimento gerado no curso. Adicionalmente, convidamos o público a acessar os vídeos dos painéis disponíveis no canal da Intersindical no Youtube.

DESEJAMOS BONS ESTUDOS!

PAINEL I

BRASIL SOBERANO: ELEIÇÕES DE 2026 E OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA

Realizado na manhã de 8 de outubro de 2025, este painel teve como objetivo central analisar o cenário político e econômico brasileiro às vésperas do ano eleitoral de 2026, destacando seus impactos diretos sobre os direitos, a organização e as perspectivas da classe trabalhadora. A mesa contou com as exposições de **Luís Fevereiro**, *economista, e* **João Paulo Rillo**, *vereador em São José do Rio Preto (PSOL), sob coordenação de* **Nilza Pereira**, *secretária-geral da Intersindical. O debate buscou articular conjuntura econômica, disputa eleitoral e estratégias de resistência sindical, contribuindo para a formação crítica das lideranças diante de um contexto marcado por incertezas políticas e ofensivas contra direitos sociais.*

1. EXPOSIÇÃO DE JOSÉ LUÍS FEVEREIRO

José Luiz Fevereiro é economista e dirigente político com longa trajetória na esquerda brasileira. Iniciou sua militância no final dos anos 1970, participou da direção do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980 e integrou a Direção Nacional e a Executiva Nacional do partido entre 1990 e 1995. Desde a fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), atua como um de seus quadros dirigentes, tendo integrado sua Direção Nacional entre 2007 e 2021. Nascido em Moçambique, vive no Brasil há cinco décadas, com atuação política e intelectual voltada à análise da conjuntura econômica, social e política, das transformações do mundo do trabalho e dos desafios estratégicos da esquerda.

A fala de Luís Fevereiro estrutura-se a partir de uma distinção fundamental para a compreensão da realidade política brasileira: **a diferença entre conjuntura e período político**. Para ele, esse é um ponto decisivo para evitar análises apressadas e leituras excessivamente otimistas ou pessimistas da realidade.

"Conjuntura são os movimentos de curto prazo. Período político é algo mais profundo, ligado à configuração das classes sociais e à hegemonia na sociedade."

Segundo o expositor, é possível – e necessário – reconhecer mudanças recentes de conjuntura sem confundi-las com uma mudança estrutural do período político. Ele lembra que, até meados do ano, o governo Lula encontrava-se acuado, com baixa capacidade de iniciativa e prestígio em queda. A partir de determinados enfrentamentos políticos, como a disputa em torno do IOF, a reação à ofensiva internacional liderada por Donald Trump (Tarifaço) e o debate sobre a isenção do imposto de renda para que ganha até 5 mil reais, houve uma recuperação parcial da iniciativa política do governo e da esquerda. Essa melhora, no entanto, **não significa que o período político tenha mudado**.

"A conjuntura pode melhorar, e melhorou. Mas o período político continua sendo um período difícil, instável e desfavorável."

Para explicar por quê, Fevereiro recua historicamente e situa o início do último grande período político brasileiro no final da ditadura militar e ao longo dos anos 1980. Foi nesse momento que emergiram o novo sindicalismo, a reorganização do movimento operário, a reconstrução dos sindicatos, a criação da CUT, o surgimento do MST e a ampliação do movimento popular. Esse conjunto de forças deu origem a uma **coalizão social liderada pela classe trabalhadora assalariada urbana**, capaz de influenciar decisivamente a Constituinte de 1988 e de sustentar a ascensão do PT como alternativa de poder.

"Foi essa coalizão social que tornou possível a Constituição de 1988 e, mais tarde, a eleição do Lula."

Nos anos 1980, lembra o economista, o Brasil era um país fortemente industrializado. A indústria representava cerca de 29% do PIB e ocupava um lugar central tanto na economia quanto no debate público. As grandes decisões econômicas eram comentadas por dirigentes industriais, figuras conhecidas nacionalmente, que expressavam os interesses de um setor hegemônico da burguesia.

Esse cenário mudou profundamente a partir dos anos 1990. O país passou por um processo de **desindustrialização e reprimarização da economia**, com a perda de peso da indústria e a ascensão de uma nova coalizão dominante formada pelo agronegócio e pelo capital financeiro.

"Hoje, quem comenta a economia na televisão não são mais os capitães da indústria, mas os economistas dos bancos e do mercado financeiro."

Essa mudança estrutural teve impactos diretos sobre o mundo do trabalho. O trabalho industrial, historicamente mais bem remunerado e mais organizado sindicalmente, perdeu espaço. Ao mesmo tempo, o avanço da automação, da robotização e da inteligência artificial reduziu o número de postos industriais e elevou o grau de qualificação exigido.

Fevereiro ilustra essa transformação ao relatar a visita a uma fábrica moderna, silenciosa, altamente tecnológica, onde os trabalhadores são jovens, qualificados e não se reconhecem como "operários" no sentido clássico do termo.

"Tecnicamente são operários. Mas eles não se veem assim. A identidade de classe mudou."

Paralelamente, o setor de serviços tornou-se o principal espaço de inserção do trabalho assalariado, porém com salários mais baixos, menor organização sindical e maior exposição ao assédio e à precarização. Mesmo categorias historicamente fortes, como os bancários, perderam base e influência diante da digitalização e da substituição de postos de trabalho por aplicativos.

Nesse novo cenário, o trabalho com carteira assinada deixou de ser, para amplos setores da juventude, um ideal de futuro. O desejo passou a ser simplesmente "ter um trampo", qualquer forma de renda que permita sobreviver com algum grau de autonomia.

"Hoje, um jovem de 20 anos não sonha com a carteira de trabalho. Ele sonha em ganhar dinheiro de alguma forma."

A expansão do trabalho por conta própria e dos aplicativos é central nessa análise. Pesquisas citadas por Fevereiro mostram que muitos desses trabalhadores **não desejam retornar ao trabalho assalariado tradicional**, que associam a baixos salários, humilhação e perda de controle sobre o tempo. Mesmo com jornadas extensas, o controle da própria agenda aparece como um valor decisivo. Aqui, o expositor chama atenção para um erro recorrente da esquerda: tratar esses trabalhadores exclusivamente como "precarizados".

"Eles não se veem como precarizados. A direita chama de batalhadores – e ganha a disputa simbólica."

Essa disputa de linguagem não é superficial. Para Fevereiro, ela ajuda a explicar por que a extrema direita conseguiu construir uma base social sólida entre setores importantes da classe trabalhadora. Esses trabalhadores, em grande medida, **não enxergam o Estado como garantidor de direitos**, mas como agente de repressão, fiscalização e cobrança.

"Para o camelô, o Estado é o rapa. Para o entregador, é a multa. Para o pequeno comerciante, é a fiscalização."

Foi dialogando com essa percepção concreta que a extrema direita construiu hegemonia entre esses setores, apresentando-se como força antissistema e prometendo "tirar o Estado das costas" das pessoas. Para Fevereiro, o período político aberto com o golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff marca o esgotamento da antiga coalizão social liderada pelo trabalho assalariado urbano. Desde então, o Brasil vive um período de **instabilidade estrutural**, no qual nenhuma força possui hegemonia consolidada.

"A extrema direita só virou alternativa de poder porque entrou na classe trabalhadora."

Diante disso, o expositor aponta duas tarefas centrais para o campo progressista. A primeira, imediata, é **impedir o retorno da extrema direita ao controle do Estado**, o que passa, concretamente, pela reeleição de Lula em 2026. A segunda, estratégica, é mais complexa e duradoura: **reconstruir uma nova coalizão social**, capaz de disputar hegemonia nesse novo mundo do trabalho.

Essa nova coalizão, segundo ele, será mais plural, incorporando trabalhadores fora da CLT, trabalhadores de aplicativos, movimentos territoriais, movimento negro, mulheres, população LGBTQIA+ e novas formas de organização coletiva, inclusive formas não tradicionais de sindicalismo.

"As velhas respostas já não dão conta. A base social mudou."

Encerrando sua fala, Luís Fevereiro reforça que compreender essas transformações não é um exercício acadêmico, mas uma condição para a sobrevivência política da esquerda. Sem reorganizar sua base social e sem disputar os novos sujeitos do mundo do trabalho, o país seguirá preso a ciclos recorrentes de instabilidade e ao risco permanente da extrema direita retornar ao poder.

Assista no YouTube: *José Luis Fevereiro - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

2. EXPOSIÇÃO DE JOÃO PAULO RILLO

João Paulo Rillo é vereador em São José do Rio Preto (SP), com trajetória marcada pela atuação parlamentar e militante em defesa dos direitos sociais, da cultura e do serviço público. Foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) por 25 anos, exercendo mandatos legislativos municipais e estaduais, incluindo passagem pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 2018, ingressou no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sua atuação política combina a experiência institucional com forte inserção territorial, destacando-se pela forte ligação com as expressões da cultura popular e comunitária

A intervenção de João Paulo Rillo dialoga diretamente com a análise apresentada por Luís Fevereiro, mas parte de um **lugar específico e complementar**: a experiência concreta do território e da atuação institucional cotidiana. Sua fala busca demonstrar como as grandes transformações do mundo do trabalho e da política se materializam, de forma muitas vezes brutal, na vida real dos trabalhadores trabalhadoras. Logo no início, Rillo chama atenção para um processo que, segundo ele, foi **negligenciado pela esquerda e pelo sindicalismo progressista**: a terceirização e a precarização do trabalho no setor público.

"Nós negligenciamos a precarização da classe trabalhadora. E estamos pagando caro por isso."

Ele relembra sua primeira passagem pela Câmara Municipal de São José do Rio Preto, em 2005, quando a terceirização ainda atingia cerca de 10% dos servidores. À época, alertou sindicatos parceiros sobre a gravidade do processo e a vulnerabilidade desses trabalhadores, que não podiam se sindicalizar adequadamente e ficavam à mercê de sindicatos cartoriais ou fantasmas. A resposta, tanto da administração pública quanto do sindicalismo, foi a mesma: o poder público "contrata serviços, não pessoas". O resultado dessa postura, segundo Rillo, é hoje visível e alarmante. Atualmente, mais de **50% dos trabalhadores que prestam serviços públicos no município são terceirizados**.

"É um verdadeiro show de horrores. Salário de miséria, calote garantido e humilhação cotidiana."

Ele descreve um padrão recorrente: empresas que deixam de recolher FGTS, fraudam férias, descumprem direitos básicos e, ao final do contrato, simplesmente desaparecem. Para continuar trabalhando, o trabalhador precisa aceitar um novo contrato emergencial, abrindo mão de todos os direitos acumulados anteriormente. Para Rillo, trata-se de uma das formas mais cruéis de exploração contemporânea. Esse modelo, afirma, torna-se ainda mais perverso quando articulado às chamadas organizações sociais (OSs) e ONGs, muitas vezes ligadas a parlamentares locais. Além de explorar o trabalhador, o sistema de terceirização converte-se em **instrumento de controle político e eleitoral**, baseado em indicações, favores e abandono posterior.

"Além de sugar o trabalhador, esse modelo serve para arregimentar base eleitoral."

A partir dessa experiência concreta, Rillo amplia a análise e reflete sobre os caminhos da esquerda institucional, em especial do Partido dos Trabalhadores. Militante do PT por 25 anos, ele identifica no início do primeiro governo Lula, em 2003, um marco de mudança estrutural na estratégia do partido. Segundo sua

avaliação, o PT apostou de forma quase exclusiva na institucionalidade, abandonando progressivamente as ruas, a mobilização e a politização do processo político. Essa escolha, ainda que compreensível no contexto da correlação de forças, teve consequências profundas.

"O governo melhorou muito a vida das pessoas, mas tratou o cidadão como cliente, não como sujeito político."

Rillo utiliza a metáfora do cliente para explicar o problema: quando a relação é apenas de consumo, não se constrói identidade, pertencimento nem disposição para defender um projeto político nos momentos de crise. Sem politização e sem conflito, não há base social organizada capaz de sustentar um governo diante de ataques mais duros. Essa fragilidade, segundo ele, ajuda a explicar por que o governo Dilma Rousseff não resistiu ao golpe parlamentar, apesar de não haver crime de responsabilidade. A crise econômica existia, mas o fator decisivo foi a ausência de sustentação social ativa.

"As pessoas perceberam que aquilo que melhorou suas vidas era insuficiente. Cadê a mudança estrutural?"

Ao analisar o atual governo Lula, Rillo reconhece diferenças conjunturais importantes, mas aponta a repetição de uma lógica semelhante: baixa politização, pouco enfrentamento e excesso de compromissos com o Centrão sem tensionamento.

Ele afirma não ser contrário aos compromissos e acordos em si – afinal, não há maioria social nem ruptura revolucionária em curso –, mas critica a ausência de disputa política aberta.

"Nunca foi proibido politizar o processo. E nós não politizamos."

O vereador projeta, então, um cenário preocupante para o período pós-2026. Mesmo com a provável reeleição de Lula, ele avalia que a extrema direita tende a se manter forte – ou até se fortalecer – nos parlamentos, nos governos estaduais e no Senado. A eleição presidencial, portanto, não significará uma vitória política estratégica.

"Nós podemos ganhar a eleição. Mas isso não significa que a extrema direita vai sair enfraquecida."

Para Rillo, o dia seguinte à eleição de 2026 marcará o início de um novo ciclo histórico: **Lula não estará mais na cédula eleitoral**. Isso impõe à esquerda o desafio de pensar sua reorganização sem a principal liderança carismática e eleitoral das últimas décadas.

"Como será a esquerda no pós-Lula?"

Nesse contexto, Rillo faz uma provocação direta: a necessidade de construir, desde já, uma **frente ampla progressista**, envolvendo partidos de esquerda, centro-esquerda, movimentos sociais e o movimento sindical. Ele defende, inclusive, a ideia de federações partidárias como instrumento para enfrentar a fragmentação do campo progressista, especialmente nas eleições municipais. A partir de sua experiência no interior de São Paulo – em uma cidade onde Jair Bolsonaro obteve ampla maioria eleitoral –, Rillo reforça a importância da unidade nas ruas, nas manifestações e nas disputas territoriais.

"Quando todo o campo progressista vai junto para a rua, o impacto é completamente diferente."

Outro ponto central de sua fala é a defesa da luta institucional como parte legítima da estratégia da esquerda. Ele critica o desprezo ao parlamento e aos mandatos, afirmando que o problema não é ter mandato, mas sim **ter mandato descolado da luta social**.

"O problema não é o mandato. O problema é o mandato pelego."

Rillo relata sua saída do PT e sua experiência na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde se sentia sufocado por uma lógica permanente de conciliação e encenação política. Para ele, a ausência de enfrentamento real ao poder conservador contribuiu para o fortalecimento da direita no estado. Ao final, o vereador retorna ao tema da reconstrução da base social da esquerda, dialogando diretamente com a análise de Fevereiro. Ele relata uma experiência concreta de reorganização territorial por meio da cultura: a criação de um Centro Cultural Vasco, em São José do Rio Preto, que se tornou referência do campo progressista local, articulando arte, festas populares, futebol de várzea e convivência comunitária.

"A disputa de hegemonia também passa pela cultura e pela vida cotidiana."

Rillo sustenta que a reconstrução do campo progressista exigirá mais generosidade política, menos sectarismo e maior capacidade de diálogo com a vida real das pessoas. Sem isso, o enfrentamento à extrema direita tende a se tornar cada vez mais difícil. Encerrando sua intervenção, ele deixa uma provocação aberta aos participantes do curso: como organizar a esquerda e o movimento sindical no cenário pós-Lula? Como dialogar com a nova classe trabalhadora? E como construir unidade em um campo historicamente fragmentado?

"Para além do Lula, o campo progressista ainda está em construção."

Assista no YouTube: *João Paulo Rillo - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

3. SISTEMATIZAÇÃO
DO DEBATE DO PAINEL I

O Painel I foi coordenado pela Secretária-Geral da Intersindical, **Nilza Pereira de Almeida**, *que realizou uma primeira exposição do debate, posicionado a leitura da central sobre o momento atual. Abaixo, encontram-se as sínteses das contribuições dos/as participantes do curso para o Painel.*

3.1. Nilza Pereira de Almeida. Secretária-Geral da Intersindical e do Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco

Nilza Pereira de Almeida partiu da análise apresentada por Luís Fevereiro para destacar um efeito colateral grave do processo de retirada do Estado da vida cotidiana de parcelas da classe trabalhadora. Segundo ela, quando o Estado passa a ser percebido apenas como instância repressiva ou cobradora de impostos, abre-se um vazio que foi ocupado por organizações criminosas. Essas organizações não apenas disputam territórios e economias ilegais, mas também avançaram sobre estruturas do próprio Estado, formando quadros jurídicos, influenciando meios de comunicação e exercendo controle social por meio da violência e da intimidação.

Nilza enfatizou que esse fenômeno representa um desafio adicional para a esquerda, que não disputa apenas projetos de Estado – protetor ou repressivo –, mas também a ideia de liberdade e de bem-viver frente a grupos que oferecem uma falsa proteção baseada no medo e na economia do crime. Citou o exemplo do Porto de Santos, apontado por dados oficiais como espaço de forte atuação do crime organizado, para ilustrar a dimensão estrutural do problema.

A partir da fala de João Paulo Rillo, Nilza abordou a precarização do trabalho terceirizado, destacando que se trata de uma forma específica de precariedade: trabalhadores com carteira assinada, mas com salários baixos, alta instabilidade e risco permanente de perda de direitos. Utilizou o caso da empresa Natura como exemplo, onde trabalhadores terceirizados com até 20 anos de vínculo foram obrigados a abrir mão de direitos ou transferidos sem qualquer assistência após a troca da empresa prestadora de serviços.

Ela ampliou a reflexão para os trabalhadores informais, plataformizados e por conta própria, identificados como parte da nova classe trabalhadora com a qual o movimento sindical precisa dialogar, compreender e acompanhar. Destacou positivamente a atuação da Intersindical no apoio às mobilizações de trabalhadores de aplicativos, ressaltando o uso da estrutura sindical como espaço de acolhimento, apoio material e organização.

Nilza concluiu defendendo que a Intersindical deve seguir aberta a todas as formas de trabalho baseadas na venda da força de trabalho, compreendendo novas formas de organização e mantendo uma postura combativa, sem perder de vista a perspectiva estratégica de transformação social.

3.2 . Ricardo "Big" Saraiva . Secretário de Relações Internacionais da Intersindical e do SEEB - Santos

Ricardo Saraiva, o Big, iniciou sua intervenção reafirmando que as exposições de Luís Fevereiro e João Paulo Rillo expressam o centro do pensamento político da Intersindical, razão pela qual ambos foram escolhidos para compor mesa de conjuntura. A partir da fala de Fevereiro, destacou a importância de o governo Lula assumir a disputa política de forma aberta, mesmo correndo riscos. Segundo ele, a ausência de enfrentamento enfraquece a identidade do governo e gera indefinição sobre o projeto que está sendo defendido. Avaliou positivamente a mudança recente de postura de Lula, que passou a enfrentar politicamente seus adversários, e defendeu que esse caminho seja mantido.

Em diálogo com a intervenção de Rillo, Big ressaltou a centralidade do debate sobre o pós-Lula, afirmando que essa construção precisa começar desde já, pois o cenário futuro não está dado. Defendeu que a unidade do campo progressista não pode se restringir ao plano virtual ou discursivo, devendo se expressar em instrumentos concretos, como as federações partidárias. Utilizou o exemplo das eleições municipais para demonstrar que a fragmentação da esquerda resultou em perda de representação, enquanto uma federação poderia ter ampliado significativamente o número de vereadores eleitos.

Big enfatizou ainda a necessidade de firmeza política no próximo período, combinando mobilização nas ruas com atuação institucional. Alertou para o risco de concentrar as críticas apenas no governo Lula, quando o principal adversário é um Congresso cada vez mais conservador. Defendeu que a tarefa estratégica envolve não apenas a reeleição de Lula, mas também a ampliação das bancadas de deputados, senadores e governos estaduais, como condição para aproximar o projeto político dos trabalhadores.

Por fim, destacou a importância dos cursos de formação como espaços de diálogo com a nova classe trabalhadora, ressaltando que esses trabalhadores devem ser apoiados, mas que a direção de seus movimentos deve ser respeitada. Concluiu afirmando que esse é o caminho para construir uma alternativa dos trabalhadores, sem perder de vista a perspectiva estratégica de transformação socialista.

3.3 . Eriston Ferreira . Secretário de Defesa do Serviços Públicos da Intersindical e presidente do SINDIFORT- Fortaleza/CE

Eriston Ferreira iniciou sua intervenção destacando o impacto positivo do início do curso, ressaltando seu caráter formativo e transformador. Parabenizou as exposições de Luís Fevereiro e João Paulo Rillo e afirmou que a principal importância de um curso como esse é provocar mudanças internas, levando os participantes a saírem transformados, inclusive a partir das contradições vividas individualmente pelos dirigentes sindicais.

A partir da fala de Fevereiro, Eriston enfatizou a necessidade de o sindicalismo repensar referências históricas consolidadas, em especial a centralidade exclusiva da CLT como horizonte único de proteção social. Defendeu que a geração que protagonizou as lutas sindicais das décadas de 1980 e 1990 precisa reconhecer que determinadas transformações no mundo do trabalho não têm retorno e que insistir em respostas do passado pode impedir a inovação política. Nesse sentido, destacou a importância de refletir sobre uma nova arquitetura do direito trabalhista, capaz de dialogar com a realidade atual da classe trabalhadora.

Eriston levantou duas questões centrais para o debate. A primeira diz respeito ao crescimento de uma classe média rentista, formada por pessoas que passam a enxergar no mercado financeiro – fundos imobiliários, ações e investimentos – uma alternativa ao trabalho produtivo, projetando aposentadorias precoces. Questionou como esse fenômeno deve ser compreendido no marco da análise econômica e política da classe trabalhadora.

A segunda questão refere-se ao papel das igrejas neopentecostais como espaços de formação, socialização e disputa política, que vêm exercendo forte influência no cenário nacional, especialmente entre os setores populares.

Em diálogo com a exposição de Rillo, Eriston aprofundou a reflexão sobre o pós-Lula. Argumentou que a política brasileira está fortemente marcada pela figura do "herói", construída ao longo de décadas, como ocorreu com Lula no campo progressista e com Bolsonaro no campo da extrema direita. Destacou que, mesmo após o fim da possibilidade de novas candidaturas de ambos, permanecerão o lulismo e o bolsonarismo como forças políticas e ideológicas.

Nesse sentido, questionou quem está, de fato, pensando estrategicamente esse futuro e alertou para a necessidade de planejamento coletivo, organizado e consciente desse novo período histórico.

Por fim, Eriston defendeu que, em um eventual último mandato, Lula deveria assumir de forma mais explícita o enfrentamento ao capital, sem ambiguidades, como forma de consolidar um legado político capaz de sustentar o campo progressista após sua saída da cena eleitoral. Concluiu afirmando que esse posicionamento poderia fortalecer as ideias e a energia política necessárias para a continuidade do projeto de transformação social.

3.4 . Augusto Monteiro . Secretário Geral da Intersindical Ceará e da Direção do SINDIFORT- Fortaleza/CE

Augusto Monteiro estruturou sua intervenção a partir da reflexão sobre as **tarefas e desafios do movimento sindical** no curto, médio e longo prazo. Em diálogo com a exposição de Luís Fevereiro, destacou como tarefa imediata a **reeleição do presidente Lula**, entendida como condição necessária para impedir o retorno da extrema direita ao comando do Poder Executivo. Ao mesmo tempo, ressaltou que essa tarefa não pode ser dissociada dos desafios estratégicos de médio e longo prazo, especialmente a **organização da base social da classe trabalhadora**, incluindo os novos trabalhadores e trabalhadoras em condições precárias.

Augusto defendeu que o movimento sindical precisa ampliar sua atuação para além das categorias tradicionais, disputando as bases sociais hoje influenciadas pela extrema direita. Como dirigente de sindicato de servidores públicos, enfatizou a necessidade de maior aproximação entre sindicatos do setor público, movimentos sociais e organizações que atuam junto aos trabalhadores precarizados, "batalhadores", trabalhadores da periferia, do campo e da cidade, empregados, desempregados ou informais. Para ele, todos compartilham a mesma condição estrutural de exploração pelo capital, o que exige unidade na luta de classes.
Ao relatar a experiência concreta de Fortaleza, Augusto evidenciou as **contradições vividas nas bases sindicais**. Destacou que a extrema direita esteve muito próxima de vencer a eleição municipal na única capital governada pelo PT, tendo obtido expressiva vantagem no primeiro turno. Apontou ainda os impactos negativos do ajuste fiscal implementado pelo governo municipal petista, aprovado em regime de urgência e sem debate com os sindicatos, o que gerou forte desgaste junto aos servidores públicos. Segundo ele, medidas como essa colocam os dirigentes sindicais em situação de cobrança direta pelas bases, tensionando o discurso em defesa da reeleição de Lula.

Augusto ressaltou que essas contradições exigem cuidado especial com a **narrativa política** junto às bases, de modo a enfrentar o descontentamento sem abrir espaço para o avanço da extrema direita. Por fim, incorporou ao debate a questão do papel das **igrejas pentecostais e neopentecostais**, destacando sua intensa atuação militante nas periferias e junto aos trabalhadores fora da CLT e dos aplicativos. Observou que, enquanto muitas organizações sociais enfrentam dificuldades de mobilização, essas igrejas permanecem cheias e atuam, em grande parte, alinhadas ao discurso da extrema direita, o que representa um desafio estratégico adicional para o movimento sindical e popular.

3.5 . Manoel Elídio Rosa "Mané Gabeira" . Secretário Nacional de Finanças da Intersindical e da Direção da CONTRAF

Mané Gabeira iniciou sua intervenção dialogando diretamente com as exposições de Luís Fevereiro e João Paulo Rillo para afirmar que a esquerda tem **perdido apoio social** porque, ao conquistar governos e espaços institucionais, **entrega pouco diante do sofrimento concreto da maioria da população**. Para ele, a realidade vivida pelos trabalhadores é de aprofundamento das dificuldades materiais, o que contribui para o distanciamento entre governos progressistas e suas bases sociais.

Destacou que a Intersindical já havia diagnosticado, em documentos internos, que a sociedade brasileira

se encontra em um **cenário de polarização**, no qual não há espaço para ambiguidades. Nesse contexto, defendeu que a esquerda e o movimento sindical precisam assumir claramente suas bandeiras e ir à luta de forma permanente. Segundo ele, quem atua no movimento sindical não pode esperar períodos de tranquilidade: a conjuntura exige enfrentamento contínuo, mobilização e disposição para o conflito político.

Mané Gabeira criticou a ideia de que qualquer partido ou central sindical detenha um **monopólio da representação da classe trabalhadora**. Relatou a experiência do 1º de Maio, quando setores da Intersindical decidiram se somar às mobilizações em defesa do fim da jornada 6×1, mesmo sem o apoio de grandes centrais. Para ele, a legitimidade política está em quem compreende o sofrimento dos trabalhadores e assume suas pautas, e não em estruturas consolidadas. Recordou que o próprio PT surgiu rompendo com práticas anteriores e enfrentando o peleguismo sindical, o que deve servir de referência para o presente. A partir de sua circulação por diferentes regiões do país, Mané Gabeira alertou para o processo acelerado de centralização do capital, que tem provocado o fechamento massivo de comércios e o aumento do desemprego, inclusive em regiões ligadas ao agronegócio. Citou dados empíricos de cidades como São Paulo, Vitória e Campo Grande, onde parcelas significativas do comércio local já fecharam as portas. Para ele, esse processo tende a intensificar a crise social, ampliando o desemprego e a exclusão, sem que o capitalismo ofereça alternativas para absorver essa população.

Diante desse cenário, defendeu que cabe à esquerda formular propostas capazes de enfrentar essa radicalização da crise e organizar os trabalhadores em torno de um projeto alternativo de sociedade. Ressaltou que a militância de esquerda não deve ter vergonha de assumir sua identidade política. Para Mané Gabeira, ser de esquerda significa afirmar que o capitalismo é o inimigo, defender a organização coletiva e lutar por uma nova sociedade. Concluiu afirmando que apoiar o governo Lula não pode significar abdicar das bandeiras históricas dos trabalhadores, pois é justamente a defesa dessas bandeiras que orienta o caminho político da Intersindical.

3.6 . Givanildo Oliveira . Direção do Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco

Givanildo iniciou sua intervenção apresentando-se como dirigente do Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco e destacando a importância do espaço formativo proporcionado pelo curso. Afirmou sentir-se representado pela Intersindical e valorizou a trajetória coletiva da central, recordando o processo de sua construção, os debates iniciais sobre sua criação, a consolidação ao longo dos anos e o papel desempenhado no enfrentamento ao bolsonarismo. Para ele, essa caminhada demonstra que o esforço organizativo vale a pena e precisa ser reconhecido como parte de um processo histórico mais amplo.

Em diálogo com as falas de Luís Fevereiro, João Paulo Rillo e Manoel Elídio Rosa, Givanildo enfatizou a necessidade de **traduzir politicamente o que significa "ser de esquerda"** para a classe trabalhadora.

Observou que muitos trabalhadores mantêm uma relação positiva com os sindicatos, mas não compreendem o projeto político da esquerda, especialmente quando esse projeto entra em choque com referências religiosas conservadoras. Alertou que, em determinados contextos, a esquerda é apresentada como inimiga da fé, o que exige cuidado na linguagem e na forma de comunicação.

Destacou a importância da disputa simbólica e da escolha das palavras, retomando o exemplo citado no debate entre "precarizado" e "dedicado", para mostrar como a direita consegue dialogar melhor com a autoestima dos trabalhadores. Também concordou com a reflexão sobre a centralidade da cultura e da presença cotidiana nos territórios, ressaltando que a identidade política não se constrói na véspera das eleições. Criticou práticas eleitorais oportunistas e defendeu a criação de espaços permanentes de convivência e debate, como centros culturais, capazes de fortalecer vínculos e produzir pertencimento.

Givanildo ressaltou que a construção da identidade política é um **processo longo**, como ocorreu na ascensão do PT, da CUT e das Comunidades Eclesiais de Base, ao longo de décadas de trabalho durante a ditadura. Defendeu a necessidade de desenvolver uma "paciência revolucionária", reconhecendo que muitas transformações não produzem resultados imediatos e que seus frutos podem ser colhidos por gerações futuras.

Abordou ainda a questão da terceirização, defendendo que o movimento sindical deve adotar uma linguagem inclusiva, afirmando a igualdade de direitos entre trabalhadores, em vez de discursos que possam ser interpretados como rejeição às únicas formas de inserção no trabalho disponíveis para muitos. Por fim, refletiu sobre a relação entre fé, cultura e luta sindical, alertando para a instrumentalização religiosa que desestimula a organização coletiva. Concluiu afirmando que a disputa política exige reflexão profunda, sensibilidade cultural e disposição para construir processos de longo prazo, sem pressa e sem perder a perspectiva histórica da transformação social.

3.7 . Fábio Melo . Sindicato dos Petroleiros da Baixada Santista / SP

Fábio Melo iniciou sua intervenção destacando a importância dos espaços de formação política e troca coletiva, especialmente para dirigentes sindicais que, muitas vezes, estão imersos nas tarefas cotidianas, como campanhas salariais e negociações coletivas. Relatou que sua participação no curso ocorreu em meio a uma intensa campanha de Acordo Coletivo de Trabalho dos petroleiros, o que reforçou, segundo ele, o valor estratégico de momentos como aquele para reflexão, escuta e elaboração política.

Ao dialogar com as falas da mesa, Fábio chamou atenção para um fenômeno simbólico relevante: trabalhadores terceirizados e contratados frequentemente se autodenominam "colaboradores", mesmo vivendo situações de extrema precariedade, como calotes recorrentes, ausência de verbas rescisórias e judicialização permanente das relações de trabalho. Para ele, esse deslocamento de identidade expressa um desafio profundo para o movimento sindical, que precisa compreender e enfrentar as formas contemporâneas de pertencimento construídas no mundo do trabalho.

Fábio aprofundou o debate sobre a representação sindical dos trabalhadores contratados e terceirizados, afirmando que existe um amplo contingente de trabalhadores que permanece em um **limbo de representação**. Citou exemplos concretos, como profissionais administrativos, enfermeiras e trabalhadoras de apoio que atuam no setor petroleiro, mas não são representadas nem pelos sindicatos da construção civil, nem pelos metalúrgicos, tampouco pelos próprios petroleiros. Defendeu que os sindicatos precisam assumir a responsabilidade de acolher e representar esses trabalhadores, oferecendo orientação e defesa efetiva de seus direitos.

No campo político-eleitoral, Fábio reafirmou a centralidade do desafio imediato da reeleição do presidente Lula, entendida como uma tarefa inadiável para a organização da classe trabalhadora. Ao mesmo

tempo, destacou a necessidade de avançar na organização política e institucional da esquerda, superando a lógica de mera resistência. Manifestou concordância com as reflexões sobre os limites do PT e relatou experiências concretas da região da Baixada Santista, como o caso de Cubatão, cidade onde Lula foi amplamente vitorioso, mas que acabou sendo abandonada pela esquerda no processo eleitoral municipal.

Fábio criticou a falta de estratégia eleitoral em cidades-chave e alertou para o risco de a esquerda continuar abrindo mão de espaços institucionais relevantes, o que resulta em baixa representação nos parlamentos e governos locais. Defendeu que as eleições devem ser compreendidas como um **mecanismo de disputa política**, e não como um ritual ocasional. Concluiu afirmando que é hora de a esquerda avançar, se organizar de forma mais estratégica e disputar poder, deixando de atuar apenas na defensiva e assumindo uma postura propositiva e ofensiva na luta política.

3.8 . Sil Rosa . Dirigente do SINDUTE- Belo Horizonte/MG

Sil Rosa iniciou sua intervenção afirmando solidariedade à luta do povo palestino, apresentada como exemplo de resistência cotidiana ao imperialismo e ao grande capital. A partir dessa referência, destacou que o debate proposto pela mesa exige um **reposicionamento conceitual da esquerda**, especialmente diante da forma como a extrema direita tem se apropriado de valores, símbolos e discursos para disputar a consciência dos setores mais excluídos da sociedade.

Ela ressaltou que essa disputa só pode ser enfrentada por meio de uma **educação popular enraizada no cotidiano**, capaz de dialogar com as pessoas onde elas vivem, trabalham e constroem seus vínculos. Para Sil, é fundamental que a militância permaneça na base, promovendo espaços de encontro, convivência e pertencimento – nos bairros, nas ruas, nos corpos e nos territórios – compreendidos como espaços políticos e simbólicos fundamentais.

Sil alertou que as igrejas, especialmente as neopentecostais, deixaram de ser apenas espaços de espiritualidade e passaram a atuar de forma organizada na disputa econômica, midiática e política, o que ela definiu como a disputa pelo "quarto poder". Destacou que essas instituições possuem redes empresariais, meios de comunicação e forte capilaridade social, entrando cotidianamente nas casas das pessoas. Segundo ela, enfrentar essa realidade exige que a esquerda também dispute o campo da comunicação e da formação de opinião, de maneira mais explícita e organizada.

No plano político, Sil defendeu a necessidade de disputar o Estado por meio das eleições, sem abrir mão do **projeto socialista**. Para ela, a luta institucional deve caminhar junto com a mobilização social e a organização popular nos territórios. Manifestou preocupação com as próximas eleições, sobretudo diante de um parlamento que classificou como profundamente conservador e marcado por práticas exploratórias, inclusive contra crianças e trabalhadores.

Sil enfatizou ainda o papel central da juventude, destacando que os jovens têm ocupado as ruas e protagonizado enfrentamentos importantes.

Ao mesmo tempo, alertou para o agravamento de diversos "apagões" – não apenas na educação, mas também em outros serviços públicos – e para o impacto da violência estrutural sobre a juventude negra e indígena, que tem sido sistematicamente vitimada por um Estado brutal.

Por fim, trouxe a experiência de Minas Gerais para ilustrar os desafios concretos enfrentados na educação pública, como a expansão das parcerias público-privadas (PPPs) e a ofensiva do governo Zema contra o movimento sindical, em especial contra o SINDUTE-MG. Sil concluiu defendendo a centralidade da **construção de uma coalizão social ampla**, articulada a partir do recorte de classe, sem desconsiderar as identidades, mas reposicionando-as no interior da luta de classes como eixo estruturante do projeto político da esquerda.

3.9 . Gláucia Nascimento . Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos/RJ

Gláucia Nascimento iniciou sua intervenção agradecendo a mesa e retomando o debate sobre a necessidade de uma **nova arquitetura dos direitos trabalhistas**, tema central da atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. Afirmou que o direito do trabalho vigente está estruturado prioritariamente para a defesa do contrato de trabalho, e não do trabalhador em si. Nesse sentido, destacou que a maior parcela da classe trabalhadora atual é composta por trabalhadores informais, que não estão abrangidos pelo marco legal existente, o que evidencia a urgência da construção de um novo marco legislativo.

Segundo Gláucia, esse novo marco não pode ser formulado de forma abstrata ou distante da realidade concreta, devendo ser construído **em diálogo direto com a classe trabalhadora**, que passou por transformações profundas. Ressaltou que temas como previdência social, por exemplo, precisam ser tratados de forma diferente quando se dialoga com trabalhadores de aplicativos e informais, cuja principal preocupação muitas vezes é garantir a sobrevivência imediata – voltar vivos para casa e assegurar o sustento do dia seguinte para suas famílias.

Ela chamou atenção para o distanciamento das novas gerações em relação aos direitos trabalhistas historicamente conquistados. Observou que muitos trabalhadores já não almejam a CLT, o que impõe um desafio político e pedagógico: como mobilizar para a luta por direitos quando um direito central do passado deixou de ser uma referência de futuro. Para Gláucia, esse cenário exige reaprender a falar sobre direitos, compreender quem são os trabalhadores de hoje e identificar quais direitos precisam ser defendidos, reinventados ou criados.

Falando a partir de sua experiência como advogada militante, Gláucia destacou a importância do **encantamento** como dimensão política fundamental. Defendeu que a luta por direitos não se sustenta apenas por argumentos técnicos ou jurídicos, mas precisa mobilizar afetos, esperança e sentido coletivo.

Nesse ponto, destacou a campanha de Lula e o uso do verbo "esperançar" como exemplo de como a política pode resgatar a esperança como prática ativa.

Por fim, ao refletir sobre o cenário pós-Lula, Gláucia alertou para o risco de que, com a saída de Lula das disputas eleitorais a partir de 2030, a esperança também se afaste da política institucional.

Defendeu que cabe ao movimento sindical e ao movimento popular atuarem de forma unificada para garantir que a esperança permaneça como elemento central da ação política, mesmo em um contexto de transição de lideranças, reafirmando a necessidade de construir projetos coletivos capazes de mobilizar a classe trabalhadora para além de figuras individuais.

4. RESPOSTA DOS PAINELISTAS

A seguir, é apresentada a resposta dos Painelistas em relação às perguntas e comentários dos/as cursistas.

4.1. João Paulo Rillo

João Paulo Rillo iniciou sua resposta retomando uma preocupação recorrente nas intervenções dos cursistas: o desafio de **manter viva a esperança política para além da liderança de Lula**. Para ele, essa é uma responsabilidade coletiva do campo progressista e não pode ser tratada como um problema abstrato ou futuro. A pergunta central colocada é se a esperança sairá de cena junto com Lula ou se será possível construir bases sociais e políticas capazes de sustentá-la no longo prazo.

Rillo reconheceu que a política brasileira e latino-americana é fortemente marcada pela centralidade das lideranças pessoais, mais do que por projetos ou ideias. Considerou essa característica como parte da realidade objetiva e afirmou que não pode ser ignorada. Segundo ele, é inegável que a vitória eleitoral de 2022 só foi possível graças à força política de Lula, o que impõe a necessidade de refletir seriamente sobre como lidar com esse dado, sem idealizações nem negações.

Ao abordar as contradições internas do PT, Rillo afirmou concordar com muitas das críticas apresentadas pelos cursistas, mas ponderou que **todos os partidos do campo progressista também carregam contradições**, inclusive o PSOL. Citou exemplos de alianças controversas e da própria federação com a Rede, ressaltando que não existem soluções simples ou "táticas perfeitas". Para ele, o PT é um partido pantanoso, mas também uma experiência histórica singular, com grande capilaridade social, que deve ser compreendida como **um instrumento da classe trabalhadora**, ainda que não detenha qualquer monopólio de representação. Nesse sentido, defendeu que o PT e o petismo também precisam ser disputados politicamente.

Rillo trouxe exemplos concretos do funcionamento interno do PT para demonstrar a complexidade de suas contradições, citando o processo eleitoral interno do partido no Rio de Janeiro e os métodos utilizados em determinadas cidades. Para ele, esses elementos reforçam a necessidade de análise concreta da realidade e da disputa política interna, sem ilusões sobre soluções automáticas. Sobre a questão das federações partidárias, Rillo apresentou sua posição pessoal: diante do avanço da extrema direita, a unidade do campo progressista em bloco pode ser a melhor alternativa, mesmo reconhecendo as contradições e dificuldades que essa escolha impõe. Ressaltou, no entanto, que essa é uma posição política sujeita à avaliação histórica e às condições concretas de cada período.

Ao responder às questões sobre terceirização, Rillo reconheceu que o movimento sindical cometeu erros ao negligenciar os trabalhadores terceirizados, muitas vezes por não estarem sindicalizados. Defendeu a necessidade de **acolhimento ativo** desses trabalhadores, inclusive por meio de iniciativas simples de convivência e integração.

Relatou que o discurso sindical precisou ser ajustado, pois a crítica abstrata à terceirização gerava insegurança concreta nos trabalhadores, que temiam perder sua única forma de sustento. Nesse contexto,

apresentou a defesa de modelos de contratação por empresas públicas como alternativa concreta para preservar empregos, reduzir custos públicos e eliminar riscos de calote.

Rillo destacou que, em muitas prefeituras, o número de trabalhadores terceirizados já supera o de contratados diretos, o que torna insustentável qualquer estratégia que ignore essa realidade. Para ele, corrigir esse erro é urgente e ainda possível. Ao tratar da relação com os trabalhadores evangélicos, Rillo reforçou o diagnóstico apresentado por Luís Fevereiro: as igrejas oferecem acolhimento, pertencimento e apoio material em um cotidiano marcado por humilhação e insegurança. Reconheceu a dificuldade do diálogo, mas afirmou que o discurso fascista não se sustenta na experiência concreta da vida real. Citou o exemplo de governos bolsonaristas municipais que, ao assumir a gestão, não conseguem responder às demandas básicas da população, o que abre espaço para o confronto político direto.

Por fim, Rillo defendeu com veemência a criação de **espaços de convivência e centros culturais** como estratégia central de reorganização da esquerda. Compartilhou a experiência concreta de um centro cultural em sua cidade, que articula cultura, educação popular, economia solidária e solidariedade material, reunindo pessoas de diferentes partidos em um espaço não marcado pela disputa institucional. Segundo ele, esses espaços permitem reconstruir vínculos, produzir esperança concreta e reorganizar o campo progressista a partir da vida cotidiana, apontando caminhos possíveis para a reconstrução de um projeto nacional e da esquerda brasileira.

4.2 . Luís Fevereiro

Luís Fevereiro iniciou sua resposta dialogando com diferentes questões levantadas pelos cursistas, ressaltando que muitos dos desafios apresentados convergem para um mesmo problema central: **como disputar a sociedade, produzir esperança e reorganizar a esquerda em um contexto de profundas transformações econômicas, sociais e culturais**.

Ao comentar a questão dos **espaços vazios nos centros urbanos**, Fevereiro afirmou que se trata de um fenômeno generalizado, observado no Brasil e no mundo. Para ele, esse processo decorre menos da concentração de capital – embora ela exista – e muito mais da **digitalização acelerada da economia**. Utilizou o exemplo geracional para ilustrar essa mudança estrutural: enquanto gerações mais jovens realizam praticamente todas as compras pela internet, gerações mais antigas ainda dependem do comércio físico. Nesse sentido, o fechamento de lojas e shoppings não é conjuntural, mas **inexorável**, já amplamente verificado em países como os Estados Unidos.

Diante desse cenário, Fevereiro defendeu que os centros das cidades precisam ser **radicalmente repensados**. Eles devem deixar de ser prioritariamente espaços de comércio e serviços e voltar a ser espaços de habitação, cultura e convivência. Alertou que essa transformação exige mudanças profundas no regramento urbano, investimentos elevados e políticas públicas estruturais, mas é uma necessidade histórica. Ressaltou ainda que o desaparecimento do comércio tradicional não significa o fim do trabalho, mas uma **mudança no perfil do emprego**, com crescimento das atividades logísticas e de distribuição, geralmente deslocadas para as periferias.

Na sequência, Fevereiro retomou o debate sobre o **ensino à distância e a substituição de professores por plataformas digitais**. Argumentou que essa disputa não pode ser vencida apenas pelo sindicato

nem resolvida exclusivamente por greves. Trata-se, segundo ele, de uma batalha no campo da **opinião pública**, que exige argumentos pedagógicos sólidos capazes de demonstrar a diferença qualitativa entre o ensino presencial e o ensino remoto. Prefeitos e governadores, afirmou, frequentemente conseguem isolar sindicatos, e o resultado dessas disputas depende da capacidade de mobilizar estudantes, famílias e a sociedade em geral. Citou o exemplo dos bombeiros do Rio de Janeiro, em 2011, que obtiveram vitória política ao conquistar a opinião pública, mesmo sem poder recorrer à greve.

Essa reflexão conduziu Fevereiro a uma crítica mais ampla às formas tradicionais de mobilização. Para ele, **a linguagem é um elemento central da disputa política**. Relatou experiências de formação nas periferias em que conceitos como "direita" e "esquerda" são compreendidos de forma literal ou moral, e não política. Criticou manifestações que falam apenas para os já convencidos e afirmou que o foco da ação sindical e política deve ser quem está fora das organizações. A disputa decisiva não é apenas com a base, mas com a sociedade em geral. Mensagens longas, jargões e discursos autorreferentes, segundo ele, não cumprem esse papel.

No mesmo sentido, Fevereiro abordou o tema da **terceirização**, estabelecendo um paralelo com o debate sobre a **desmilitarização das polícias**. Relatou sua experiência de diálogo com bases de corporações militarizadas e explicou como palavras de ordem mal formuladas produzem efeitos contrários aos desejados. Quando se fala em "fim da Polícia Militar" ou "desmilitarização" sem explicitação, muitos policiais interpretam isso como ameaça direta ao emprego. O mesmo ocorre quando se critica a terceirização sem apresentar alternativas concretas, gerando medo e resistência entre os próprios trabalhadores. Para ele, toda palavra de ordem precisa ser **traduzida**, explicitando seu conteúdo real, sob pena de isolamento político. Voluntarismo e vanguardismo, advertiu, não conduzem a avanços duradouros. Ao tratar do debate sobre a **federação partidária com o PT**, Fevereiro adotou uma posição cautelosa. Reconheceu que a unidade da esquerda e da centro-esquerda é importante em momentos específicos, mas alertou que ela não ocorre de forma permanente nem automática. Apontou exemplos de governos e gestões do PT que considera politicamente indefensáveis, como o governo da Bahia e a prefeitura de Maricá, além de relatar alianças municipais rompidas por decisões das direções partidárias. Argumentou que uma federação com o PT não é uma solução mágica e pode gerar contradições tão graves quanto aquelas que pretende resolver, especialmente porque o partido majoritário tende a impor suas posições. Avaliou que esse debate pode se recolocar em cenários extremamente defensivos, como uma ameaça direta à democracia, mas que, no período atual, exige análise concreta, tranquilidade e cautela.

Fevereiro fez questão de esclarecer que **não existe hierarquia entre tarefas urgentes e tarefas de médio prazo**. As tarefas estratégicas começam imediatamente. É urgente reeleger Lula, mas é igualmente urgente organizar os trabalhadores de aplicativos, formular políticas de geração de renda e apresentar alternativas econômicas concretas para regiões profundamente impactadas pela economia predatória. Utilizou o exemplo de Roraima para demonstrar que atividades ilegais, como o garimpo em terras Yanomami, não serão superadas apenas com repressão policial. Sem alternativas econômicas viáveis, a fiscalização é insuficiente. O mesmo raciocínio foi aplicado ao desmatamento no sul do Pará e na região Norte, áreas onde Bolsonaro obteve forte votação. Trata-se, segundo ele, do "cinturão do desmatamento", sustentado por uma economia de predação que só será superada com outro modelo de desenvolvimento.

Ao abordar a **questão das igrejas evangélicas**, Fevereiro rejeitou qualquer abordagem simplista ou antirreligiosa. Afirmou que as igrejas não crescem por ignorância das pessoas, mas porque oferecem acol-

himento, solidariedade, sociabilidade e pertencimento. Descreveu como esses espaços funcionam como redes de apoio material, reconhecimento simbólico e organização da vida cotidiana, especialmente nas periferias. Trabalhadores submetidos à humilhação constante no trabalho, afirmou, encontram nesses espaços dignidade e comunidade. Essa realidade não será enfrentada com discurso ideológico, mas com a construção de **espaços próprios de acolhimento**, como cozinhas solidárias, centros culturais, atividades comunitárias e sindicatos vivos, capazes de cumprir papel semelhante ao que tiveram nos anos 1980, assim como as antigas Comunidades Eclesiais de Base.

Fevereiro também tratou da **disputa cultural**, criticando a visão que associa determinados gêneros musicais a campos políticos fixos. Apresentou dados que demonstram a centralidade da música sertaneja no consumo cultural brasileiro e afirmou que não é prudente que a esquerda transforme esse universo em inimigo. Defendeu a necessidade de disputar esse campo, dialogar com seus públicos e reconhecer a diversidade cultural do país, especialmente nas regiões que mais crescem demograficamente e concentram milhões de trabalhadores ligados à produção rural e ao interior do país.

Por fim, ao responder às reflexões sobre o **pós-Lula**, Fevereiro afirmou que o debate central não é sobre quem será a próxima liderança ou o "novo herói" da esquerda. Para ele, essa é uma questão secundária. O problema decisivo é **qual base social estará disponível para sustentar um projeto progressista após Lula**. Defendeu que a tarefa estratégica do presente é construir uma nova coalizão social, capaz de superar os limites da coalizão que levou Lula ao poder, hoje socialmente minoritária. Se essa base social for construída, lideranças surgirão. Caso contrário, não haverá figura capaz de sustentar um projeto de transformação. Concluiu reafirmando que a pergunta fundamental não é quem liderará o pós-Lula, mas **com que base social a esquerda disputará o Brasil em 2030**.

4.3 . Nilza Pereira de Almeida . Fala de encerramento do Painel I

A Secretária Geral da Intersindical encerrou o painel afirmando que foi uma honra coordenar a mesa ao lado de Luís Fevereiro e João Paulo Rillo. Destacou que o debate realizado não se encerra naquele espaço, pois se trata de uma **discussão aberta**, que precisa continuar sendo aprofundada nos sindicatos, nos territórios e nos processos formativos da Intersindical. Recordou que o eixo do painel – Brasil soberano, eleições de 2026 e desafios da classe trabalhadora – foi abordado a partir de pistas e provocações apresentadas pelos palestrantes, ainda que o tema da soberania, por sua complexidade, exigisse muito mais tempo de debate.

Nilza ressaltou que um dos grandes desafios colocados para o movimento sindical é **traduzir o significado da soberania nacional para os trabalhadores e trabalhadoras**. Para ela, soberania não é um conceito abstrato nem restrito ao campo institucional. Trata-se de explicar, de forma concreta, o que significa defender o país, suas riquezas e seus recursos naturais, reconhecendo que eles podem ser negociados, mas que essa negociação deve ocorrer de forma soberana, com políticas públicas claras, controle social e benefícios reais para o povo brasileiro.

Nesse sentido, Nilza destacou que a soberania também envolve símbolos. Falou da importância da bandeira nacional e da camisa do Brasil como elementos em disputa política. Para ela, o grande ato realizado no dia 21 não foi um ato de defesa de um governo específico, tampouco um ato exclusivamente pró-Lula, mas um **ato em defesa do Brasil**, diante dos ataques externos e das iniciativas que buscavam submeter

o país a interesses estrangeiros. Relatou a emoção coletiva provocada pela grande bandeira do Brasil estendida no ato, afirmando que, para muitas pessoas, aquele momento representou um reencontro com o significado de defender o país e seus símbolos.

Nilza reconheceu que a bandeira nacional desperta sentimentos distintos entre os militantes. Para alguns, ela remete à ditadura; para outros, ao processo colonial e à exploração histórica. Mas ressaltou que, para grande parte do povo brasileiro – especialmente aqueles que não viveram a ditadura nem tiveram acesso a uma formação histórica crítica – a bandeira é simplesmente o símbolo do país em que vivem. Nesse contexto, destacou que a presença recente da bandeira dos Estados Unidos em atos da extrema direita acabou colocando o campo progressista em vantagem no debate público, ao explicitar quem defende os interesses nacionais e quem se subordina a potências estrangeiras.

A partir disso, Nilza afirmou que o desafio colocado é **aprender a dialogar com os trabalhadores sobre o significado da soberania**, sem idolatrar símbolos, mas explicando o que eles representam em termos de liberdade, autonomia e capacidade de decisão do país. Defendeu que esse trabalho de tradução política exige instrumentos culturais, espaços de convivência e iniciativas concretas nos territórios.

Como exemplo, relatou a experiência de um **comitê popular criado em 2022**, que segue ativo em Osasco. Diferentemente de um comitê eleitoral tradicional, trata-se de um espaço permanente de organização popular, que articula música, formação política, atendimento jurídico e iniciativas de solidariedade, como o debate com o CEASA para garantir alimentos mais baratos à população.

Segundo Nilza, esse tipo de experiência é fundamental para criar **sentimentos de pertencimento**, aproximar o movimento sindical da vida cotidiana das pessoas e disputar consciências a partir da prática concreta. Nilza concluiu avaliando que o painel cumpriu seu papel ao apresentar caminhos e provocações centrais para o debate sobre soberania e desafios da classe trabalhadora. Reconheceu que o tema é muito mais profundo do que o tempo permitiu explorar, mas afirmou que, em uma tradução direta para os trabalhadores, a soberania passa justamente por esses elementos: defesa do país, das riquezas nacionais, da cultura, dos territórios e da vida concreta do povo.

Ao final, agradeceu a atenção do plenário, destacou a importância da permanência do público até o encerramento da mesa e reafirmou a necessidade de disputar símbolos e bandeiras, inclusive articulando a solidariedade internacional – como a defesa da Palestina – com a afirmação da soberania brasileira. Para Nilza, não se trata de escolher uma bandeira em detrimento da outra, mas de compreender que **defender os povos oprimidos do mundo passa, também, por defender o próprio país e sua capacidade de decidir seu futuro**.

PAINEL II

BRICS+ E O PAPEL GEOPOLÍTICO DO BRASIL

Realizado na **tarde de 8 de outubro de 2025**, *este painel integrou o eixo de análise da conjuntura internacional e teve como proposta discutir as transformações na ordem geopolítica global e o papel estratégico do Brasil no âmbito do BRICS+. A mesa reuniu* **Breno Altman**, *jornalista e fundador do* **Opera Mundi**, *e* **Luiz Fernando Mocelin**, *professor da UniSantos, com coordenação de* **Ricardo "Big" Saraiva**, *secretário de Relações Internacionais da Intersindical. O objetivo do painel foi compreender os desafios e oportunidades colocados pela multipolaridade, debatendo a soberania nacional, o papel da China neste novo concerto das nações, as disputas entre blocos econômicos e seus rebatimentos sobre o mundo do trabalho e a ação sindical.*

1. EXPOSIÇÃO DE LUIZ FERNANDO MOCELIN

Luiz Fernando Mocelin é professor de Relações Internacionais na Universidade Católica de Santos (UniSantos), com uma sólida formação na área, incluindo dois mestrados (PUC e USP) e doutorado. Desde 2017, dedica-se a estudos aprofundados sobre a China e a geopolítica contemporânea. Sua experiência profissional abrange atuação na CEPAL/Nações Unidas, vinculação com a tradição nacional-desenvolvimentista e participação na assessoria internacional da Presidência (2015-2016). Uma vivência decisiva em sua análise ocorreu em 2023, quando residiu em Xangai e trabalhou no setor bancário.

Luiz Fernando Mocelin abriu sua exposição afirmando que aceitou "de bate pronto" o convite para o painel porque considera indispensável falar cada vez mais sobre **China**, **BRICS** e sobre o que acontece no mundo – não como um debate distante, mas como algo que "impacta diretamente" a vida cotidiana, inclusive em coisas aparentemente simples, "como um pãozinho na padaria". A chave de entrada do tema, portanto, não é a curiosidade acadêmica em si: é a relação direta entre **mudanças globais** e **condições materiais** de vida e trabalho. A partir disso, ele formula uma tese de abertura que orienta todo o painel:

A China, do meu ponto de vista, já é o presente.

(A China não é um assunto do "futuro": é uma realidade já instalada no mundo e com efeitos imediatos no Brasil.)

1. O que vem à mente quando se fala em China: imagens, disputas e senso comum

Para construir o caminho do debate, Mocelin lançou uma pergunta à plateia: "O que vem à mente quando a gente fala de China?" A resposta veio em múltiplas imagens: BRICS, moeda virtual, tecnologia, vacina, Covid – e até o estigma do "vírus chinês", atribuído, em tom crítico, a "um maluco aí". Com isso, ele sublinhou que "China" não é uma palavra neutra: ela desperta percepções contraditórias, atravessadas por política, propaganda, medo, interesse econômico e fascínio tecnológico.

A "China" que circula no senso comum é uma disputa: tecnologia e vacina convivem com estigmas e narrativas de inimigo.

A partir desse ponto, ele organiza a exposição em torno de quatro dimensões que, em sua leitura, definem a potência chinesa contemporânea: **população, crescimento, tecnologia e capacidade de planejamento**.

2. População, crescimento e a ideia de continuidade histórica do desenvolvimento

Mocelin lembrou que a China foi o país mais populoso do mundo até o ano anterior, quando a Índia a ultrapassou. Mas o dado populacional, em sua fala, não aparece como curiosidade demográfica: ele serve para dimensionar a escala do desafio e do resultado. Por isso, ao falar de crescimento econômico, ele

enfatiza um ponto que considera singular: desde 1978, mesmo com a pandemia, a China teria crescido "ininterruptamente"; e em 2020, no auge da crise sanitária, teria sido "o único país que cresceu no mundo", ainda que modestamente (cerca de 1%), enquanto o restante enfrentava recessão.

Esse argumento abre caminho para uma ideia central do painel: a China não se tornou relevante por acaso nem por "milagre de mercado"; ela opera com meta, direção política e horizonte longo.

A China aparece como um caso histórico de continuidade estratégica: **metas de décadas, não "soluções de mandato"**.

3. Tecnologia como marcador do "presente": Shenzhen, 6G e a corrida por satélites

Ao entrar no campo tecnológico, Mocelin recorreu a comparações que colocam a China no mesmo terreno simbólico do "Vale do Silício" (Califórnia). Ele afirmou que a China tem hoje um vale do silício próprio: **Shenzhen**. E descreveu Shenzhen como o território das "novas tecnologias disruptivas" que impactam o mundo inteiro.

A experiência pessoal de 2023 aparece como prova viva: vivendo na China, relatou que seu celular já era **6G**, enquanto o país, segundo ele, já teria desenvolvido o 5G, aplicado comercialmente o 6G e, naquele ano, estaria lançando satélites para concorrer com a Starlink, mirando algo como um "7G" por meio de uma constelação de satélites. Essa aceleração tecnológica é conectada a um argumento funcional: tecnologias de carros sem condutor e sistemas avançados exigem transmissão de dados em altíssima velocidade.

A disputa tecnológica não é "luxo": é infraestrutura de poder (dados, satélites, carros, logística, indústria).

Ao apresentar essa dimensão, Mocelin organiza um raciocínio: tecnologia não é apenas inovação empresarial; é base de soberania e de posição no sistema internacional.

4. O projeto histórico: 2049 e o "século de humilhações"

A pergunta que conduz o painel é: por que a China faz tudo isso? Para responder, Mocelin recua ao marco de 1978 e ao processo de "reformas e abertura" conduzido por Deng Xiaoping, após a morte de Mao em 1976 e um período de transição. Ele sustenta que o núcleo do projeto é um planejamento de longo prazo com horizonte em 2049 – o centenário da Revolução de 1949. Esse horizonte, explicou, visa "superar definitivamente o século de humilhações" (1849-1949), quando a China teria sido submetida a invasões e dominação estrangeira.

O ponto é decisivo: a ascensão chinesa seria, ao mesmo tempo, projeto econômico e projeto de soberania histórica.

2049 não é uma referência técnica: é um objetivo de soberania para encerrar o "século de humilhações".

5. O que é "país de renda média" para a China: meta de PIB per capita e escala civilizacional

Na sequência, Mocelin detalha uma meta quantitativa que, em sua fala, expressa a ambição do projeto: tornar-se um país de renda média (no sentido de alcançar patamar de renda comparável a países como a Itália). Ele compara PIB per capita brasileiro (em torno de 9 mil) com o chinês (em torno de 10 mil dólares), afirmando que a China já teria superado o Brasil nesse indicador. O objetivo, contudo, seria chegar a algo como 33 mil de renda per capita.

O raciocínio é: elevar o PIB per capita, em um país de mais de um bilhão de habitantes, implica produzir e distribuir uma quantidade gigantesca de riqueza, bens e serviços – e isso exige direção econômica, capacidade de investimento e engenharia institucional robusta. Ele reforça essa ideia referindo-se **aos planos quinquenais** (estariam no 14º), afirmando que metas colocadas nesses planos seriam cumpridas sistematicamente, o que tornaria "muito provável" a chegada ao objetivo.

A meta chinesa é civilizacional: elevar renda per capita em escala continental, com planejamento estatal.

6. "Socialismo com características chinesas": Estado, mercado e Lenin como chave interpretativa

Uma parte central do painel é o esforço de Mocelin para "resolver" uma confusão comum: China é socialismo ou capitalismo? Ele afirma que a resposta não cabe nessa dicotomia simplificada: trata-se de **"socialismo com características chinesas"**.

Para explicar, ele mobiliza uma referência clássica: O Estado e a Revolução, de Lenin, e formula uma síntese: o capitalismo, ali, seria **instrumento**, e não finalidade. O Estado teria papel decisivo em controlar "os meios de produção de grande monta", especialmente setores estratégicos (indústria, setor bancário, etc.), de modo a orientar o desenvolvimento. A China, na leitura dele, coloca isso em prática sobretudo por meio do **controle estatal do sistema financeiro**.

A China combina Estado forte e mercado, mas com uma hierarquia: a política comanda o aparato econômico.

Ele descreve o sistema bancário chinês como "totalmente estatal" (com exceções na margem) e fortemente segmentado, com bancos voltados a setores específicos (indústria, agricultura, tecnologia/exportações) e grandes bancos que sustentam o financiamento em escala. A ideia é clara: **canalizar capital barato e direcionado** para inovação, infraestrutura e expansão produtiva.

7. O contraste com o Brasil: juros, crédito caro e limites do desenvolvimento

É nesse momento que Mocelin produz um contraste que, no painel, funciona como alerta político-econômico. Ele afirma que "o Brasil tem a segunda maior taxa de juros do mundo real", atrás da Turquia, e descreve a consequência cotidiana: qualquer investimento, mesmo pequeno ("um puxadinho"), fica caro; o crédito chega com taxas elevadíssimas; a sociedade paga uma fortuna aos bancos.

Já a China aparece como oposto: política fiscal expansionista (Estado gastando e induzindo setores) e política monetária que dá suporte a esse gasto por meio de juros baixos.

Ele cita taxa nominal em torno de 3% e descreve um mecanismo "tabelado" de depósitos e empréstimos que reduz o spread bancário e barateia o crédito. Quando surge a questão da inflação, ele descreve uma resposta pragmática do governo: aumentar importações para reduzir preços.

O ponto não é "ser a favor de déficit": é usar política fiscal e monetária como alavanca de desenvolvimento, não como travas permanentes.

Ele critica a "falácia" do superávit primário como dogma e observa que grandes economias convivem com déficits e dívidas elevadas. Na sua construção, o Brasil teria dívida menor que diversos países ricos, mas conviveria com juros e travas que desorganizam o investimento produtivo.

8. Infraestrutura e empresas estatais: trens, logística e "antecipação" da demanda

Para mostrar como essa arquitetura se materializa, Mocelin destaca as obras de infraestrutura como produto direto do papel do Estado e das empresas estatais. O exemplo principal é a rede de **trens de alta velocidade**: a China teria saído "do nada" para mais de 15 mil quilômetros em cerca de 15 anos.

Aqui ele introduz uma ideia importante: as empresas estatais chinesas realizariam investimentos que não seguem a lógica imediata do lucro; elas "criam toda a infraestrutura necessária" mesmo quando ainda não há demanda plena, para que, quando a demanda vier, a estrutura já esteja instalada.

Em termos de desenvolvimento, isso significa **antecipar condições materiais** para ampliar a produção e a circulação.

Infraestrutura, na China, é planejada como condição do desenvolvimento: não se espera o mercado "pedir" para depois construir.

9. Comércio exterior e política industrial: de “blusinhas” a alto valor agregado

Mocelin apresenta um salto histórico: em 1978, o comércio exterior chinês seria “um décimo primeiro” do brasileiro; hoje, teria passado de trilhões, enquanto o Brasil estaria estagnado. Ele reforça que a pauta chinesa teria se tornado cada vez mais intensiva em tecnologia: não seria mais apenas “as blusinhas” (referência a estereótipos de importação), mas carros (BYD), celulares (Xiaomi, Huawei) e uma cadeia industrial de alto valor.

Ele menciona a estratégia “Made in China 2025” (associada a um objetivo de elevar o conteúdo tecnológico) como exemplo de política industrial direcionada: investimento estatal, governos provinciais e governo central financiando empresas e tecnologias para ampliar competitividade global.

A China transforma comércio exterior em estratégia de soberania: vender ao mundo produtos complexos, não apenas commodities.

10. Controle do comércio exterior e da conta de capitais: soberania financeira como política

Outro ponto que ele enfatiza, ainda pela chave de Lenin, é o controle do comércio exterior e da entrada/saída de capital. Ele afirma que a conta de capitais chinesa é “fechada”, de modo que o capital não “entra e sai a galope”, como ele descreve o caso brasileiro (capital especulativo, juros, ganhos rápidos e fuga). Para operar na China, capital produtivo teria exigências de permanência mínima, autorização conforme o setor, e restrição em setores estratégicos. A ideia geral é: soberania não é apenas bandeira; é arquitetura institucional que controla fluxos e protege decisão nacional.

Sem controle sobre capitais e setores estratégicos, o país vira território de especulação e dependência.

11. Transição de hegemonia: China em ascensão, EUA em reação e o papel do Trump

A parte final do painel desloca o foco para o sistema internacional: Mocelin afirma que a história moderna é marcada por ciclos em que um país ascende enquanto outro declina – e que esse processo gera choque, porque “quem está caindo não quer cair”.

Ele organiza uma linha histórica: hegemonia britânica após 1815; hegemonia americana após 1945; e agora um contexto de transição em que a China ascende desde 1978 com estratégia clara.

Nesse quadro, ele interpreta **Trump** como resposta direta à ascensão chinesa. Ao perguntar por que a primeira medida relevante de Trump foi impor tarifas. Tarifas seriam também instrumento de coerção, para forçar países a reduzir comércio com a China e se sujeitar aos EUA.

A metáfora que aparece na conversa – "soltaram o tigre da jaula" – é usada para indicar que os EUA ajudaram a China a se integrar ao capitalismo global, e agora enfrentam uma potência capaz de "domesticar" o sistema e colocá-lo sob comando político interno. Ele contrasta dois modelos:

- **Nos EUA, "os bancos mandam na política" e financiam big techs;**
- **Na China, o Partido (e Xi Jinping) indicam para onde as forças econômicas vão, atuando como "cabeça de um exército" que entra em cada setor "para vencer".**

A divergência estrutural: nos EUA, o poder econômico captura a política; na China, a política dirige a economia.

Ele descreve ainda um efeito social nos EUA: deslocamento industrial (especialmente automotivo), desestruturação do "cinturão da ferrugem", salários estagnados por décadas, e o aparecimento de um líder que promete devolver empregos perdidos. "Make America Great Again", nessa leitura, é uma promessa endereçada aos que perderam com a desindustrialização e com a transferência produtiva para a China.

12. A escala da presença chinesa no mundo: parceiro comercial de "quase 90%" dos países

Para dimensionar o deslocamento, Mocelin menciona um dado que considera expressivo: no ano 2000, os EUA seriam o principal parceiro comercial/investidor de grande parte dos países; em 2024, isso teria se concentrado mais na Europa Ocidental, enquanto a China teria se tornado principal parceiro comercial de "quase 90%" dos países. O ponto não é apenas estatístico: é político. Significa que a China passou a organizar, via comércio e investimento, uma rede global de dependências e oportunidades que reconfigura o poder.

Ele conecta isso a iniciativas como a Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), descrita como construção de corredores logísticos terrestres e marítimos para fazer economias "orbitarem" em torno da economia chinesa – o que inevitavelmente provoca reação americana.

A disputa é por redes: logística, investimento e comércio formam o "mapa real" do poder global.

13. BRICS como "alternativa": disputa de modelo civilizacional

Ao entrar no tema do BRICS, ele o define não apenas como grupo que busca mais participação comercial ou voz política. Para ele, BRICS é um **sinal de alternativa para a humanidade**, com a China na liderança.

A alternativa, em sua formulação, é contra um caminho "de moer gente", associado ao mundo pós-1945 sob hegemonia americana, marcado por primazia do lucro, ataque a bens públicos e ordem internacional que subordina países.

Nesse momento, ele aproxima BRICS de experiências concretas: relata que orienta estudantes a buscarem bolsas do governo chinês e menciona programas com centenas de bolsas (graduação a pós-doutorado), com alojamento, seguro saúde e isenção de taxas – e cita alunos já indo para a China a partir dessa mediação. Em sua visão, isso evidencia que a China não opera apenas por comércio: opera também por formação, redes acadêmicas e influência cultural-institucional.

BRICS, para o expositor, é também uma infraestrutura de oportunidades e vínculos: estudo, financiamento, circulação de gente e projetos.

14. Palestina e a crítica ao suporte norte-americano a Israel: política internacional como escolha de lado

Uma das partes mais contundentes do painel é quando Mocelin relaciona hegemonia americana à guerra e à violência geopolítica. Ele menciona a bandeira da Palestina no espaço do curso e relata experiência pessoal: foi casado com uma árabe, conviveu com lideranças comunitárias, viajou para territórios palestinos (Belém/Bethlehem, Ramallah, Jerusalém) e esteve em Gaza em 2013.

A partir disso, sustenta que o que ocorre ali não pode ser explicado apenas por Israel ou sionismo: para ele, os EUA são o eixo decisivo ao fornecer suporte militar, financeiro e diplomático – inclusive travando ações na ONU e aprovando envios de armas. Essa leitura conduz a um argumento: a ascensão chinesa e a consolidação do BRICS seriam, "de certa forma", um "não" a essa ordem e a esse estado de coisas.

A crítica central: hegemonia americana não é "neutralidade institucional"; ela opera por armas, dinheiro e veto diplomático.

15. O "novo mundo" e o exemplo da soja: comércio como resposta política

Para encerrar, Mocelin traz um exemplo de comércio internacional com repercussão direta no Brasil, especialmente no porto de Santos: cita reportagem segundo a qual agricultores americanos de soja estariam quebrando e associa isso a uma mudança de destino das compras chinesas. Ele menciona que, em setembro, a China teria comprado "85% da soja mundial", com grande parte saindo por Santos, desviando comércio dos EUA para o Brasil. O argumento é que o desvio não se explicaria por preço ou qualidade apenas, mas por uma resposta política e estratégica às tensões e "humilhações" do conflito comercial.

A consequência, para ele, é pedagógica: o mundo mudou e o Brasil precisa entender esse novo tabuleiro. A China, diz ele, traz ensinamentos sobre enfrentar desafios e superá-los, e convida a classe trabalhadora e as organizações a estudarem o caso chinês com seriedade, porque o Brasil estaria "meio perdido no mundo".

"O novo mundo é possível": mudanças de rota, de parceiros e de poder já estão em curso – e o Brasil precisa ler isso com precisão.

Assista no YouTube: *Luiz Fenando Mocelin - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

2. EXPOSIÇÃO DE BRENO ALTMAN

Breno Altman é jornalista e analista político brasileiro, conhecido por sua trajetória na imprensa e por sua atuação no debate público sobre política nacional e geopolítica. É fundador do Opera Mundi, veículo de jornalismo voltado à cobertura internacional e à análise de conjuntura.

Breno Altman iniciou sua exposição ressaltando que a formação é uma dimensão decisiva da luta de classes, particularmente numa etapa histórica que combina crise e mudanças aceleradas. Em um período de transição, argumentou, torna-se indispensável identificar com precisão as tendências do mundo contemporâneo, sob pena de a classe trabalhadora e suas organizações se orientarem por diagnósticos equivocados, atrasados ou superficiais.

1. Crise da velha ordem e ausência de uma nova ordem consolidada

Como ponto de partida para a análise, Altman propôs que o mundo vive um intervalo histórico caracterizado por uma dupla condição: **a velha ordem entrou em crise, mas uma nova ordem ainda não surgiu**. Ele definiu como "velha ordem" aquela estruturada a partir de **1991**, com o fim da União Soviética. Na sua interpretação, essa ordem foi marcada **pela hegemonia unipolar do sistema imperialista liderado pelos Estados Unidos**. Essa hegemonia, entretanto, estaria em declínio e sob disputa, sem que tenha emergido uma arquitetura alternativa plenamente estabelecida.

Altman descreveu a situação como um momento em que "o velho sistema luta para não morrer" enquanto "um novo sistema ainda não conseguiu se desenvolver plenamente". Essa circunstância, segundo ele, explica por que a etapa atual é marcada por **confrontação dura, prolongada e instável**. Não se trata, em sua leitura, de uma disputa que se resolverá no curtíssimo prazo. Ainda que decadente, o sistema imperialista possuiria reservas de força relevantes – econômicas, militares e tecnológicas – e não se dissolveria apenas por "inércia histórica".

2. Bipolaridade específica: sistema imperialista versus campo anti-imperialista

Altman caracterizou o conflito contemporâneo como dotado de uma **característica bipolar**, porém distinta da bipolaridade clássica da Guerra Fria. De um lado estaria o **velho sistema imperialista**; de outro, estaria se formando e se consolidando um **amplo campo anti-imperialista**, composto por estados e movimentos de orientações político-ideológicas variadas. O traço comum desse campo seria a recusa em seguir vivendo sob a hegemonia do sistema imperialista liderado pelos Estados Unidos.

Ele ressaltou que esse campo anti-imperialista está em ascensão, em especial pelo peso do desenvolvimento econômico chinês, mas ainda não teria acumulado unidade, capacidade militar e força cultural suficientes para substituir a velha ordem em diferentes embates estratégicos. Para ilustrar essa fragilidade, apontou o caso palestino como "marcador" das dificuldades: o sistema imperialista atuaria com maior unidade e firmeza na defesa do Estado de Israel do que o campo anti-imperialista conseguiria atuar na

defesa do povo palestino. Essa assimetria revelaria limites de coordenação e de decisão do campo emergente diante de uma disputa geopolítica que ele considerou central.

3. Tempo histórico e a crítica à precipitação

Altman insistiu na necessidade de compreender o **tempo histórico** envolvido na decadência de ordens internacionais. Para evitar precipitações, ele recorreu a uma comparação: o Império Romano teria iniciado sua queda no século V e concluído sua queda apenas no século XV. Embora reconheça que o mundo atual se move em ritmo mais acelerado, Altman utilizou a analogia para sublinhar que **processos de transição hegemônica podem ser longos**, com avanços e recuos, e que diagnósticos imediatistas podem produzir erros estratégicos.

A partir dessa advertência, ele propôs um esforço de definição do que chama de **sistema imperialista**, destacando que nem sempre o imperialismo se organizou como um sistema integrado.

4. Do "imperialismo como disputa entre estados" ao "sistema imperialista" pós-1945

Segundo Altman, até a Segunda Guerra Mundial não existia um "sistema imperialista" no sentido estrito: existiam **estados imperialistas competindo entre si**, frequentemente por meio de guerras, para disputar mercados, fontes de matéria-prima, colônias e destinos de investimento. Ele lembrou que a Primeira Guerra Mundial foi, classicamente, uma guerra **interimperialista**, na qual coalizões de potências se enfrentaram por interesses materiais. De um lado, França e Inglaterra, com apoio posterior dos Estados Unidos; de outro, os chamados impérios centrais, com destaque para o império alemão e o austro-húngaro, aliados ao império turco-otomano. Essa configuração demonstraria que, naquela etapa, os estados imperialistas não funcionavam como engrenagem integrada de um sistema vertical.

Altman afirmou que a Segunda Guerra Mundial também pode ser compreendida, pelo menos até 1941, como expressão de conflito interimperialista – repetindo de certa maneira coalizões – e que ela muda de natureza quando a Alemanha ataca a União Soviética, passando a conter uma dimensão **intersistêmica**, na qual o confronto envolve o primeiro Estado socialista e uma potência central do capitalismo europeu.

5. A construção do sistema imperialista e a Guerra Fria como confronto entre sistemas

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Altman argumentou que os Estados Unidos emergem como grande vitorioso no campo capitalista: Europa e Japão estavam destruídos, e Washington passou a deter as condições para reconstruir o mundo capitalista sob sua direção.

Porém, ao mesmo tempo, existia uma "novidade": a consolidação de um **campo socialista** liderado pela União Soviética, fortalecido pelo papel soviético na derrota do nazismo e, depois, pelo alargamento do socialismo com revoluções e movimentos de libertação (China, Vietnã, Coréia e África).

Diante dessa dupla necessidade – conter o sistema socialista e resolver conflitos interimperialistas – os Estados Unidos teriam construído um **sistema imperialista vertical**, no qual os estados capitalistas passaram a se subordinar à hegemonia norte-americana. Altman destacou a construção de instituições financeiras (com destaque para **Banco Mundial** e **FMI**) e instituições militares (principalmente a **OTAN**), estabelecendo uma arquitetura que permanece ativa.

Do lado socialista, existiu também um sistema vertical, liderado pela URSS, com instituições econômicas (como o COMECON/COMEC) e militares (como o Pacto de Varsóvia). A Guerra Fria, assim, teria sido um conflito entre dois sistemas que disputavam não apenas posições geopolíticas, mas sobretudo se o mundo seria capitalista ou socialista.

Altman mencionou a margem de países não alinhados, lembrando Bandung e ressaltando que, embora a tendência principal dos não alinhados fosse anti-imperialista, havia complexidades: estados capitalistas não alinhados e, no caso chinês, a ruptura sino-soviética nos anos 1960.

6. 1991: fim do sistema socialista, hegemonia imperialista e o "fim da história"

O desaparecimento da União Soviética em 1991, na visão de Altman, significou o fim do **sistema socialista** como sistema internacional, com dissolução de suas instituições e perda da capacidade de disputa global. Permaneceram estados socialistas (China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte), mas sem o amparo sistêmico anterior e, ao menos por um período, com menor capacidade de confronto externo, voltando-se mais ao desenvolvimento interno.

Esse contexto permitiu a consolidação da hegemonia imperialista e alimentou a crença – inclusive em setores da esquerda – de que aquela ordem seria permanente. Altman citou Francis Fukuyama e a tese do "fim da história" para caracterizar a ideia de que a democracia liberal e a economia de mercado seriam o destino final do mundo. Ele argumentou que essa tese não contaminou apenas o campo conservador, mas ganhou ampla adesão na esquerda mundial, que teria abdicado da luta anticapitalista, limitando-se a reformas e "controle de danos" dentro da ordem capitalista vitoriosa.

7. Por que a ordem de 1991 entrou em crise? Fatores endógenos e exógenos

Altman explicou que, cerca de 30 anos depois, a ordem instalada em 1991 entrou em crise. Para compreender esse processo, propôs distinguir fatores endógenos (internos) e exógenos (externos).

7.1. FATOR ENDÓGENO: A CRISE DO CAPITALISMO E A FINANCEIRIZAÇÃO, COM EPICENTRO EM 2008

Entre os fatores internos, destacou a crise estrutural do capitalismo, evidenciada na crise de 2008. Segundo ele, nas décadas anteriores, sucessivas revoluções técnico-científicas ampliaram fortemente a capacidade produtiva – exemplificando com a multiplicação da produtividade da indústria automobilística

entre 1969 e 1999. Entretanto, essa expansão produtiva não foi acompanhada pelo crescimento proporcional da renda de famílias, pequenas empresas e estados. Abriu-se uma "tesoura": capacidade produtiva ascendendo e capacidade de consumo declinando relativamente.

A solução capitalista para essa contradição teria sido o **crédito**: a renda insuficiente era compensada pela expansão do endividamento, por meio do parcelamento e dos juros, o que ampliou o volume do que Altman chamou, com referência a Marx, de **capital fictício**. Esse mecanismo colapsou em 2008, quando o sistema financeiro perdeu capacidade de sustentar a substituição de renda por crédito, comprometendo o ciclo expansionista. O capitalismo, então, teria migrado para uma lógica de contenção de custos de produção, buscando reduzir salários, direitos e impostos, além de intensificar a disputa por matérias-primas e fontes de energia baratas – concentradas nas periferias, como a América Latina.

7.2. FATOR EXÓGENO: O DESENVOLVIMENTO CHINÊS "SAI DO CONTROLE" DO ROTEIRO IMAGINADO PELO IMPERIALISMO

No plano externo, Altman apontou que os estrategistas norte-americanos esperavam que a China crescesse, mas como "departamento" do sistema imperialista, uma espécie de fábrica subordinada, repetindo trajetórias como Japão e Coreia do Sul em termos de integração dependente. O roteiro imaginado seria o de uma China receptora de plantas industriais "de segunda divisão", gerando lucros às corporações centrais sem ameaçar a liderança tecnológica.

Para Altman, a China não seguiu esse roteiro: acelerou seu desenvolvimento, construiu autonomia, tornou-se exportadora de produtos de primeira linha, capital e tecnologia, e passou a disputar espaços na Ásia, na África e na América Latina. Esse movimento constituiu um choque geopolítico externo para a hegemonia imperialista.

7.3. OUTRO FATOR EXÓGENO: A RÚSSIA ROMPE O "MONOPÓLIO DA GUERRA" APÓS 2022

Altman acrescentou um segundo fator externo: a reorganização do Estado russo e de sua capacidade militar, culminando na Operação Especial na Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022. Para ele, após 1991, apenas os Estados Unidos haviam detido a capacidade de impor interesses pela força militar – o "monopólio da guerra" – exercido em intervenções e destruições como Afeganistão, Iraque e Líbia. Ao atacar a Ucrânia, a Rússia teria rompido esse monopólio, demonstrando capacidade de impor interesses contra a OTAN e os EUA. Altman observou que os EUA não incorporaram a Rússia ao sistema imperialista, preferindo isolá-la por considerá-la elemento desestabilizador, o que empurrou a Rússia para uma posição soberana e anti-imperialista, com aliança estratégica com a China e maior inserção no Sul Global.

7.4. ESGOTAMENTO NEOLIBERAL NA PERIFERIA E GOVERNOS CONTRA-HEGEMÔNICOS NA AMÉRICA LATINA

Altman também localizou, como dimensão importante, o esgotamento do neoliberalismo na periferia, especialmente na América Latina, onde, desde o final dos anos 1990, governos contra-hegemônicos e progressistas chegaram ao poder, alguns mais radicalizados (como a Venezuela) e outros mais moderados (como os governos petistas). Isso teria reduzido a capacidade hegemônica dos EUA na região, na medida em que pobreza, desigualdade e dependência alimentaram reações sociais e eleitorais.

8. "Sistema" versus "campo": por que o anti-imperialismo atual é um campo, não um sistema

Diante desses fatores, Altman afirmou que não surgiu um novo sistema vertical alternativo, como teria existido no pós-1945 com a URSS. Em vez disso, estaria sendo constituído um **campo**. Ele distinguiu:

- **Sistema:** vertical, com comando e estrutura centralizada.
- **Campo:** aliança mais horizontal, reunindo estados e movimentos com diferentes modos de produção e organizações políticas, unidos por interesses comuns em determinada etapa histórica.

Nesse campo, haveria hegemonias relativas, derivadas da força acumulada de alguns atores, mas não um comando vertical.

9. O papel do BRICS: articulação econômica do campo contra-hegemônico

Nesse marco, Altman situou o **BRICS** como elemento importante surgido por sugestão russa, mas insistiu que o BRICS não é um sistema e tampouco equivale ao campo contra-hegemônico como um todo. Para ele, o BRICS é a **articulação econômica** desse campo, buscando concorrer com instituições econômicas do sistema imperialista – particularmente o FMI e o Banco Mundial – que operam como mecanismos de dependência e subordinação da periferia ao centro capitalista.

O BRICS, portanto, seria um instrumento que ajuda a oferecer alternativas institucionais e financeiras – como o Banco do BRICS – para estimular países a se descolarem da órbita imperialista. Altman argumentou que o campo está em maturação e carece de capacidades unitárias fundamentais, como capacidade militar e cultural.

10. Hegemonia cultural e limites do campo emergente

Altman chamou atenção para a hegemonia cultural como componente decisivo. Exemplificou com o consumo de filmes, idiomas e referências literárias: o campo emergente não teria ainda capacidade cultural equivalente, e a hegemonia cultural pesa na disputa político-ideológica, compondo o chamado "soft power".

11. Multipolaridade como estratégia: interesses, não "bondade"

Altman sustentou que China e Rússia impulsionam a multipolaridade não por bondade, mas por interesse: desejam o fim da hegemonia norte-americana e a superação do sistema imperialista. Para isso, precisam constituir alianças amplas que incluam estados socialistas e também estados capitalistas com

contradições com o imperialismo, como Rússia e Irã. Nessa etapa, a contradição principal não seria capitalismo versus socialismo, mas **imperialismo versus anti-imperialismo**.

Com base nisso, afirmou que não há contradição em apoiar, contra o imperialismo, forças e governos que não sejam de esquerda, como a República Islâmica do Irã, ou a resistência palestina cuja principal organização (Hamas), não é de esquerda. A lógica seria a de que a disputa central contemporânea se estrutura no choque entre o sistema imperialista e o campo contra-hegemônico.

12. Concretude geopolítica e o papel da força militar

Altman insistiu que, na geopolítica, discursos e símbolos têm pouca relevância se não forem sustentados por força material. Sustentou que a decisão final dos enfrentamentos geopolíticos envolve, em última instância, a força militar – usando ou possuindo armas – e que poesia não vence a luta de classes no plano internacional. Afirmou que os fuzis, combinados com força cultural, social e econômica, são determinantes.

Nesse sentido, o BRICS seria parte do amadurecimento do campo contra-hegemônico no plano econômico, ainda que não se converta em articulação militar.

13. O Brasil no campo contra-hegemônico: potencial e limites estruturais

Caminhando para a parte final, Altman tratou do papel do Brasil. Para ele, o Brasil integra o campo contra-hegemônico e possui potencial relevante na América Latina, região que descreveu como reserva de energia e minerais nobres, além de petróleo e produtos agropecuários. Mencionou também o mercado regional de cerca de 500 milhões de pessoas e a possibilidade de o Brasil exercer liderança regional e, a partir disso, tornar-se um "player" relevante – talvez de "segunda prateleira" – no campo contra-hegemônico.

Altman afirmou que estar na "primeira prateleira" exigiria bomba atômica, e que nem sempre estar na segunda divisão é um problema, já que o Brasil pode desempenhar papel mundial mesmo nessa condição.

Entretanto, apontou limites decisivos: o Brasil, entre os principais países do BRICS, seria (junto com a Índia, com particularidades próprias) aquele em que existe uma **forte "quinta coluna"** pró-imperialista. Identificou essa quinta coluna nas elites e na burguesia brasileiras, que, segundo ele, preferem ser sócias menores do sistema imperialista ("rabo de elefante") do que liderar projeto soberano. Caracterizou-as como elites que "moram em Miami" física ou mentalmente.

Altman acrescentou que o sistema imperialista reconhece essas fragilidades internas, bem como as condições políticas do governo Lula – sem maioria parlamentar, com meios de comunicação na oposição e sem controle sobre o Judiciário. Por isso, na sua leitura, o imperialismo pressiona, buscando induzir concessões via quinta coluna. A lógica seria semelhante à dinâmica patronal: bater e acenar com concessões pontuais.

14. Política externa pendular e contradições práticas

Altman avaliou que a política externa do terceiro governo Lula expressa essas dificuldades: seria errática e pendular, mais recuada do que em governos petistas anteriores, pois o mundo estaria mais polarizado e o espaço de não alinhamento seria menor quando a polarização se dá entre um sistema e um campo. Assim, o Brasil oscilaria: aproxima-se do campo contra-hegemônico, depois acena ao sistema imperialista diante de pressões externas e internas.

Ele exemplificou com a Palestina: o discurso do presidente Lula seria dos mais duros do mundo, mais enfático do que o de Putin ou Xi Jinping, porém não seria acompanhado de providências práticas compatíveis, como rompimento de relações comerciais e diplomáticas com Israel. Para Altman, o discurso duro acabaria funcionando como uma espécie de "muleta" para a não adoção de medidas práticas, revelando a natureza contraditória da política externa pendular.

Também citou a política sobre a Ucrânia como pendular – ora mais próxima da Rússia, ora mais distante – e sugeriu que esse padrão se repete em outros temas decisivos ao desenvolvimento brasileiro.

15. Pressões dos EUA: Bolsonaro é secundário; o central é economia e geopolítica

Na avaliação de Altman, a pressão norte-americana em favor de Bolsonaro não é a questão principal: seria circunstancial e descartável se Washington o considerar politicamente inviável.

O núcleo dos interesses dos EUA estaria em **interesses econômicos e geopolíticos** no Brasil. Ele destacou três grandes eixos:

- **Terras raras:** Altman definiu "terras raras" como conjunto de 17 ou 18 minerais estratégicos, fundamentais ao desenvolvimento capitalista contemporâneo. Afirmou que a China concentra 41% das terras raras e o Brasil 22%, sendo o segundo maior volume do mundo. Para ele, os EUA não conseguiriam acessar as terras raras chinesas por causa da soberania exercida por Pequim, e por isso buscariam controle sobre as terras raras brasileiras. Sustentou que a pressão dos EUA não seria apenas por fornecimento comercial, mas por domínio capitalista sobre a exploração e o trabalho produtivo relacionado a esses minerais.

Altman citou a publicação de um edital pelo Ministério de Minas e Energia associado ao Banco Mundial, para estudos sobre exploração de terras raras por grandes corporações internacionais. Interpretou esse movimento como etapa preliminar de uma política que, ao delegar estudos e parâmetros às corporações com financiamento do Banco Mundial, sinalizaria "mau passo" e exigiria reação do movimento sindical e popular, por se tratar de tema estratégico.

- **Economia da informação e data centers:** indicou que os EUA têm interesse em proteger big techs e controlar o fluxo de informação no Brasil por meio de data centers, buscando impedir ensaios autonomistas brasileiros nesse campo.

- **Interesses comerciais e tarifários:** os EUA buscariam preservar e ampliar vantagens no fluxo comercial, especialmente em áreas estratégicas.

16. Tese final: o maior problema é o subdesenvolvimento e a dependência; tarefa para o movimento sindical

Ao concluir, Altman afirmou que o Brasil seria o elo mais fraco do campo contra-hegemônico entre os principais membros do BRICS, justamente pelas condições internas já descritas. E, como mensagem final ao movimento sindical e popular, sustentou que é necessário ampliar participação no debate sobre esses temas, pois são vitais.

Ele apresentou uma tese forte: **o maior problema do Brasil hoje não seria a desigualdade social, mas o subdesenvolvimento e a dependência externa**. Segundo ele, não é possível enfrentar as tarefas de redução da desigualdade com um país dependente do sistema imperialista e com economia estruturada na exportação de commodities agrícolas e minerais brutos. Essa base não sustentaria um projeto de superação da desigualdade para um país com mais de 200 milhões de habitantes. Por isso, o tema do subdesenvolvimento precisaria ser "abraçado" pelo movimento sindical, que deveria se fazer ouvir nessa agenda estratégica.

Altman encerrou agradecendo novamente o curso e afirmando que iniciativas de formação com foco na situação mundial e na inserção do Brasil são raras no movimento sindical, nos movimentos populares e mesmo em partidos de esquerda. Reafirmou que estudar a conjuntura internacional e localizar nela a posição da classe trabalhadora é essencial para orientar a luta política e social.

Assista no YouTube: *Breno Altman - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

3. SISTEMATIZAÇÃO
DO DEBATE DO PAINEL II

O debate do Painel II, coordenado pelo Secretário de Relações Internacionais da Intersindical, **Ricardo "Big" Saraiva**. *Abaixo, encontram-se as sínteses das contribuições dos/as participantes do curso para o tema.*

3.1. Manoel Elidio Rosa "Mané Gabeira"

Na etapa de debates, Mané Gabeira iniciou sua intervenção destacando a relevância da exposição realizada pelo professor **Luiz Fernando Mocelin**, ressaltando a importância de ampliar, no movimento sindical e popular, o conhecimento sobre a China e sobre o papel que o país vem desempenhando no cenário internacional contemporâneo. Segundo ele, há grande curiosidade e interesse entre os trabalhadores e dirigentes sindicais em compreender melhor a experiência chinesa, especialmente porque os impactos dessa dinâmica global se refletem diretamente na realidade brasileira.

A partir desse reconhecimento, Mané trouxe a contribuição específica da categoria bancária ao debate. Recordou que os sindicatos de bancários – de São Paulo, do Ceará, do Espírito Santo e de Santos – acumulam mais de duas décadas de formulação política em defesa da **estatização do sistema financeiro**. Trata-se, segundo ele, de uma posição histórica e estratégica da categoria, ainda minoritária no conjunto do movimento sindical, mas considerada fundamental para enfrentar os limites estruturais do capitalismo financeiro no Brasil.

Mané destacou que, sob a coordenação da secretária-geral Nilza Pereira de Almeida, os bancários vêm retomando esse debate de forma mais organizada e pedagógica. Anunciou, inclusive, o esforço em curso para a elaboração de uma **cartilha sobre a estatização do sistema financeiro**, que será distribuída à militância sindical como instrumento de formação política e de acúmulo estratégico. Nesse sentido, solicitou ao professor que aprofundasse a reflexão sobre o papel do sistema financeiro no chamado "milagre chinês", uma vez que a experiência da China demonstra, de forma concreta, a centralidade do controle estatal do crédito e do sistema bancário para viabilizar um projeto nacional de desenvolvimento.

Além do aspecto econômico e institucional, Mané Gabeira enfatizou a dimensão **cultural e civilizatória** da experiência chinesa. Em sua avaliação, a China expressa uma visão de mundo distinta daquela historicamente imposta pelas potências europeias e norte-americanas. Ele caracterizou a cultura política ocidental dominante como marcada por práticas racistas, colonialistas e violentas, que ao longo da história se traduziram em escravidão, guerras, intervenções externas, golpes de Estado e, mais recentemente, em formas de dominação como as chamadas guerras híbridas.

Em contraposição, Mané apontou que a China apresenta uma lógica baseada na cooperação, na negociação e no desenvolvimento conjunto. Para ele, a ascensão chinesa e o fortalecimento de espaços como

os BRICS indicam a consolidação de um mundo **multipolar**, sustentado pela ideia do "ganha-ganha", em que as relações internacionais podem ser estruturadas a partir de benefícios mútuos entre os povos e os países envolvidos. Nesse modelo, diferentemente do padrão hegemônico anterior, o desenvolvimento de um país não pressupõe a miséria ou a subordinação de outro.

Por fim, Mané defendeu que essa cultura política chinesa – marcada pela cooperação, pelo respeito à soberania e pela busca de parcerias estratégicas – deve ser mais estudada, difundida e debatida no Brasil, especialmente no interior do movimento sindical e da classe trabalhadora. Para ele, compreender a experiência chinesa não é apenas um exercício acadêmico, mas uma tarefa política fundamental para pensar alternativas ao modelo de dependência, desigualdade e financeirização que historicamente marcou o desenvolvimento brasileiro.

3.2 . Eneida Koury . Direção do Sindicato dos Bancários de Santos e Região e da Direção Nacional da Intersindical

Na sequência do debate, Eneida Koury iniciou sua intervenção parabenizando o professor **Luiz Fernando Mocelin** pela exposição, destacando a importância e a clareza da análise apresentada sobre a China, os BRICS e as transformações em curso na ordem internacional. Em seguida, trouxe uma reflexão crítica e comparativa sobre os diferentes padrões históricos de dominação exercidos pelas grandes potências globais.

Eneida partiu da constatação de que o poder exercido pelos Estados Unidos ao longo do século XX início do século XXI não se limitou ao campo econômico ou comercial. Segundo ela, trata-se de um domínio multifacetado, que combina hegemonia econômica, poder militar, interferência política direta e indireta, imposição de governos, golpes de Estado, assassinatos políticos e intervenções armadas em diversas regiões do mundo. Esse padrão, em sua avaliação, não é exclusivo dos Estados Unidos, mas também esteve presente em experiências coloniais e imperialistas anteriores, como as da Inglaterra e da França, que associaram a expansão econômica à dominação militar e à imposição cultural.

A partir dessa comparação, Eneida levantou uma questão central sobre a natureza da presença chinesa no cenário internacional. Em sua leitura, a China parece operar a partir de uma lógica distinta. Embora esteja expandindo sua atuação global por meio de empresas estatais, investimentos, comércio e financiamento de infraestrutura em diversos países, esse movimento não se apresenta, até o momento, como um projeto de dominação militar ou de imposição direta de regimes políticos. Ao contrário, Eneida sugeriu que a estratégia chinesa estaria orientada prioritariamente para o fortalecimento de sua própria economia, para a elevação da qualidade de vida da população chinesa e, ao mesmo tempo, para a promoção de benefícios econômicos nos países com os quais estabelece parcerias.

Nesse sentido, ela destacou que, diferentemente do modelo ocidental clássico, a China não parece buscar a imposição de um padrão cultural, ideológico ou civilizatório sobre outros povos. Não se observa, segundo Eneida, uma tentativa explícita de exportar valores culturais, estilos de vida ou modelos políticos de forma coercitiva, como ocorreu historicamente com as potências europeias e com os Estados Unidos. Para ela, essa ausência de imposição cultural constitui um elemento relevante e distintivo da atuação chinesa no mundo contemporâneo.

Ao final de sua intervenção, Eneida formulou sua contribuição na forma de uma pergunta direta ao expositor: se essa percepção corresponde, de fato, à realidade da estratégia chinesa ou se há aspectos menos visíveis desse processo que precisam ser considerados. Questionou se a China, ao priorizar o domínio comercial e econômico, estaria conscientemente evitando a imposição cultural e política ou se esse comportamento poderia se alterar no futuro, à medida que sua influência global se amplia. Assim, sua intervenção contribuiu para aprofundar o debate sobre os limites, as diferenças e as possíveis contradições da ascensão chinesa no sistema internacional.

3.3 . Pedro Otoni . Secretário de Formação da Intersindical

Pedro Otoni iniciou sua intervenção agradecendo ao professor **Luiz Fernando Mocelin** pela exposição, destacando o caráter instigante da análise apresentada e a relevância do tema para o movimento sindical. Ressaltou que a discussão sobre a China, dada sua complexidade e importância estratégica, não se esgota em uma única palestra e deveria ser retomada em outras oportunidades formativas.

Pedro compartilhou uma experiência concreta vivenciada em encontros com uma delegação chinesa recebida pela FETQUIM, antes da pandemia. Relatou que o diálogo com os representantes chineses contribuiu para romper estereótipos recorrentes sobre a China como uma sociedade completamente controlada pelo Estado ou pelo Partido Comunista.

Segundo ele, a própria delegação enfatizou que a China é, paradoxalmente, um dos países com maior número de greves no mundo, o que evidencia a vitalidade dos conflitos sociais e da organização dos trabalhadores.

A partir dessa experiência, Pedro destacou a centralidade da participação dos trabalhadores na estrutura produtiva chinesa. Enfatizou que os sindicatos e os organismos da sociedade civil desempenham um papel ativo e institucionalizado na gestão das empresas e da economia. Mencionou a existência histórica dos comitês de fábrica, estabelecidos desde a década de 1950, como instâncias obrigatórias para a legalidade da produção, garantindo a presença organizada dos trabalhadores nos processos decisórios. Para

ele, esse dado é particularmente relevante para um público composto majoritariamente por sindicalistas, pois contraria a ideia de exclusão dos trabalhadores da direção da produção e revela um modelo distinto de relações entre Estado, partido, empresas e classe trabalhadora.

Na parte final de sua intervenção, Pedro ampliou a reflexão para o plano geopolítico global. Argumentou que a ascensão da China e a construção de um mundo multipolar podem ser compreendidas como parte de um "terceiro processo de independência" dos povos do Sul Global. Estabeleceu um paralelo histórico com outros momentos de crise hegemônica: a quebra da hegemonia ibérica e britânica, que abriu caminho para as independências na América Latina; e o período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, que possibilitou processos de emancipação na Ásia e na África.

Segundo Pedro, a atual crise da hegemonia estadunidense abre espaço para uma nova onda de projetos nacionais soberanos, visível em regiões como a África, onde países passam a questionar não apenas os Estados Unidos, mas também antigas potências coloniais, como a França. Destacou ainda a mudança de postura de países como a Índia, historicamente subordinados, que passam a adotar posições mais autônomas no cenário internacional.

Concluindo, Pedro provocou o debate ao sugerir que o mundo vive um momento análogo a um novo "espírito de Bandung", marcado pela afirmação do Sul Global e pela busca de emancipação definitiva frente às estruturas tradicionais de dominação. Ressaltou, contudo, que processos de ruptura hegemônica são sempre acompanhados de conflitos, mas representam, ao mesmo tempo, oportunidades históricas para a construção de novas alternativas de desenvolvimento, soberania e cooperação internacional.

3.4 . Eriston Ferreira

Eriston Ferreira concentrou sua intervenção em duas linhas principais: a comparação entre o salto histórico da China e a ausência de um projeto nacional equivalente no Brasil, e as implicações disso para a disputa geopolítica em torno dos BRICS, do imperialismo e do chamado "campo anti-imperialista". Para ele, o dado mais pedagógico extraído do painel é que a China passou, em aproximadamente um século, de uma posição de atraso relativo para uma condição de liderança em várias dimensões do desenvolvimento; essa virada, contudo, não seria resultado de acaso, mas de um fator decisivo: planejamento. Na sua leitura, a capacidade chinesa de estabelecer metas de longo prazo, organizar instrumentos estatais e dirigir prioridades econômicas e tecnológicas permite compreender por que o país "sabe onde quer chegar" e, por isso, reduz improvisos e oscilações conjunturais. Ao contrapor esse quadro ao Brasil, Eriston sustenta que a fragilidade brasileira está justamente na falta de um horizonte estratégico: não se trata apenas de "não ter planejamento", mas de não haver sequer uma perspectiva consolidada de planejamento de Estado, capaz de indicar onde o país pretende estar nas próximas décadas.

A partir desse contraste, ele avalia que a presença do Brasil no BRICS é, em si, um sinal relevante, pois abre margem para alternativas numa ordem internacional em disputa. Ainda assim, ele recusa qualquer idealização: países atuam por interesses, e a China não se relaciona com o Brasil por afinidades abstratas, mas por objetivos concretos vinculados a comércio, segurança econômica e posicionamento global. Nessa chave, Eriston chama atenção para o papel do mercado consumidor como elemento estruturante: grandes potências industriais precisam vender, e isso ajuda a explicar por que a China busca ampliar con-

sumo interno e elevar salários, de modo a sustentar ciclos de produção e inovação. Desse ponto ele deriva uma provocação central: se o BRICS se apresenta como alternativa à hegemonia norte-americana, o Brasil precisa cuidar para não apenas trocar o polo de subordinação, substituindo uma dependência por outra. Em outras palavras, o desafio brasileiro seria evitar sair de uma condição de periferia subordinada a Washington para entrar numa relação igualmente assimétrica com Pequim, ainda que por caminhos diferentes.

Eriston também problematiza o vocabulário político em disputa. Para ele, "anti-imperialismo" não pode funcionar apenas como etiqueta reativa, como simples negação do imperialismo; é preciso definir com mais nitidez o que esse campo afirma positivamente, que projeto o orienta, quais mecanismos de coordenação o tornam mais do que uma oposição circunstancial. Ao explorar esse ponto, ele retorna ao tema do planejamento, agora em escala sistêmica: se a transição internacional aponta para uma multipolaridade crescente, como se organizará um conjunto de polos distintos sem cair em fragmentação permanente? Em sua leitura, o liberalismo contemporâneo revela sinais de crise justamente por dificuldades de coordenação e direção, em meio à força dispersa de diferentes interesses econômicos e centros de poder. A questão, portanto, não é apenas reconhecer múltiplos polos, mas compreender que tipo de arranjos políticos e econômicos pode dar coerência a essa pluralidade.

Por fim, ele desloca a reflexão para duas perguntas de alto impacto estratégico. A primeira diz respeito à sustentabilidade do modelo chinês: mesmo reconhecendo seus avanços, Eriston questiona se um desenvolvimento que também opera sob lógicas de mercado e acumulação não encontra limites, e se esse sistema conseguirá manter expansão e estabilidade no longo prazo. A segunda pergunta trata do risco de escalada militar: diante do declínio relativo da hegemonia norte-americana e da ascensão chinesa, ele indaga se a competição pode desembocar em guerra aberta e se a dissuasão nuclear funcionará, de fato, como barreira para impedir um confronto direto. Nesse horizonte, ele aponta Taiwan como possível ponto de gatilho, sugerindo que a disputa por essa região pode condensar tensões e transformar rivalidade estratégica em conflito de grandes proporções.

3.5 . Ricardo "Big" Saraiva

No seu comentário, Big retoma o eixo central do debate ao insistir na comparação histórica entre China e Brasil a partir do final dos anos 1970. Ele observa que, em 1978, a China se encontrava em posição econômica muito inferior à brasileira e que a transformação ocorrida desde então não foi espontânea, mas resultado de um projeto nacional deliberado, formulado, registrado e efetivamente implementado ao longo do tempo. Para ele, esse é o ponto-chave da experiência chinesa: a existência de um plano estratégico que orientou a acumulação inicial de capital, primeiro integrada de forma subordinada à economia global, e que depois passou a ser redirecionada para investimentos internos, especialmente em tecnologia, inovação e setores de ponta. Esse movimento explicaria por que a China hoje ocupa posição central em áreas como inteligência artificial e mantém relações econômicas e comerciais com a ampla maioria dos países do mundo.

A partir dessa constatação, Big desloca a reflexão para o caso brasileiro. Em sua avaliação, a pergunta decisiva não é apenas se o Brasil deve ou não se alinhar a este ou àquele polo internacional, mas qual projeto próprio o país pretende construir. Ele reconhece que o Brasil não dispõe de instrumentos de poder duro comparáveis aos das grandes potências, como a posse de armas nucleares, mas argumenta que isso não

elimina a necessidade de uma estratégia clara de desenvolvimento e soberania. Ao mencionar o BRICS, Big destaca que esse campo é internamente diverso, reunindo países com trajetórias históricas, sistemas políticos e modelos econômicos distintos, o que torna ainda mais urgente que o Brasil defina seus próprios objetivos, em vez de apenas se acomodar às dinâmicas externas.

Nesse sentido, sua intervenção converge para uma provocação fundamental: que salto de qualidade o Brasil precisa realizar para superar seus limites estruturais? Se a China conseguiu transformar uma posição inicial desfavorável em vantagem estratégica por meio de planejamento, investimento tecnológico e coordenação estatal, Big questiona por que o Brasil, que partia de condições relativamente melhores, não foi capaz de fazer o mesmo. A resposta, implícita em sua fala, remete novamente à ausência de um projeto nacional consistente. Para ele, o desafio brasileiro passa necessariamente pela construção de uma estratégia que combine tecnologia, inovação e desenvolvimento produtivo, capaz de enfrentar problemas históricos de dependência e recolocar o país em um patamar mais autônomo no cenário internacional.

3.6 . Manoel Elidio Rosa "Mané Gabeira"

Na sua intervenção, Mané Gabeira concentra-se em duas questões centrais do debate geopolítico apresentado ao longo do curso. A primeira diz respeito à posição do Brasil diante das grandes iniciativas estratégicas lideradas pela China, em especial a chamada Rota da Seda. Para ele, é significativo que o Brasil não esteja integrado de forma mais clara a esse projeto, que articula infraestrutura, comércio, logística e financiamento em escala global. A ausência brasileira nessa iniciativa suscita dúvidas sobre o lugar que o país pretende ocupar no redesenho das relações econômicas internacionais e reforça a percepção de indefinição estratégica da política externa nacional.

A segunda questão levantada por Mané Gabeira refere-se ao agravamento dos conflitos regionais e à crescente presença militar dos Estados Unidos na América Latina, exemplificada pela atuação da Quarta Frota no entorno da Venezuela. Nesse contexto, ele expressa preocupação com as oscilações e vacilações da diplomacia brasileira, tanto no plano regional quanto no internacional. Ao mencionar episódios recentes envolvendo a postura do Itamaraty em processos políticos latino-americanos, destaca a fragilidade de uma política externa que, em momentos decisivos, hesita em afirmar princípios de soberania, não intervenção e autodeterminação dos povos.

Ao recuperar a atuação de veículos e iniciativas que defenderam de forma consistente a legitimidade de processos políticos na Venezuela, Mané Gabeira enfatiza a importância da solidariedade internacional e do compromisso com uma leitura crítica da geopolítica, distinta da narrativa dominante produzida pelas grandes potências e pela mídia hegemônica. Sua fala, portanto, articula uma crítica à indefinição estratégica do Brasil, alerta para os riscos da crescente militarização do continente e reafirma a necessidade de o país assumir posições mais firmes e coerentes em defesa da soberania regional e da integração latino-americana.

3.7 . Sil Rosa

Na sua intervenção, Sil Rosa articula uma reflexão que conecta o debate geopolítico apresentado ao desafio político imediato colocado para a esquerda brasileira. Para ela, o cenário internacional descrito, es-

pecialmente a disputa entre imperialismo e campo contra-hegemônico, impõe à classe trabalhadora e às forças progressistas um desafio que vai além da simples reeleição do presidente Lula em 2026. Trata-se, sobretudo, de defender de forma concreta e organizada um projeto político próprio frente aos ataques imperialistas, tanto internos quanto externos, superando a fragmentação que ainda marca setores da esquerda brasileira.

Sil Rosa destaca que, no plano internacional, experiências como a chinesa evidenciam uma estratégia clara de defesa e consolidação nacional, inclusive no campo militar, mas sem abandonar uma dimensão discursiva e política voltada à solidariedade internacional e à cooperação entre países. Nesse sentido, chama atenção para o contraste com o Brasil, que ainda apresenta dificuldades em afirmar de maneira coesa um projeto nacional de longo prazo, articulando soberania, desenvolvimento e identidade cultural.

A intervenção dedica especial atenção ao papel da Índia no cenário geopolítico atual. Sil Rosa observa que o país ocupa uma posição ambígua, ao mesmo tempo em que integra o BRICS e mantém relações estreitas com o Ocidente, flertando com diferentes polos de poder. Essa postura levanta questionamentos sobre o lugar efetivo da Índia no campo contra-hegemônico, considerando sua enorme força demográfica, sua relevância econômica e sua expressiva potência cultural, especialmente na produção audiovisual e na preservação de tradições próprias. Para ela, compreender essa ambiguidade é fundamental para entender os limites e possibilidades do BRICS como articulação política e estratégica.

Por fim, Sil Rosa amplia o debate ao relacionar geopolítica, cultura e crise ambiental. Ao mencionar a COP 30 e o papel do Brasil como país-sede, ela aponta os desafios hegemônicos colocados pela agenda climática global. Ressalta que a crise ambiental interessa diretamente às grandes potências e que o Brasil, por sua centralidade ambiental e cultural, precisa articular soberania, desenvolvimento sustentável e protagonismo internacional. Sua fala reforça a ideia de que o enfrentamento da crise climática, assim como a disputa geopolítica, exige projeto, clareza estratégica e capacidade de mobilização social.

3.8 . Nilza Pereira de Almeida

Na sua intervenção, Nilza Pereira de Almeida parte de uma avaliação positiva da exposição do painelista e do acompanhamento atento que faz do debate internacional, destacando especialmente a experiência chinesa. Para ela, um dos aspectos mais impressionantes do processo conduzido pela China foi a combinação entre organização política, ação estatal e mobilização social durante a pandemia. Nilza chama atenção para o papel desempenhado pelo Partido Comunista Chinês, que, mesmo em meio a uma crise sanitária global, manteve como tarefa estratégica a erradicação da pobreza extrema.

Segundo sua leitura, enquanto grande parte do mundo estava paralisada ou apenas tentando sobreviver, a China implementava políticas concretas de proteção social, levando alimentação, moradia e cuidados básicos às populações mais vulneráveis, especialmente idosos e comunidades distantes dos grandes centros, retirando milhões de pessoas da pobreza naquele período.

Esse processo, segundo Nilza, revela um nível de disciplina política e organizativa que falta às forças progressistas brasileiras. Ela recupera a ideia de "disciplina revolucionária" como elemento central para pensar, planejar e agir de forma estratégica, algo que, em sua avaliação, foi sendo abandonado ao longo do tempo. Para ela, parte dos problemas atuais decorre dessa perda de capacidade organizativa, substituída

por uma militância excessivamente imediatista, muito centrada na disputa eleitoral e menos orientada por um projeto estruturante de longo prazo.

Ainda sobre a China, Nilza ressalta o que define como uma "cultura de paz" na atuação internacional do país. Em contraste com a lógica de ocupação e imposição historicamente praticada pelos Estados Unidos, ela observa que a presença chinesa em outros países tende a se dar por meio de negociação, transferência de tecnologia e investimentos em infraestrutura social, como escolas e hospitais, buscando algum nível de benefício direto para as populações locais. Essa postura, para ela, diferencia qualitativamente o padrão chinês de inserção internacional e ajuda a explicar a aceitação que o país vem conquistando em diversas regiões do mundo.

Na segunda parte de sua fala, Nilza desloca o foco para o contexto brasileiro e para as discussões em curso no âmbito institucional. Ela relata sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, onde está sendo debatido o projeto Brasil 2050, coordenado pelo Ministério do Planejamento. Nesse espaço, segundo ela, estão em discussão os pilares estratégicos de sustentação da política brasileira de longo prazo. Nilza observa, no entanto, uma assimetria importante: enquanto o setor empresarial participa com equipes técnicas e projetos bem estruturados, os representantes do movimento sindical e popular ainda enfrentam dificuldades para apresentar propostas com o mesmo grau de elaboração e concretude.

Ela reconhece que existem exceções, como iniciativas vindas da área da educação e de setores comprometidos com o desenvolvimento democrático, mas alerta para o risco de que esse espaço acabe sendo hegemonizado pelos interesses empresariais, caso o campo popular não consiga transformar essas discussões em um projeto efetivamente compreendido e apropriado pela sociedade. Ao mesmo tempo, Nilza pondera que, apesar de suas limitações, há sim uma tentativa de construção de um horizonte estratégico, inclusive com plataformas participativas que podem servir de base para o programa de governo em 2026.

Ao concluir, Nilza retoma a ideia do "pêndulo" que marca a política externa e o projeto nacional brasileiro. Diferentemente da China, o Brasil ainda não definiu de forma clara para que lado pretende se orientar estrategicamente no cenário internacional. Ainda assim, ela enfatiza que há um processo em curso, ainda que contraditório e insuficiente, de reflexão sobre o futuro do país até 2050. Para Nilza, o desafio central está em transformar esse debate institucional em um projeto político consistente, com participação popular, clareza estratégica e capacidade de mobilização social.

3.9 . Augusto Monteiro Jr.

Na sua intervenção, Augusto Monteiro parte do reconhecimento da relevância do debate e da qualidade das exposições, destacando de forma enfática o significado histórico do projeto chinês. Para ele, o fato de a China ter retirado centenas de milhões de pessoas da pobreza desde o início dos anos 1980 é um dado concreto e incontornável, que expressa a existência de um projeto político e econômico estruturado, baseado em planejamento de longo prazo e ação estatal coordenada. Esse processo, segundo Augusto, constitui um contraponto objetivo ao padrão de funcionamento do capitalismo contemporâneo e à lógica do imperialismo norte-americano, marcado pelo aprofundamento das desigualdades, pela exploração e pela instabilidade social.

Augusto também sublinha o papel desempenhado pela China durante a pandemia, ressaltando sua atuação solidária em relação a países que enfrentavam maiores dificuldades, em contraste com a postura dos Estados Unidos. Em sua avaliação, essa diferença revela não apenas estratégias geopolíticas distintas, mas concepções opostas sobre cooperação internacional e solidariedade entre os povos. Ele chega a afirmar que, mesmo em comparação com a Rússia, a China apresenta um modelo mais avançado de articulação internacional, orientado para a construção de um mundo multipolar e multilateral, capaz de abrir perspectivas mais favoráveis para a classe trabalhadora em escala global.

Ao ampliar a análise, Augusto situa o debate no contexto do esgotamento estrutural do sistema capitalista. Para ele, esse esgotamento se manifesta no aprofundamento das desigualdades sociais, na intensificação das crises migratórias, no agravamento dos fenômenos climáticos e ambientais e na incapacidade do capitalismo de oferecer respostas sustentáveis aos desafios contemporâneos. Nesse cenário, iniciativas como os BRICS surgem como possibilidades concretas de reorganização da ordem mundial e de construção de alternativas ao sistema vigente.

Entretanto, Augusto chama atenção para uma contradição central do momento histórico atual: paralelamente à crise do capitalismo e à emergência de alternativas multipolares, observa-se o crescimento acelerado do fascismo e da extrema direita em diversas partes do mundo, especialmente no Ocidente. Em sua leitura, esse fenômeno se apresenta, em muitos casos, como uma reação ao próprio liberalismo, operando dentro do sistema capitalista e canalizando o descontentamento social para soluções autoritárias e regressivas.

A partir dessa constatação, Augusto formula a questão que considera central para o debate: por que, em um contexto de crise profunda do capitalismo, as ideias socialistas não conseguem se afirmar de forma mais ampla como horizonte político e social para a classe trabalhadora? Por que o descontentamento popular tem sido, em muitos casos, capturado pelo fascismo e não por projetos de transformação estrutural? Para ele, compreender essa disputa ideológica e política é fundamental para que o movimento sindical e as forças de esquerda consigam enfrentar os desafios do presente e construir um projeto capaz de responder, de forma progressista, à crise civilizatória em curso.

4. RESPOSTA DOS PAINELISTAS

A seguir, é apresentada a resposta dos Painelistas em relação às perguntas e comentários dos/as cursistas.

4.1. Luiz Fernando Mocelin

Luiz Fernando Mocelin estruturou sua resposta articulando duas dimensões complementares do debate: de um lado, a leitura do cenário internacional contemporâneo; de outro, os elementos concretos da experiência chinesa que ajudam a iluminar limites e desafios do desenvolvimento brasileiro.

Para ele, compreender a China exige situá-la em um mundo em profunda transformação, marcado pelo esgotamento da ordem unipolar que predominou ao longo do século XX e pela emergência de uma configuração multipolar ainda instável e em disputa.

Nesse sentido, Mocelin dialogou com a provocação sobre uma possível "nova primavera dos povos", afirmando que há, sim, sinais claros de mudança estrutural no sistema internacional, mas que ainda não é possível definir com precisão o ponto de chegada desse processo histórico. Recorrendo a autores da economia política internacional, como Giovanni Arrighi, caracterizou o momento atual como um período de "caos sistêmico", no qual crises econômicas, geopolíticas, ambientais e sociais se sobrepõem e indicam o deslocamento das placas tectônicas que sustentaram a ordem mundial nas últimas décadas. Essas transformações produzem impactos profundos, comparáveis a verdadeiros "tsunamis" históricos, ainda que seus desfechos permaneçam em aberto. Apesar dessa incerteza, Mocelin foi categórico ao afirmar que o mundo do século XXI já não comporta uma lógica unipolar, na qual um único país define, de forma incontestável, as regras do jogo internacional.

A partir desse enquadramento mais amplo, Mocelin destacou que a experiência chinesa chama atenção não por oferecer um "modelo" pronto a ser copiado, mas por recolocar no centro do debate elementos que fazem falta ao Brasil, especialmente a capacidade de planejamento de longo prazo. Ele lembrou que o Brasil não é historicamente um país sem planejamento: citou a criação do Ministério do Planejamento sob Celso Furtado e recordou que, mesmo em períodos autoritários, como durante a ditadura militar, o Estado brasileiro foi capaz de executar projetos estratégicos de grande envergadura, como a construção de grandes hidrelétricas. Para Mocelin, a perda dessa capacidade não decorre de uma suposta incapacidade nacional, mas da hegemonia neoliberal recente, que impôs um curto-prazismo permanente e solapou qualquer possibilidade de pensar o desenvolvimento em horizontes médios e longos.

Nesse ponto, ele sublinhou que o planejamento não é uma questão meramente técnica ou econômica, mas essencialmente política. O neoliberalismo, ao reduzir o papel do Estado à gestão imediata do orçamento, destrói a possibilidade de definir projetos nacionais de longo prazo. Em contraste, a China recoloca o planejamento no centro da organização social e econômica, estabelecendo metas estratégicas que se projetam até meados do século XXI e subordinando os mecanismos do capitalismo a objetivos definidos politicamente. Para Mocelin, essa diferença revela duas formas distintas de organizar a sociedade: uma orientada pelo mercado e pelo curto prazo, outra orientada pela política e pelo planejamento.

Ao responder às questões sobre sindicatos e participação dos trabalhadores na China, Mocelin foi enfático ao afirmar que os conflitos trabalhistas e as greves não são um desvio do processo de desenvolvimento chinês, mas um de seus componentes centrais. Ele destacou que, se a China não fosse o país com maior número de greves no mundo, o salário médio do trabalhador industrial chinês não teria superado o do trabalhador brasileiro. A presença de sindicatos ativos, a pressão social organizada e os mecanismos de negociação coletiva são, segundo ele, funcionais à própria estratégia chinesa de desenvolvimento.

Nesse sentido, explicou que o aumento contínuo dos salários interessa ao próprio governo chinês, pois fortalece o mercado interno, amplia a demanda por bens e serviços e induz novos investimentos produtivos. Trata-se de um círculo virtuoso em que conflito social, regulação estatal e crescimento econômico não aparecem como elementos contraditórios, mas como partes de uma mesma engrenagem. A gestão do trabalho e a organização sindical, portanto, ocupam um lugar relevante na dinâmica chinesa, contribuindo para a consolidação de um mercado interno robusto.

Ao mesmo tempo, Mocelin reconheceu que a ascensão chinesa coloca contradições importantes para outros países, inclusive para o Brasil. Do ponto de vista concorrencial, observou que os trabalhadores chi-

neses, em determinados setores, apresentam custos menores em comparação internacional, o que pode gerar pressões sobre o emprego e a indústria em outras economias. Essa realidade, longe de ser ignorada, reforça, em sua avaliação, a necessidade de políticas nacionais de desenvolvimento, proteção do trabalho e fortalecimento da indústria local, para evitar uma inserção internacional subordinada.

O painelista também abordou a questão da sustentabilidade do caminho chinês. Evitando a noção de um "modelo" fechado, preferiu falar em uma forma específica de organização social que vem produzindo resultados concretos há cerca de cinquenta anos. Destacou que a China tem mantido crescimento econômico contínuo acompanhado de melhorias nas condições de vida da população, inclusive em contextos adversos, como durante a pandemia, quando foi a única grande economia a preservar taxas positivas de crescimento. Esse desempenho indicaria a existência de uma nova sociabilidade capaz de articular crescimento, estabilidade social e direção política.

Nesse processo, Mocelin atribuiu papel central às inovações tecnológicas. Para ele, o capitalismo historicamente depende da abertura de novas fronteiras de acumulação, e a tecnologia cumpre essa função no estágio atual. A China tornou-se um polo decisivo dessas inovações, abrindo novas possibilidades de expansão econômica em áreas como tecnologia digital, inteligência artificial, exploração espacial e transição energética. Esse dinamismo amplia as fronteiras de acumulação e, ao mesmo tempo, reforça a posição chinesa na economia mundial.

A singularidade chinesa, contudo, residiria no fato de que essas dinâmicas capitalistas não operam de forma autônoma ou descontrolada. Ao contrário, são reguladas e orientadas politicamente pelo Partido Comunista Chinês. Mocelin apontou os planos quinquenais como a expressão mais concreta desse controle, nos quais metas são claramente definidas e sistematicamente acompanhadas.

Assim, forças tipicamente associadas ao capitalismo são "domesticadas" por um projeto político de longo prazo, o que permite alinhar crescimento econômico a objetivos estratégicos nacionais.

No plano internacional, Mocelin avaliou que o governo Lula não dispõe de alternativas reais além da defesa firme da soberania nacional. Em sua análise, ceder às ingerências externas, seja no campo do sistema judiciário, seja na política econômica, significaria comprometer os interesses estratégicos do país.

Ele considerou que o governo tem adotado uma postura consistente na defesa dos empregos, das empresas nacionais e da autonomia brasileira, sustentando-se em resultados concretos e não em promessas vagas das potências tradicionais.

Por fim, ao retomar o debate sobre o chamado "milagre chinês", Mocelin enfatizou o papel decisivo do sistema financeiro estatal. Explicou que a política monetária e a política cambial chinesas estão subordinadas a um projeto nacional de desenvolvimento, no qual o controle das taxas de juros, a regulação rigorosa do crédito e a predominância do sistema bancário estatal funcionam como instrumentos para direcionar investimentos aos setores estratégicos. Segundo ele, não há, no mundo contemporâneo, experiência plenamente comparável à chinesa nesse aspecto: trata-se de um sistema financeiro organizado para servir ao desenvolvimento, e não à especulação.

Encerrando sua intervenção, Mocelin agradeceu o espaço de debate e as perguntas do público, reafir-

mando a importância de discutir a China, a multipolaridade e os caminhos do desenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica, informada e comprometida com a soberania nacional e com os interesses da classe trabalhadora.

4.2 . Breno Altman

Breno Altman iniciou sua resposta agradecendo as perguntas e comentários e, em seguida, anunciou que organizaria a intervenção em torno dos temas que foi anotando durante o debate. Ele procurou responder, de forma encadeada, às questões que lhe foram dirigidas, com especial atenção às dúvidas sobre o papel da Índia no BRICS, a natureza do "projeto nacional" e do poder de Estado, os riscos de guerra envolvendo Taiwan e a disputa militar entre Estados Unidos e China, a posição brasileira diante da Rota da Seda, a centralidade da Venezuela na geopolítica regional e, por fim, a incerteza em torno da COP 30 em Belém.

Ao abordar a Índia, Breno Altman enfatizou que se trata de um país com atributos relevantes: possui bomba atômica, capacidade militar regional, acelerou seu crescimento econômico nas últimas décadas, tornou-se o país mais populoso do planeta e dispõe de um mercado interno que garante escala para sua economia. Ainda assim, sustentou que a Índia permanece profundamente dependente. Segundo sua leitura, o país se aproxima do BRICS como parte de um esforço para reduzir a dependência diante dos capitais europeus e norte-americanos, mas o faz a partir de uma posição estruturalmente condicionada. Ele descreveu a Índia como historicamente endógena – voltada para si mesma – com baixo grau de atuação geopolítica fora de sua própria região, buscando agora ampliar seu raio de ação.

Altman apontou que, mesmo após a independência, a Índia permaneceu, em larga medida, satelital em relação ao Reino Unido e, por essa via, manteve uma forte gravitação pró-americana, ainda que, em determinados períodos, tenha ensaiado políticas externas mais autônomas. A partir desse diagnóstico, afirmou duvidar que a Índia venha a desempenhar um papel mundial de grande amplitude. Seu argumento é que o protagonismo indiano tende a ser restrito, porque a Índia carrega – sob outra forma – problemas semelhantes aos do Brasil e de outros países capitalistas periféricos integrantes do BRICS.

Nesse ponto, Breno deslocou o debate: para ele, a diferença decisiva entre a China e países como Brasil e Índia não é a existência de um "projeto", mas a questão do poder. A tese central da sua resposta é que o que distingue a China dos demais não é a capacidade de formular planos ou ideias – algo que, segundo ele, não é difícil e pode ser visto em vários espaços institucionais –, mas a natureza de quem governa e controla o Estado. Na China, disse Altman, houve uma revolução; a burguesia não governa. Essa é, para ele, a diferença fundamental entre países em que a burguesia governa e aqueles em que a classe trabalhadora governa.

Com esse raciocínio, Altman sustentou que, na Índia, o poder está nas mãos de uma burguesia atrasada, o que se converte em entrave ao desenvolvimento e limita a capacidade do país de transformar potencial econômico e cultural em influência planetária. Ele caracterizou essa burguesia como periférica, frágil, associada ao sistema imperialista e, por isso mesmo, dividida. Num ponto que chamou atenção na sua fala, afirmou que o setor mais nacionalista da burguesia indiana se expressaria pela extrema direita, personificada no primeiro-ministro Narendra Modi. Na sua interpretação, seria essa extrema direita que busca caminhos para reduzir o peso das forças externas – as "forças gravitacionais" – que, segundo ele, limitam a expansão do capital indiano. Ainda assim, Altman concluiu que nem a Índia, nem o Brasil, nem

a África do Sul seriam capazes de produzir uma perspectiva transformadora e rupturista na ordem mundial, precisamente porque nesses países o poder segue sob comando burguês. A Rússia, observou, seria um caso particular, pois teria sido empurrada, pela própria estratégia de Washington, a desempenhar um papel ativo no campo antiimperialista.

A partir daí, Altman respondeu diretamente às perguntas sobre "projeto nacional" e sobre o que o Brasil deveria fazer. Ele afirmou não concordar com a ideia de que o principal problema da esquerda brasileira seja a ausência de um projeto nacional. Recorrendo a uma frase que atribuiu a Davi Capistrano, sintetizou sua posição de modo contundente: "projeto nacional é papo furado". Seu ponto, explicado em seguida, é que a essência de qualquer processo de mudança está no poder político, no poder de Estado: trata-se de a classe trabalhadora conquistar o Estado e construir uma estratégia de confronto e acumulação de forças que permita essa conquista. Sem isso, qualquer formulação de projeto permaneceria no plano do debate abstrato, do "mundo das ideias", incapaz de alterar as bases reais da sociedade.

Altman insistiu que o problema é estrutural: o Brasil não avança em projetos transformadores porque quem detém o poder de Estado é a burguesia brasileira – e, na sua leitura, a essa burguesia não interessa nada que altere as bases da acumulação capitalista no país. Por isso, explicou, não se trata de uma "batalha de ideias", mas de uma batalha por poder. Ele reconheceu que a esquerda brasileira, nas últimas décadas, foi relativamente bem-sucedida em conquistar governos, inclusive o governo federal em mais de uma ocasião. Citou o histórico de eleições presidenciais desde 1989 e argumentou que, em um país difícil, vencer várias vezes não é pouca coisa. O problema, entretanto, seria outro: a esquerda, segundo ele, não tem estratégia de poder. Conquista governos, mas não realiza a transição do governo para o poder. Em sua comparação, afirmou que é isso que a China fez ao retirar o poder da burguesia e que algo análogo teria ocorrido na Venezuela, onde a burguesia perdeu o controle do Estado – daí, segundo Altman, a intensidade da reação, dos gritos e do "esperneio" das classes dominantes e das forças externas.

Na sequência, ao tratar do tema Taiwan e da "inevitabilidade" da guerra, Altman retomou a tese, que apresentou como histórica, de que choques de hegemonia tendem a conduzir à guerra. Mencionou que Stalin teria formulado, ao final dos anos 1940 e início dos 1950, a ideia de que a tendência da luta de classes internacional seria a guerra mundial, e observou que essa concepção orientou a União Soviética na Guerra Fria, para o bem e para o mal: de um lado, levando à construção de capacidade militar e dissuasão nuclear; de outro, sustentando condições para a defesa – direta ou indireta – de processos revolucionários em diferentes partes do mundo. Ele citou episódios como a crise dos mísseis em Cuba, a guerra em Angola e outros momentos de confronto como evidências de que, para a URSS, a questão militar não era retórica.

Altman afirmou considerar real a tendência de guerra em disputas de hegemonia, a menos que um dos lados acumule força tão superior que dissuada completamente o outro, ou que o lado hegemônico entre em crise interna tão profunda que perca capacidade de recorrer à força. Ele reconheceu que esse tipo de crise pode ocorrer, mas advertiu que ninguém deveria apostar nisso como estratégia.

Por essa razão, defendeu que China e Rússia estariam corretas em se armarem "até os dentes": precisariam construir uma força militar suficientemente superior para impedir o recurso norte-americano à via armada ou, se a guerra ocorrer, para se defender da melhor forma possível – inclusive num cenário nuclear, que qualificou como trágico, mas realista. Reiterou a ideia de que nenhum Estado hegemônico sai de cena por vontade própria.

Sobre Taiwan, Altman disse ser um dos gatilhos possíveis para escalada. Explicou que haveria setores das elites norte-americanas interessados em estimular forças independentistas em Taiwan a declararem independência, acreditando que isso colocaria a China "no canto do ringue": ou aceitar a separação, ou precipitar-se numa operação militar de reunificação, abrindo janela para uma confrontação direta com os EUA num momento em que a China ainda não teria maturado plenamente sua capacidade militar. Ele foi enfático ao afirmar que, hoje, a China é militarmente muito mais fraca que os Estados Unidos – não "um pouco", mas "muito". A razão principal, segundo ele, é o controle dos mares: a superioridade norte-americana residiria, sobretudo, em sua marinha e na capacidade de projeção naval. A China, disse Altman, trabalha para resolver esse déficit e teria como horizonte estratégico alcançar equilíbrio marítimo no centenário de sua revolução, mas ainda não chegou lá, razão pela qual atua com cautela.

Ao ampliar o argumento, Altman observou que os Estados Unidos continuam sendo a única potência que combina força militar expressiva com enorme capacidade de mobilização global, em grande medida devido à rede de bases militares espalhadas pelo mundo. China e Rússia, além de possuírem forças inferiores, não disporiam da mesma "capilaridade" militar. Em um eventual conflito no mar do Sul da China, por exemplo, ele avaliou que a Rússia teria grandes dificuldades de socorrer a China diretamente, sendo provável que sua estratégia consistisse em intensificar tensões na Europa para dispersar a concentração militar norte-americana. Altman lembrou que isso não é, em si, um obstáculo absolutamente intransponível – citou a União Soviética como exemplo de potência militar enorme sem capilaridade equivalente –, mas destacou que o contexto econômico importa. A URSS apostava na capacidade militar própria de cada país do sistema socialista (com exceção do Pacto de Varsóvia na Europa), porque não tinha base econômica para sustentar um "exército mundial" como os EUA sustentaram. Na sua leitura, nem Rússia nem China teriam condições econômicas de copiar o modelo norte-americano de projeção global: se a China tentasse espelhar integralmente os EUA, sua economia "tremeria os joelhos", e esse caminho poderia exauri-la. Por isso, afirmou que a doutrina militar chinesa e russa tende a ser defensiva, embora, mesmo numa doutrina defensiva, seja indispensável resolver o problema marítimo, onde a vantagem norte-americana permanece grande.

Ao responder sobre a Rota da Seda e por que o Brasil não integra formalmente a iniciativa, Altman vinculou a decisão à política externa "pendular" do país. Segundo ele, setores do Itamaraty e do governo teriam convencido o presidente Lula de que aderir oficialmente à Rota da Seda produziria desgaste geopolítico nas relações com Estados Unidos e Europa sem oferecer benefícios proporcionais – e que haveria alternativas de cooperação econômica, inclusive acordos propostos pela própria China, que permitiriam uma aproximação funcional sem o mesmo custo simbólico e diplomático de "assumir um lado". Altman esclareceu que essa é a lógica atribuída ao Itamaraty, não necessariamente a sua avaliação pessoal: na prática, segundo ele, os arranjos se aproximariam do que seria a Rota da Seda, mas preservando o discurso de não alinhamento.

O tema da Venezuela foi tratado por Altman como um eixo decisivo da disputa regional. Ele afirmou que a Venezuela é a grande "pedra no sapato" dos Estados Unidos na América do Sul não apenas porque o governo não é aliado de Washington, mas porque o poder de Estado, em sentido amplo, deixou de estar sob controle dos aliados norte-americanos. Na sua descrição, o chavismo teria hegemonia no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e nas Forças Armadas, o que impediria os EUA de exercerem influência "por dentro" como fazem em países onde a burguesia local e as instituições do Estado operam em sintonia com interesses externos. Por isso, argumentou, os EUA ficam obrigados a agir "por fora", por meio de

sanções, bloqueios, agressão indireta e ameaça militar – e Altman mencionou que esse tipo de pressão teria se intensificado em meses recentes.

Ele acrescentou que haveria debates internos nos EUA sobre a forma de conduzir a política para a América do Sul. Apresentou, de um lado, a lógica binária – "aos amigos, tudo; aos inimigos, porrete" –, e, de outro, a possibilidade de uma política mais refinada em "três blocos": amigos, inimigos e "neutralizáveis". Altman afirmou que a estratégia dos "três blocos" seria típica do Partido Democrata e que poderia influenciar aconselhamentos a Donald Trump no sentido de tentar neutralizar países com forte quinta coluna interna, como o Brasil. Nessa hipótese, o Brasil seria colocado no campo dos "neutralizáveis", explorando-se as dificuldades de governabilidade do Lula e o peso da burguesia brasileira como força interna de pressão.

Para a Venezuela, porém, Altman foi taxativo: seria inimigo claro, porque, na lógica imperial, a Revolução Bolivariana precisaria ser liquidada. Ele argumentou que isso não é apenas por simbolismo – como, segundo ele, seria o caso de Cuba, que não teria peso econômico ou militar capaz de ameaçar hegemonia regional –, mas porque a Venezuela, com petróleo, ouro e minerais estratégicos, poderia, se operasse fora de um ambiente de sanções, converter-se numa força econômica pujante capaz de reduzir a influência norte-americana na região, como teria demonstrado no governo Chávez em períodos anteriores. Por isso, afirmou, a Venezuela é alvo preferencial de bloqueios e sanções e deveria ser também alvo preferencial de solidariedade da esquerda latino-americana, especialmente da esquerda brasileira.

Ao final, Altman respondeu às perguntas sobre a COP 30 em Belém com um diagnóstico de grande incerteza. Disse tratar-se, talvez, do encontro ambiental mais imprevisível em muitos anos. Mencionou, primeiro, o problema logístico e financeiro, relatando que, ao avaliar custos para cobertura jornalística, se surpreendeu com valores extremamente altos de passagens e hospedagem, comparando ironicamente a operação a uma missão "para Marte". Contudo, afirmou que isso é um detalhe diante do essencial: o caráter imprevisível deriva, sobretudo, da posição dos Estados Unidos. Na sua leitura, sem os EUA a COP "não é nada", porque vira uma conversa entre atores que já compartilham diagnósticos, sem capacidade de destravar o nó central. Se os EUA participarem, podem também bloquear compromissos e "melar" o processo, produzindo impasses.

Altman disse apostar que os Estados Unidos tenderiam a não participar ou a enviar uma representação reduzida, para evitar compromisso político. Argumentou que, sob a orientação de Trump, os EUA evitariam se expor a pressões internas e externas e não aceitariam assumir custos da transição. Nesse cenário, a COP tenderia a se transformar em um "festival de ideias": grandes projetos, bons debates, discursos emocionantes – inclusive, previu, um discurso forte de Lula –, mas pouca ou nenhuma eficácia prática. Ele chegou a caracterizar a COP 30, nessa hipótese, como um evento turístico: positivo do ponto de vista de circulação e debate, mas incapaz de avançar na resolução da crise ambiental global.

O núcleo do impasse, para Altman, é claro e recorrente nas COPs: o mundo precisa reduzir drasticamente a produção de energia baseada em hidrocarbonetos, mas isso exige que países periféricos reduzam consumo fóssil sem serem condenados ao empobrecimento. Para isso ser viável, os países ricos precisariam pagar a conta "pesadamente". Essa é a conta que os países centrais não querem pagar. Altman afirmou, como exemplo, que o Brasil só poderia assumir um compromisso consequente de não explorar petróleo na margem equatorial se recebesse compensação equivalente ao que deixaria de extrair. O mesmo valeria para outros países da periferia. Sem pagamento e transferência real de recursos, as exigências ambientais

converter-se-iam, na sua interpretação, em mecanismo de contenção do desenvolvimento do Sul Global. Ele acrescentou que os países centrais tampouco cumprem, na prática, a redução do consumo fóssil; ao contrário, citou o caso da Alemanha, que teria ampliado a produção de carvão em função da guerra na Ucrânia – mencionando, inclusive, o apoio de setores ambientalistas a esse movimento, o que considera revelador do grau de contradição do debate. Para ilustrar a complexidade histórica, Altman rememorou um argumento atribuído a Guilherme Estrella: a substituição do carvão por hidrocarbonetos teria, em seu tempo, evitado uma devastação ambiental ainda pior, ao adiar por décadas o colapso; mas, hoje, o excesso de combustíveis fósseis se tornou o problema a ser enfrentado, e o retorno ao carvão seria um retrocesso.

Com base nessa leitura, Altman criticou uma "lógica ambientalista" – especialmente europeia – que, segundo ele, tende a tentar impedir o desenvolvimento dos países periféricos, transferindo para o Sul o ônus principal da preservação, após os próprios países centrais terem devastado suas florestas e construído riqueza com base em energia fóssil e exploração histórica. Alertou, nesse sentido, contra propostas de certas ONGs e discursos que coloquem nos países da periferia a responsabilidade principal, sem contrapartida material, afirmando que isso não atende aos interesses do Sul Global. Ao mesmo tempo, reconheceu que o Sul Global deve ter compromissos ambientais e realizar transição energética – e observou que o Brasil já seria relativamente avançado em transição por suas características naturais. Mas reiterou que aceitar sacrifícios sem remuneração significaria reduzir capacidade de desenvolvimento e, portanto, aprofundar problemas sociais brutais, o que seria politicamente inaceitável.

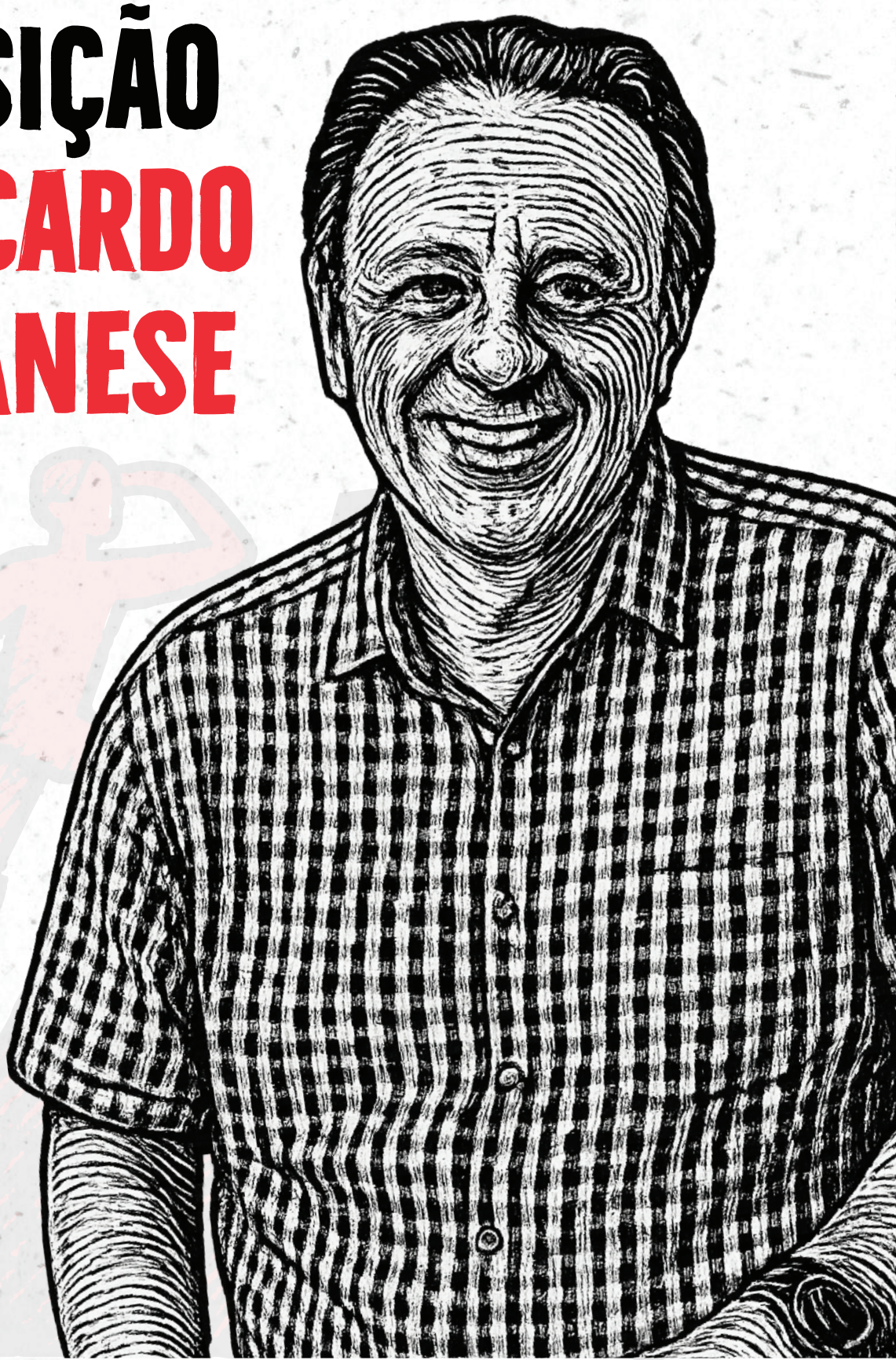
Encerrando, a linha geral da sua intervenção: o eixo do debate, para ele, não é a falta de projetos ou boas ideias, mas a disputa de poder; e, no plano internacional, a crise ambiental e o risco de conflitos se decidem menos por retórica e mais pela correlação de forças materiais – econômicas, tecnológicas e militares – que sustentam as escolhas dos Estados e dos blocos em disputa.

PAINEL III

COMO PENSA E OPERA A NOVA EXTREMA DIREITA

Realizado na **manhã de 9 de outubro de 2025**, *este painel teve como foco a análise das bases ideológicas, culturais e organizativas da nova extrema direita, com especial atenção às suas estratégias de atuação política e disputa de valores na sociedade. Participaram como expositoras* **Tabata Tesser**, *doutoranda em Sociologia pela USP, e* **Ricardo Galvanese**, *professor e pesquisador da Universidade Católica de Santos, sob coordenação de* **Eneida Koury**, *do Sindicato dos Bancários de Santos e Região. O painel teve como objetivo oferecer instrumentos analíticos para compreender o avanço da extrema direita e subsidiar a formulação de respostas políticas e organizativas por parte do movimento sindical e popular.*

1. EXPOSIÇÃO DE RICARDO GALVANESE



Ricardo Galvanese é filósofo, mestre e Doutor em Educação pela Universidade Católica de Santos. Atualmente é coordenador do Grupo de Pesquisa "Educação e Política" da Universidade Católica de Santos e professor da graduação (em vários cursos) e do Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma instituição.

Ricardo Galvanese abriu sua apresentação explicando que sua tarefa, naquele processo formativo, era oferecer elementos para compreender "como surge e como se configura" a chamada nova extrema direita, propondo uma exposição introdutória e, depois, um aprofundamento a partir das perguntas do público.

Segundo ele, o objeto que vêm investigando há anos é a ascensão da extrema direita, a crise da democracia e, de modo mais específico, o neofascismo, entendido como um dos problemas mais graves do mundo contemporâneo, tanto pela deterioração da vida pública quanto pelos impactos nos próprios processos civilizatórios e nas relações sociais. Nesse enquadramento, afirmou que, como professor, tende a iniciar a discussão por pressupostos metodológicos: para analisar realidades políticas com rigor, é necessário não apenas opinião, mas instrumentos conceituais e disciplina intelectual.

Nessa linha, ele ressaltou que a discussão política, por ser própria da vida em sociedade, deveria pertencer a todos, especialmente em uma ordem democrática. Recuperou a ideia clássica da polis para enfatizar que o poder não é algo restrito ao Estado, mas difuso, espalhado na sociedade e presente nas relações cotidianas. Usou um exemplo imediato: ao ouvi-lo e lhe concederem a palavra, os participantes lhe atribuíam poder; se se retirassem ou o interrompessem, retirariam esse poder. A partir daí, conectou sua reflexão a um ponto debatido no dia anterior: a ideia de que à esquerda faltaria não um "projeto" abstrato, mas uma estratégia de poder. Para Galvanese, essa observação ajuda a lembrar que a política é sempre, em última instância, disputa e organização de poder – inclusive na esfera simbólica, comunicacional e relacional.

Em seguida, explicou que a filosofia política e a ciência política não são "donas" do debate político, mas oferecem ferramentas para trazer maior precisão à análise, evitando confusões conceituais e permitindo que se estabeleçam relações mais rigorosas entre fatos, interpretações e processos históricos. Ele reconheceu que não existe neutralidade plena na ciência: o que se busca é objetividade relativa, sustentada por sistematicidade, critérios de validação, precisão de raciocínio e atenção a evidências. A ciência, disse ele, não elimina paixões e conflitos, mas procura organizá-los sob parâmetros que permitam compreender melhor a realidade e agir de forma mais consciente sobre ela.

Com esse objetivo, Galvanese propôs uma espécie de **"cartografia" da análise política**: como o tema da nova extrema direita é amplo e complexo, o máximo que se pode fazer numa exposição inicial é oferecer mapas. Esses mapas orientam a exploração do território, mas não substituem a caminhada concreta. Se o mapa estiver errado, alertou, o viajante se perde; por isso, é decisivo recorrer a autores e abordagens que, com rigor, ajudem a desenhar referências minimamente confiáveis.

A partir desse ponto, Galvanese apresentou **três grandes paradigmas de análise nas ciências humanas e sociais** – especialmente na ciência política – e defendeu que compreender a extrema direita exige op-

erar com os três, de forma combinada. O **primeiro paradigma**, que chamou de **empírico-positivista**, privilegia dados e fenômenos quantificáveis: pesquisas de intenção de voto, levantamentos de opinião pública, estatísticas eleitorais, séries históricas e indicadores. Para exemplificar, mencionou pesquisas recentes sobre avaliação do governo Lula, observando que números podem registrar oscilações importantes no humor social e, portanto, capturar aspectos relevantes do momento político. Mas advertiu: **dados, por si só, não explicam. Eles mostram um "o quê", mas não respondem integralmente ao "por quê"**.

Por isso, apresentou o **segundo paradigma, fenomenológico-hermenêutico**, voltado ao **campo da significação**. Nele, o foco não é apenas registrar o dado, mas **interpretar seus sentidos**: o que as pessoas entendem por melhora ou piora? Quais valores e crenças movem adesões políticas? O que se passa no plano dos afetos e das narrativas? Galvanese recorreu à distinção entre "a coisa em si" e "a coisa para nós" para indicar que a realidade social nunca chega de forma pura: ela é sempre mediada pela posição de classe, pela formação cultural, pela experiência concreta, por gênero, por religião, por raça e por outras dimensões que estruturam o olhar. Com isso, ele buscou mostrar que, em política, não basta afirmar que "as pessoas pensam X"; é preciso entender como constroem sentidos e como tais sentidos se tornam organizadores de condutas coletivas.

Nesse ponto, Galvanese trouxe exemplos que, para ele, tornam visível a complexidade da significação na ascensão da extrema direita. Mencionou, no caso brasileiro, a articulação de segmentos evangélicos e católicos ultraconservadores com o bolsonarismo, e apontou o desafio interpretativo: como se produz, no interior de comunidades religiosas, uma leitura do mundo capaz de sustentar alinhamentos geopolíticos e escolhas políticas que parecem contraditórias com mensagens éticas centrais do cristianismo? Como se explica, por exemplo, a fidelidade política a lideranças cuja vida pessoal e cuja trajetória pública não correspondem ao "estereótipo" de moral sexual e familiar tradicional? Para Galvanese, essas contradições não podem ser resolvidas apenas por estatística, nem apenas por denúncia: exigem compreender as engrenagens narrativas e simbólicas que operam sobre desejos, medos, ressentimentos, identidades e expectativas de ordem.

No entanto, ele advertiu que nem mesmo a camada da significação basta. Por isso, apresentou o **terceiro paradigma**, **crítico-dialético**, que remete ao **processo histórico e às bases materiais**: a luta de classes, as condições objetivas de existência, as formas de organização social do trabalho e as disputas em torno da reprodução do modo de produção capitalista.

Aqui, Galvanese retomou uma referência a Marx: não basta desenhar sociedades ideais e projetar valores; é necessário observar como as relações produtivas se organizam concretamente e como as classes se confrontam no interior dessas relações. **A história, enfatizou, não se realiza a partir de desejos, mas a partir de correlações reais de forças e das condições em que essas forças se movem**.

Daí sua proposta metodológica central: trabalhar com a tríplice perspectiva – dados, significação e processo histórico – sem absolutizar nenhuma delas. Se uma análise se limitar ao marxismo clássico, disse ele, corre o risco de não decodificar suficientemente as dimensões subjetivas e simbólicas que sustentam a extrema direita; além disso, pode cair na tentação de "brigar com os dados" quando eles são desfavoráveis. Por outro lado, ficar apenas em estatística ou apenas em interpretação de sentidos, sem inserir isso nas estruturas materiais e históricas, também produz cegueira. Compreender a extrema dire-

ita, portanto, exige articular o que os números mostram, o que as pessoas significam e o que a história material condiciona.

Para demonstrar a necessidade dessa combinação, Galvanese citou dados políticos internacionais: partidos e movimentos de ultradireita e extrema direita passaram a ocupar posição de destaque em muitos países e, segundo ele, já seriam a "segunda força" política em escala global, sendo, em alguns casos, a primeira. Mencionou, como exemplos, a Alemanha com o crescimento da "AfD", a França com a força eleitoral da extrema direita, a Espanha com o "Vox' e Portugal com o "Chega", entre outros. Em seu argumento, o dado é incontornável: não se trata de uma seita minoritária irrelevante, mas de uma disputa de massas, com capacidade de mobilização social. Isso recoloca a questão fundamental do painel: para enfrentar a extrema direita, é preciso compreendê-la, e compreendê-la significa explicar a base social, os significados que ela ativa e as condições históricas que a favorecem.

Na sequência, Galvanese introduziu um autor que considerava chave para mapear o campo político contemporâneo: Norberto Bobbio, especialmente pela obra "Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política". Ele lembrou que, ainda em 1989, já circulava com força o discurso de que "direita e esquerda não existem mais", e Bobbio respondeu a esse clima, defendendo que a distinção permanece fundamental para entender a política moderna. Galvanese reconstruiu rapidamente a origem histórica dos termos na Revolução Francesa e explicou a transformação posterior: quando a burguesia se torna hegemônica, faz acordos com antigas elites e passa a se opor ao povo organizado como classe trabalhadora; por isso, a associação entre esquerda e proletariado, direita e burguesia se consolida no século XX.

Mas o ponto decisivo da leitura de Bobbio, segundo Galvanese, está nos **critérios de significação**. O primeiro critério é a **igualdade**: quanto mais uma visão política sustenta que diferenças humanas (de gênero, raça, cultura, religião, sexualidade, origem) não justificam desigualdades, mais ela se aproxima do campo da esquerda; quanto mais sustenta que diferenças justificam desigualdades – seja pela meritocracia, por hierarquias culturais ou por doutrinas religiosas de superioridade – mais ela se desloca para a direita. Para Galvanese, esse eixo ajuda a compreender como narrativas de desigualdade se apresentam como "naturais" e como isso organiza políticas de exclusão, repressão e privilégios.

O segundo critério, também em Bobbio, é a relação com a **democracia**. Não apenas o ato eleitoral, mas um conjunto amplo: direitos de cidadania, separação de poderes, devido processo legal, cultura de tolerância e regras do jogo. Quanto mais uma força política aprecia esses princípios, mais tende ao moderantismo; quanto menos aprecia, mais se aproxima do extremismo. Essa régua permite distinguir, em tese, uma direita moderada de uma extrema direita e, do outro lado, uma esquerda moderada de uma extrema esquerda. Galvanese chamou atenção para a fluidez desses territórios: atores podem se deslocar, radicalizar ou moderar conforme conjunturas e disputas. Citou, para ilustrar, trajetórias políticas de figuras tradicionais que, em determinados momentos, passam a questionar resultados eleitorais, tensionar instituições e se aproximar de pautas autoritárias.

Ao avançar, Galvanese mencionou o impacto do livro "Como as Democracias Morrem", de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que, segundo ele, teve alcance raro para um texto de ciência política e ajudou a popularizar a ideia de que democracias liberais podem ser corroídas por dentro, lentamente, por líderes eleitos e por mecanismos institucionais de precarização. Nesse ponto, observou que a segunda metade do século XX testemunhou uma expansão das democracias liberais, mas que, no século XXI, ocorre um retro-

cesso, especialmente após a crise de 2008 e o desgaste do modelo neoliberal, que alimentou frustração social e cansaço com as promessas não cumpridas do regime democrático tal como foi vivenciado por amplos setores populares.

Em seu diagnóstico, a partir de 2010, intensificam-se ataques à democracia, emergem lideranças com perfil autoritário e as instituições passam a ser pressionadas e deslegitimadas. Galvanese observou que críticas à democracia liberal existiam também à esquerda, mas que, naquele período, ganharam força sobretudo na direita, convertendo-se em plataforma de ação política. Essa leitura conecta-se, em sua exposição, a um outro autor contemporâneo: Yascha Mounk, citado pelo livro "O Povo contra a Democracia", que analisa a ascensão do populismo autoritário e sua capacidade de se legitimar por meio de base social real. Para Galvanese, esse aspecto é central: o populismo de extrema direita é um fenômeno de massas, que mobiliza rua, redes, símbolos e identidade, e que procura opor "o povo" às instituições, como se instituições democráticas fossem obstáculos e não garantias.

Nessa parte, ele insistiu: a extrema direita tem base social, e isso precisa ser encarado sem autoengano. Ela muitas vezes mobiliza mais gente que a esquerda, inclusive em cidades e contextos locais, e usa essa mobilização para justificar um discurso autoritário de soberania popular sem mediações institucionais. Nessa lógica, não é necessário pluralismo, parlamento, imprensa crítica ou Judiciário independente: bastaria um líder que "encarna" a vontade do povo. Essa concepção, argumentou Galvanese, aproxima-se do fascismo histórico em seus fundamentos, mas se diferencia de certas ditaduras do século XX, que reprimiam mobilização popular: o populismo autoritário contemporâneo precisa da massa como combustível político e simbólico.

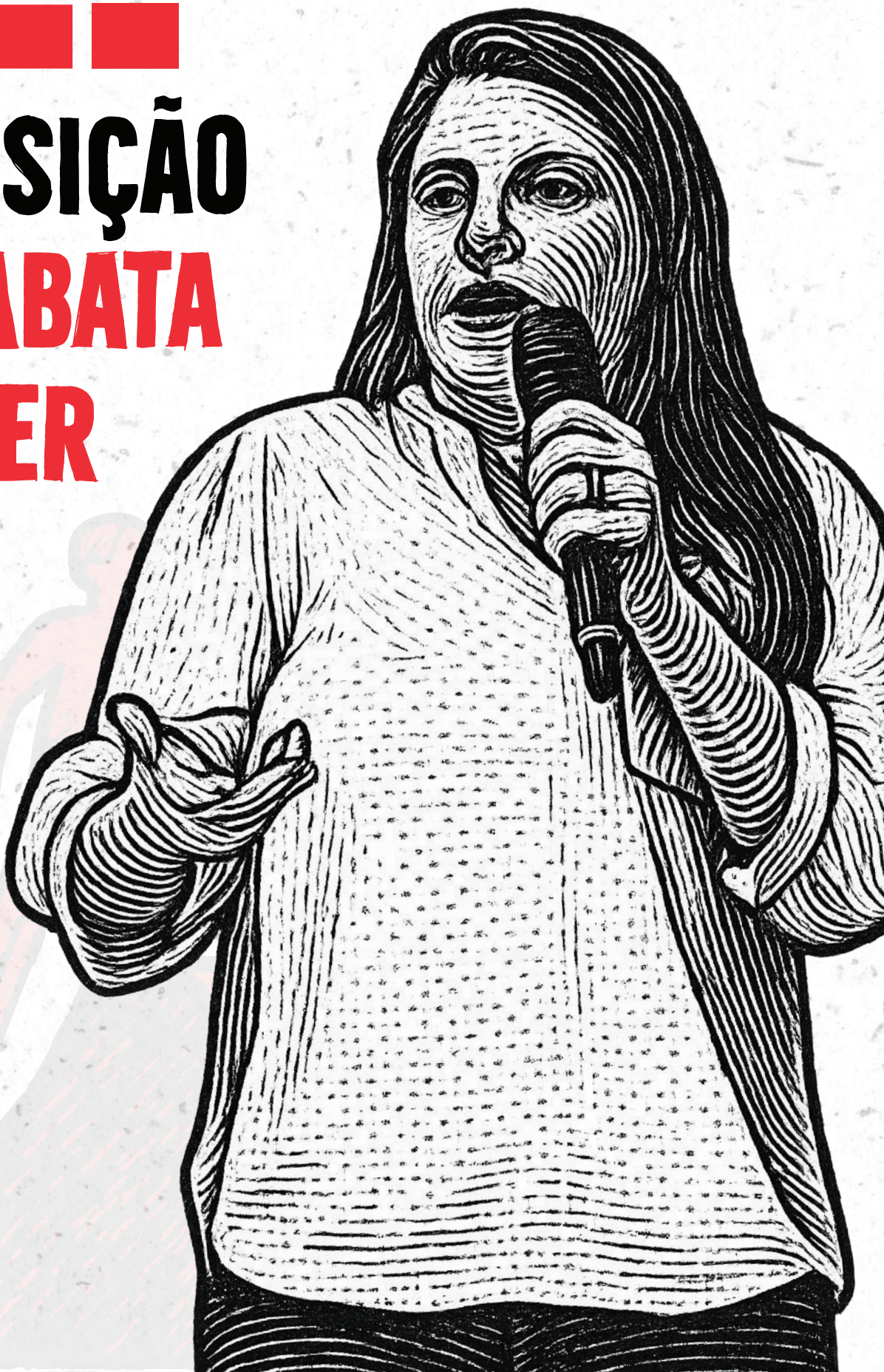
Por fim, Galvanese encaminhou sua conclusão introduzindo um debate sobre "democracia iliberal" – conceito associado a experiências como a da Hungria – e conectando isso à necessidade de distinguir liberalismos diferentes, frequentemente confundidos. Para ele, é crucial separar liberalismo moral, liberalismo político e liberalismo econômico. O liberalismo moral, ligado à afirmação do indivíduo e a escolhas pessoais, teria sido historicamente difundido e, em maior ou menor grau, atravessaria a vida contemporânea. O liberalismo político, por sua vez, refere-se às instituições e garantias que aprimoram a democracia formal. Já o liberalismo econômico é a doutrina que legitima e organiza o modo de produção capitalista e, na avaliação de Galvanese, constitui o "grande inimigo" quando se pensa em emancipação social e combate à exploração. Ao falar em democracia "iliberal", ele sugeriu que o risco está em manter a aparência eleitoral enquanto se desmontam garantias liberais do Estado de Direito, abrindo a porta para formas autoritárias de governo.

Ao final, Galvanese reafirmou a intenção central da fala: oferecer mapas – conceituais e metodológicos – para que o coletivo pudesse compreender com rigor a nova extrema direita, sua base social, seus mecanismos de significação e sua função histórica dentro da crise contemporânea da democracia e do capitalismo.

Assista no YouTube: *Ricardo Galvanese - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

2. EXPOSIÇÃO DE TABATA TESSER

Tabata Tesser é doutoranda em Sociologia (USP), Mestre em Ciência da Religião (PUC-SP) e Socióloga da Religião (FESPSP). Co-diretora do Instituto Arruda, uma organização da Baixada Santista em defesa da justiça reprodutiva. Faz parte da linha de pesquisa Gênero, Religião e Poder (LAR-Unicamp). Pesquisa mulheres e extrema direita, religião e poder.



Desde o início, delimitou que seu objetivo não era repetir análises já apresentadas, mas **avançar para uma perspectiva mais prática**, dialogando com os fundamentos teóricos trazidos anteriormente por Ricardo Galvanese. Sua pergunta central orientadora foi clara: **como pensa e, sobretudo, como opera a extrema direita hoje**, especialmente no Brasil e na América Latina, a partir da dimensão religiosa.

"A extrema direita no Brasil não é laica. Ela é estruturalmente religiosa. Ignorar isso fragiliza qualquer estratégia de enfrentamento."

1. O "feitiço" da extrema direita: política como encantamento

Tabata apresentou como eixo teórico central a noção desenvolvida pelo linguista e semiótico Paolo Demuru, autor de Políticas do Encanto. A partir desse referencial, defendeu que a extrema direita contemporânea produziu um **tipo de feitiço político**, isto é, um **encantamento coletivo** capaz de mobilizar afetos, pertencimento, êxtase e sentimentos comunitários intensos.

Esse feitiço explica, segundo ela, por que indivíduos participam de manifestações extremistas não apenas por cálculo racional, mas por **experiências emocionais** e **simbólicas profundas**, que geram sentido, identidade e comunhão. O conspiracionismo – em torno da vacina, da ciência, do gênero, da igreja, do Estado – aparece como parte integrante desse feitiço, não como desvio marginal.

Tabata advertiu que **ridicularizar os sujeitos da extrema direita** como ignorantes ou irracionais é politicamente ineficaz e analiticamente pobre. O desafio colocado para a esquerda, segundo Demuru, é **aprender a quebrar o feitiço**, e não apenas denunciá-lo.

"Conspiracionismo não é ruído: é engrenagem central do encantamento reacionário."

2. Direita cristã e nacionalismo cristão

Tabata apresentou o conceito de **direita cristã**, utilizado na sociologia da religião para compreender a articulação entre religião e extrema direita. Trata-se de um campo político-religioso em que **a extrema direita mobiliza a religião e a religião mobiliza a extrema direita**, em uma relação mutuamente constitutiva.

O slogan "Deus, Pátria e Família" foi analisado como um **signo político poderoso**, capaz de condensar identidade nacional, moralidade religiosa e fronteiras de pertencimento. Neste enquadramento, o cristianismo deixa de ser apenas fé e passa a funcionar como **critério de cidadania legítima**: o "verdadeiro brasileiro" é o cristão que combate os inimigos internos e externos da nação.

Tabata inseriu esse fenômeno na chave do nacionalismo cristão, conceito originalmente formulado nos Estados Unidos a partir da década de 1970, com a chamada Christian Right. Desde então, esse projeto busca ocupar a esfera pública, influenciar políticas estatais e impor uma moral cristã como fundamento da ordem nacional. No Brasil, esse nacionalismo cristão assume características próprias: articula evangélicos e católicos ultratradicionalistas, dissolvendo fronteiras confessionais em nome de uma identidade cristã comum. O bolsonarismo, segundo Tabata, foi decisivo nesse processo ao unificar católicos e evangélicos em torno de uma mesma gramática política.

"Não importa mais se é católico ou evangélico: importa ser "cristão" contra os inimigos da nação."

3. A operacionalização do nacionalismo cristão

Um dos pontos centrais da exposição foi o mapeamento detalhado de **como o nacionalismo cristão opera na prática**. Tabata destacou que não se trata apenas de discurso, mas de uma **infraestrutura complexa**, que envolve:

- Redes sociais (TikTok, YouTube, Instagram, Facebook);
- Uso intensivo do **Discord** para jovens e adolescentes;
- Conglomerados de mídia conservadora (Brasil Paralelo, Revista Oeste, Record);
- Rádios cristãs e podcasts religiosos;
- Think tanks e produtoras de formação ideológica;
- Frentes parlamentares e partidos (PL, Republicanos);
- Cursos de "cristãos na política";
- Sermões presenciais e online;
- Publicações internas de igrejas;
- Música gospel e produção cultural;
- Turismo religioso e missões internacionais;
- ONGs religiosas e filantropia conservadora;
- Programas sociais vinculados a igrejas.

Esses dispositivos produzem formação política contínua, sociabilidade, pertencimento e ação coletiva, disputando o espaço público e institucional de maneira sistemática.

"A extrema direita forma, acolhe, financia, educa e mobiliza. Ela não improvisa."

4. Sionismo cristão: teologia, geopolítica e negócios

Um segundo eixo explicativo fundamental foi o sionismo cristão, entendido como um tipo de ativismo político-religioso que combina crença teológica com apoio incondicional ao Estado de Israel. Tabata destacou pesquisas comparativas que apontam Brasil e Guatemala como os países latino-americanos com maior mobilização evangélica pró-Israel.

Para esses grupos, Israel é concebido como **Terra Prometida**, lugar onde a "democracia divina funciona", referência moral e política em um mundo percebido como corrompido. Bandeiras de Israel em marchas religiosas, turismo massivo à Terra Santa e frentes parlamentares Brasil-Israel são expressões desse fenômeno.

Tabata enfatizou que o sionismo cristão não é apenas simbólico: ele envolve **relações diplomáticas, contratos de tecnologia de vigilância, interesses econômicos e soft power**, articulando fé, política e mercado.

"Israel funciona como mito político-religioso e como negócio estratégico."

5. Mulheres na extrema-direita

Na parte final - e mais original - da exposição, Tabata concentrou-se no papel das mulheres na extrema direita, criticando a tendência de tratá-las apenas como massa manipulada. Segundo ela, mulheres são hoje produtoras ativas de autoritarismos, ocupando lugar central na difusão de valores conservadores.

A partir de sua pesquisa de campo, Tabata analisou clubes antifeministas, cursos pagos e comunidades virtuais de mulheres que se autodefinem como **antifeministas cristãs**. Esses espaços oferecem sociabilidade, apoio emocional, sentido de pertencimento e formação ideológica. Essas mulheres mobilizam:

- Discursos conspiracionistas contra o feminismo;
- Revisionismos históricos sobre sufrágio e direitos;
- Leitura literalista da Bíblia para legitimar hierarquias;
- O conceito de "pauta woke" como ameaça civilizatória;
- Uma feminilidade "positiva", "virtuosa" e "recatada";
- Uma maternidade conservadora como missão política.

Tabata destacou que esses clubes funcionam como **redes de apoio afetivo**, muitas vezes captando mulheres a partir de experiências pessoais de frustração ou conflito, que são reinterpretadas politicamente contra o feminismo como um todo.

"O antifeminismo oferece pertencimento, cuidado e sentido - onde o feminismo institucional não chega."

6. Identidade, virtude e prosperidade

Encerrando, Tabata apontou que a extrema direita mobiliza de forma sofisticada as categorias de **identidade, gênero, raça e classe**, articuladas a valores profundamente neoliberais. Ser de direita, nesses espaços, significa ser:

- Mulher virtuosa;
- Homem próspero;
- Família estruturada;
- Crianças protegidas;
- Fé recompensada.

Virtude e prosperidade tornam-se promessas políticas e espirituais, compondo um imaginário de felicidade conservadora que disputa corações e mentes.

"A extrema direita promete sentido, ordem e felicidade num mundo em crise."

Tabata Tesser concluiu afirmando que **não há enfrentamento possível da extrema direita sem levar a religião a sério**. Ignorá-la, subestimá-la ou tratá-la apenas como manipulação é um erro estratégico. A extrema direita construiu um feitiço poderoso, que opera por símbolos, afetos, vínculos e promessas de vida boa.

Quebrar esse feitiço exige mais do que denúncia: exige **disputa semiótica, cultural, espiritual e política**, com enraizamento social real. A tarefa, como ela mesma afirmou, permanece aberta.

Assista no YouTube: *Tabata Tesser - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

3. SISTEMATIZAÇÃO
DO DEBATE DO PAINEL III

O Painel III foi coordenado pela Secretária de Finanças do Sindicato dos Bancários de Santos e Região, **Eneida Koury**. *Abaixo, encontram-se as sínteses das contribuições dos/as participantes do curso para o Painel.*

3.1. Manoel Elidio Rosa "Mané Gabeira"

Mané Gabeira registra que, para o movimento sindical, é indispensável reconhecer um dado de realidade: a maioria da população brasileira se identifica como cristã. A partir disso, ele defende que o sindicalismo precisa ampliar sua capacidade de diálogo com esse universo, inclusive junto à própria base nos sindicatos, evitando tratar a dimensão religiosa como um tema externo ou irrelevante.

Em seguida, Mané propõe um ponto que, na sua avaliação, merece aprofundamento: a formação histórica do campo evangélico no Brasil. Ele afirma que parte significativa da expansão evangélica, sobretudo a partir da década de 1950, se relaciona a influências e financiamentos oriundos dos Estados Unidos, vinculados à disputa geopolítica e ideológica do período. Para ele, essa herança conecta o evangelicalismo brasileiro a matrizes teológicas e culturais norte-americanas, especialmente ao calvinismo/puritanismo.

No centro do seu argumento, Mané destaca a doutrina da "eleição" (a ideia de que Deus escolhe os salvos), interpretando-a como um mecanismo que pode produzir uma visão supremacista: quem é "escolhido" se entende legitimado, e quem está "fora" pode ser desumanizado. Ele exemplifica essa lógica com falas públicas atribuídas a lideranças religiosas que apresentariam certas figuras políticas como "escolhidas" por Deus, independentemente de sua conduta moral.

A partir daí, Mané enfatiza que esse tipo de teologia pode servir para naturalizar a violência e a exclusão, aproximando-se de narrativas políticas de excepcionalismo nacional – comparando, nesse ponto, a ideia de "nação escolhida" e a legitimação de práticas violentas em nome de um destino superior.

Por fim, ele formula um desafio prático ao sindicalismo e à esquerda: historicamente, a esquerda tende a acolher militantes vindos de outras posições políticas, apostando na mudança e numa "redenção" pela prática coletiva. Já em certas experiências religiosas descritas por ele, essa transformação não seria exigida de forma efetiva: pessoas com histórico de violência ou práticas criminosas poderiam se declarar "escolhidas" e permanecer como eram, sem ruptura ética e sem mudança de vida.

Diante disso, Mané pergunta como o sindicalismo pode dialogar com sua base religiosa de modo crítico, sem aceitar passivamente uma religiosidade que, na prática, não promove transformação humana, responsabilidade e compromisso com valores emancipatórios.

3.2 . Eriston Ferreira

Eriston inicia valorizando o momento formativo e parabenizando os expositores pela densidade e profundidade do conteúdo. Ele registra que a escolha do painel e o nível das exposições superaram expectativas, o que reforça, em sua avaliação, a importância estratégica do curso.

Em seguida, Eriston apresenta duas questões objetivas, dirigidas separadamente a cada expositor, articulando-as ao problema do enfrentamento da extrema direita.

Pergunta a Ricardo Galvanese: Eriston propõe considerar um elemento geracional e histórico-político. Ele observa que, no período de 2002 a 2026, o Brasil terá vivido aproximadamente 18 anos sob governos identificados com a esquerda e cerca de 6 anos sob governos de direita/extrema direita. Para a chamada "geração Z" – jovens que cresceram e se politizaram sob a predominância de governos petistas – a percepção cotidiana pode ser a de que "o governo" a ser enfrentado é o de esquerda, entendido como o "status quo". Eriston sustenta que isso facilita, para a extrema direita, atribuir ao campo progressista a responsabilidade por frustrações econômicas, inseguranças e sofrimentos subjetivos, já que muitos desses jovens não vivenciaram a ditadura, nem as condições políticas e econômicas dos anos 1990. Assim, ele pergunta se essa chave geracional deve ser tratada como componente relevante nas estratégias de enfrentamento da extrema direita.

Pergunta a Tabata Tesser: Eriston retoma o tema do "feitiço" e do encantamento ideológico. Ele relata um caso concreto (uma tia "enfeitiçada") para ilustrar que, mesmo diante de argumentos racionais e evidências, a resposta frequentemente é: "isso é mentira". Para ele, a contradição, por si só, não desarma a adesão extremista: mostrar incoerências não basta porque o sistema de crenças não se orienta pela verificação lógica, e sim por pertencimento e afeto.

A partir disso, Eriston menciona debates prévios do curso sobre a criação de centros de socialização não religiosos (como espaços culturais), mas pergunta especificamente por alternativas dentro do próprio campo religioso: existem iniciativas, no catolicismo ou em outras tradições, que estejam construindo respostas para enfrentar o neopentecostalismo e romper esse "feitiço" por meio de ações religiosas (e não apenas culturais ou sociais)? Em termos diretos, ele busca saber se há "contramagias" - práticas, linguagens e estratégias no interior da religião - capazes de disputar sentidos, recuperar vínculos comunitários e reabrir caminhos de diálogo.

3.3 . Ricardo "Big" Saraiva

Ricardo "Big" Saraiva, inicia sua intervenção destacando o cuidado, o rigor e a preparação prévia da exposição, ressaltando que o material apresentado foi claramente pensado para dialogar com a realidade da Intersindical. Para ele, esse nível de atenção demonstra compromisso político e pedagógico, algo fundamental quando se trata de um tema estratégico como a extrema direita.

Big enfatiza que o debate apresentado não é acessório, mas central para o futuro da luta sindical e popular. Em sua avaliação, se o movimento sindical não compreender profundamente como pensa e opera a extrema direita – especialmente no terreno religioso, cultural e simbólico – estará condenado a perder

a disputa política. Ele alerta que não se trata apenas de discordar ou rejeitar essas forças, mas de conhecê-las em profundidade, pois nenhuma batalha é vencida sem entendimento claro do adversário.

O cursista defende que o tema exige mais tempo, mais espaços formativos e continuidade, chegando a afirmar que seriam necessários vários dias dedicados exclusivamente a essa discussão. Para ele, o desconhecimento acumulado da esquerda sobre esse campo é um problema grave, que precisa ser enfrentado com método, estudo e organização.

Big também provoca o debate ao mencionar críticas à democracia liberal e a forma como setores da extrema direita instrumentalizam a religião dentro das instituições, inclusive no parlamento. Ele sugere que esse fenômeno precisa ser analisado com mais profundidade, pois revela como práticas religiosas, discursos políticos e estratégias autoritárias se articulam de maneira sofisticada.

Encerrando sua intervenção, Big reafirma sua forte impressão com a qualidade do painel, destacando que se trata de um dos debates mais relevantes do curso. Para ele, compreender a extrema direita não é apenas um exercício intelectual, mas uma condição concreta para a sobrevivência política da esquerda e do sindicalismo combativo no Brasil.

3.4 . Givanildo Oliveira "Giba"

Givanildo "Giba" inicia sua fala valorizando o esforço intelectual e o rigor acadêmico dos expositores, destacando que produções desse nível exigem tempo, dedicação e compromisso político. Para ele, esse tipo de elaboração é indispensável para fortalecer o projeto histórico da classe trabalhadora e enfrentar a narrativa da extrema direita, que busca se apresentar como alternativa moral e social para a sociedade.

Giba chama atenção para a centralidade da linguagem na disputa política. Ele destaca contribuições da neurociência e dos estudos sobre comunicação, enfatizando que a extrema direita opera com uma lógica simbólica poderosa, baseada na dicotomia "nós contra eles". Nessa narrativa, a direita se coloca como representante de Deus, da moral e da ordem, enquanto a esquerda é associada ao mal, ao caos e à ameaça existencial. Segundo ele, essa construção simbólica é extremamente perigosa, pois transforma o adversário político em inimigo a ser eliminado, não apenas excluído.

Para Giba, essa lógica conduz inevitavelmente à violência e à guerra, uma vez que, quando se elimina a humanidade do outro, abre-se o caminho para justificar qualquer tipo de agressão. Ele relaciona essa análise às discussões feitas no curso sobre conflito, hegemonia e guerra, reforçando que esse não é um risco abstrato, mas um processo em curso.

O cursista retoma contribuições de outros painéis, destacando que a extrema direita demonstra fragilidade quando confrontada com os problemas concretos da vida social, como desigualdade, precarização do trabalho e ausência de políticas públicas. Ele observa que, enquanto a esquerda utiliza conceitos técnicos para descrever essas realidades, a direita recorre a narrativas mais simples e emocionalmente eficazes, como a figura do "trabalhador batalhador", o que amplia sua capacidade de comunicação com setores populares.

A partir dessas reflexões, Giba propõe uma tarefa concreta para a Intersindical: organizar uma siste-

matização estruturada – como uma cartilha ou compilação formativa – que reúna conceitos, dados, categorias e estratégias utilizadas pela extrema direita. Para ele, esse material serviria como instrumento de formação permanente, permitindo irradiar o conhecimento produzido no curso para milhares de militantes. Ele enfatiza que o enfrentamento à extrema direita não pode ocorrer apenas em períodos eleitorais, mas deve ser cotidiano, articulando teoria e prática de forma contínua e organizada.

3.5 . Augusto Monteiro Jr.

Augusto Monteiro inicia sua intervenção agradecendo às exposições e destacando o caráter formativo do painel para dirigentes sindicais, enfatizando a necessidade de transformar o acúmulo teórico produzido no curso em prática política concreta. Para ele, compreender o avanço da extrema direita é uma tarefa estratégica para o sindicalismo e para a esquerda.

Observa-se que o crescimento da extrema direita não é um fenômeno restrito ao Brasil, mas parte de um processo global, visível na Europa Ocidental, na América Latina e em outras regiões. Em sua análise, esse avanço está diretamente relacionado à crise das democracias liberais e à crise estrutural do capitalismo, especialmente após 2008, quando se aprofundaram a concentração de renda e as desigualdades sociais em escala mundial.

Augusto chama atenção para uma contradição central desse período: embora a crise tenha impactado duramente a classe trabalhadora, não foram os sindicatos, os movimentos sociais ou as forças progressistas que conseguiram hegemonizar a resposta política a esse sofrimento. Ao contrário, a extrema direita mostrou-se mais eficaz em organizar o descontentamento social, capturando parcelas significativas da população atingida pela precarização e pela insegurança econômica.

No caso brasileiro, Augusto destaca o papel decisivo das manifestações de 2013. Segundo ele, embora tenham se iniciado a partir de uma pauta concreta e progressista – o transporte público –, essas mobilizações foram disputadas politicamente e acabaram sendo, em grande medida, capturadas pela extrema direita. Em sua avaliação, a esquerda e o movimento sindical falharam ao não investir com maior intensidade na disputa das ruas naquele momento, permitindo que a extrema direita ocupasse esse espaço simbólico e político.

Ele também menciona como marcos importantes a eleição de 2014, quando a legitimidade do sistema eleitoral foi questionada por setores da direita, e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que aprofundou a instabilidade política e abriu caminho para o bolsonarismo.

Dirigindo-se especificamente à exposição de Tábata Tesser, Augusto ressalta que, apesar da forte presença de setores evangélicos alinhados à extrema direita, existem experiências concretas de diálogo e articulação com igrejas pentecostais de perfil progressista. A partir de sua própria vivência em Fortaleza, ele defende que a estratégia não deve ser o confronto generalizado com os evangélicos, mas o acolhimento, o diálogo e a construção de uma política específica para esse setor.

Por fim, Augusto levanta questionamentos sobre o sionismo cristão, demonstrando dificuldade em compreender como setores fortemente conservadores conciliam a defesa incondicional de Israel com posições morais rígidas, como a oposição ao aborto, que é legalizado naquele país. Ele solicita esclarec-

imentos adicionais sobre essa aparente contradição e pede uma explicação mais aprofundada sobre a chamada teologia do domínio.

3.6 . Anderson Ribeiro . Sindifort - Fortaleza/CE

Anderson, dirigente do Sindifort, inicia sua intervenção parabenizando a Intersindical pela iniciativa de trazer especialistas para debater um tema que considera urgente e central na conjuntura atual: o avanço acelerado e organizado da extrema direita. Ele destaca que o painel revelou múltiplos elementos fundamentais dessa ofensiva, como os discursos de pátria, família, filhos e a ideia de que os fins justificam os meios.

Enfatiza que, para compreender e enfrentar a extrema direita cristã, é indispensável que a militância de esquerda tenha um conhecimento mínimo da Bíblia. Segundo ele, os principais argumentos mobilizados por esses setores estão ancorados em leituras bíblicas específicas, utilizadas para legitimar práticas e posições políticas autoritárias. Anderson observa que temas como prostituição, assassinato, aborto, divórcio e hierarquia de gênero são frequentemente justificados por meio de versículos bíblicos, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento.

Ele ressalta que, no imaginário desses grupos, Israel ocupa um lugar central por ser considerado o único Estado cuja existência estaria diretamente fundamentada nas escrituras bíblicas. Essa centralidade confere ao sionismo cristão um peso simbólico profundo, que não pode ser ignorado no debate político. Para Anderson, o enfrentamento desse discurso exige disputar o sentido da própria leitura bíblica, e não apenas rejeitá-la de forma externa.

Alerta que a extrema direita atua como se estivesse em uma guerra cultural e espiritual, e que essa lógica também precisa ser compreendida pela esquerda.

Ele considera especialmente preocupante a tentativa de convencer setores progressistas a aderirem, ainda que parcialmente, à defesa do projeto político da extrema direita sob o pretexto de valores religiosos.

Anderson também chama atenção para o papel dos meios de comunicação, em especial da televisão aberta. Ele destaca que a Rede Record tem transformado livros bíblicos em novelas, facilitando a assimilação dessas narrativas por pessoas com menor hábito de leitura ou dificuldade de interpretação da Bíblia. Para ele, essa estratégia amplia enormemente o alcance do discurso conservador, reforçando valores como família, hierarquia e obediência.

Por fim, Anderson aponta que a defesa da família e da reprodução – expressa no lema "crescei e multiplicai-vos" – não é apenas um discurso moral, mas também um mecanismo de sustentação do capitalismo dentro das igrejas.

Ele conclui destacando a importância de a esquerda e o movimento sindical resgatarem práticas de solidariedade de classe, pois a ausência de acolhimento e apoio concreto empurra muitos trabalhadores em situação de vulnerabilidade para as igrejas evangélicas, onde encontram pertencimento, ainda que sob uma lógica conservadora.

3.7 . Pedro Silvino . Sindifort - Fortaleza/CE

Pedro Silvino inicia sua fala situando-se como dirigente sindical de Fortaleza e agradecendo à Intersindical, na figura de Ricardo "Big", pela realização de um encontro que considera de grande relevância política e formativa. Destaca a qualidade das exposições do professor Ricardo e de Tábata Tesser, afirmando que iniciativas como essa fortalecem o movimento sindical e ampliam a capacidade crítica de seus dirigentes.

Em tom pessoal e reflexivo, Pedro ressalta sua trajetória como trabalhador com baixa escolaridade formal, mas profundamente envolvido com o trabalho de base em Fortaleza. Afirma que atua cotidianamente dialogando com pessoas que reproduzem discursos conservadores e religiosos, o que exige, segundo ele, cautela, sensibilidade e capacidade de distinguir fé religiosa de instrumentalização política da religião.

Pedro se apresenta explicitamente como cristão e relata sua experiência de fé, afirmando que foi "alcançado pelo evangelho". Reconhece que, em determinado momento de sua trajetória, teve grande admiração por lideranças evangélicas de projeção nacional, como Marcos Feliciano e Silas Malafaia. No entanto, destaca que, ao longo do tempo, passou a perceber profundas contradições entre o discurso público dessas lideranças e os valores éticos que dizem representar, especialmente quando observados à luz da prática política recente.

Sem entrar em polêmicas específicas, Pedro enfatiza que o curso lhe permitiu "observar muita coisa" e rever concepções anteriormente naturalizadas. Afirma que retorna a Fortaleza mais fortalecido politicamente e mais esclarecido, com maior capacidade de leitura crítica sobre a relação entre religião, política e extrema direita. Conclui sua intervenção reiterando seus agradecimentos e destacando o impacto positivo do encontro em sua formação pessoal e militante.

3.8 . Sil Rosa

Sil Rosa inicia sua intervenção reafirmando uma posição política clara ao declarar "Palestina livre", situando seu comentário no campo da crítica ao sionismo cristão e às contradições do discurso da extrema direita religiosa.

Ela expressa profunda preocupação com o fato de setores que se autodeclaram defensores da justiça social, da vida e da moral cristã sustentarem apoio incondicional ao Estado de Israel, mesmo diante de números massivos de mortes, incluindo dezenas de milhares de crianças e milhares de mulheres.

Para Sil, essa contradição não parece gerar qualquer fissura no discurso antifeminista e conservador das mulheres da extrema direita, o que revela, segundo ela, o caráter seletivo e instrumental da noção de justiça social mobilizada por esses grupos. A vida, argumenta, só importa quando serve à narrativa política e religiosa dominante.

Também analisa criticamente a apropriação de símbolos nacionais, especialmente a bandeira brasileira, pela extrema direita. Ela observa que, enquanto esses setores se apresentam como os "verdadeiros brasileiros" sob o lema "Deus, pátria e família", a esquerda historicamente construiu uma leitura crítica desses símbolos, reconhecendo sua origem em um Estado escravocrata e excludente. Essa disputa simbólica,

segundo Sil, gera um paradoxo: ao rejeitar o nacionalismo conservador, a esquerda acaba abrindo mão de disputar sentidos fundamentais da identidade nacional.

Sil aponta ainda a contradição entre o discurso nacionalista da extrema direita e sua submissão simbólica e política aos Estados Unidos, sugerindo que, além de Israel como "terra prometida" no imaginário cristão, os EUA também ocupam um lugar central como referência de poder e hegemonia. Para ela, esse deslocamento revela um nacionalismo profundamente dependente e contraditório.

No campo do gênero, Sil reivindica que as práticas de cuidado, maternagem e organização comunitária não são exclusividade das mulheres conservadoras. Ela destaca que mulheres da esquerda, especialmente a partir de matrizes afro-indígenas, historicamente constroem redes de cuidado, solidariedade e transmissão de saberes nos terreiros, nos quintais, no uso de ervas medicinais e nas práticas coletivas de proteção da vida. Afirma que a esquerda não nega a maternidade, mas a ressignifica como direito, escolha e responsabilidade compartilhada, inclusive por meio da adoção.

Por fim, Sil faz uma crítica contundente à chamada "cultura do cancelamento". Para ela, ao adotar práticas de exclusão simbólica semelhantes às da extrema direita, a esquerda acaba reforçando a lógica do "nós contra eles", abrindo mão do diálogo, da escuta e da reeducação política. Questiona como dialogar com um mundo profundamente contraditório sem reproduzir as mesmas práticas de silenciamento e violência simbólica que se pretende combater, indicando este como um dos grandes desafios estratégicos do campo progressista na atual conjuntura.

3.9 . Lu Mendonça . Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos - São Paulo/SP

Lu Mendonça apresenta seu comentário a partir de um relato profundamente situado em sua trajetória de vida, utilizando a experiência pessoal como chave interpretativa para compreender o papel da religião e da extrema direita nos territórios populares. Inicia provocando o público com uma pergunta direta sobre quem já frequentou igrejas evangélicas, afirmando em seguida que foi membra de uma igreja evangélica por cerca de vinte anos. Sua fala não se estrutura como uma pergunta aos painelistas, mas como uma reflexão política e vivencial.

Lu se identifica como vendedora ambulante, mãe de três filhos, moradora de territórios marcados pela violência e pela informalidade, ressaltando que sua vida sempre foi construída "na rua". Nesse contexto, relata que a igreja e a fé funcionaram, por muitos anos, como um espaço de acolhimento, proteção simbólica e reconhecimento social, tanto para si quanto para seus filhos. Destaca que, nas comunidades populares, a identidade religiosa confere respeito e legitimidade, inclusive diante de pessoas que não pertencem às igrejas, funcionando como um mecanismo de proteção social informal.

A cursista explica que, naquele momento de sua vida, a igreja era também o espaço a partir do qual buscava afastar seus filhos da violência cotidiana, oferecendo valores, disciplina e sentido. Contudo, ao longo do tempo, especialmente após iniciar um processo de politização, fundar uma associação, ingressar em coletivos políticos, atuar em mandato parlamentar e se aproximar do feminismo, passou a reinterpretar criticamente essa experiência religiosa.

Lu afirma que, durante duas décadas, viveu sob uma lógica de submissão, marcada por um ideal de mulher "recatada, do lar e submissa ao marido", reconhecendo que esteve profundamente alienada politicamente. Relaciona essa experiência ao que denomina de "feitiço", conceito debatido ao longo do painel, destacando como a fé é instrumentalizada para naturalizar relações de violência, especialmente no interior das famílias. Cita, como exemplo recorrente, mulheres que permanecem em relações abusivas esperando uma transformação divina do agressor, o que, na prática, perpetua a violência.

Para Lu, a força da extrema direita nos territórios está diretamente ligada à simplicidade da linguagem utilizada, ao uso de poucas palavras-chave e à capacidade de se comunicar diretamente com a fé e o cotidiano das pessoas. Afirma que discursos acadêmicos e excessivamente elaborados não chegam às periferias, reforçando a necessidade de a esquerda aprender a dialogar de forma simples, direta e enraizada na realidade concreta das pessoas.

Encerrando sua fala, Lu afirma que sua trajetória comprova que a mudança é possível. Destaca que hoje transmite a seus filhos, netos e bisnetos valores críticos, emancipatórios e solidários, incluindo a experiência da adoção como prática concreta de cuidado e responsabilidade coletiva. Conclui expressando o desejo de que as gerações futuras possam viver no mundo pelo qual os movimentos sociais lutam hoje.

3.10 . Gláucia Nascimento . Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos - Rio de Janeiro /RJ

Gláucia Nascimento inicia sua intervenção agradecendo o espaço e reconhecendo a densidade das exposições, afirmando que ainda precisa de tempo para assimilar o volume de informações debatidas. Opta por não formular uma pergunta direta, mas por compartilhar uma reflexão estratégica, centrada na dimensão da comunicação política.

Segundo Gláucia, todo o debate apresentado no painel evidencia, de forma explícita ou implícita, a centralidade da comunicação na disputa política contemporânea. Para ela, a extrema direita compreendeu profundamente essa dimensão, enquanto a esquerda ainda apresenta dificuldades em traduzir seu acúmulo teórico e político em mensagens acessíveis, eficazes e mobilizadoras. Defende que não basta contratar equipes de comunicação: é necessário politizar a comunicação, dialogar com quem produz conteúdo e compartilhar uma estratégia clara.

A cursista destaca a dificuldade histórica da esquerda em dialogar com a nova classe trabalhadora, especialmente trabalhadores de aplicativos e setores precarizados, ressaltando que isso exige não apenas novos conteúdos, mas novas formas de comunicar. Nesse sentido, retoma a ideia debatida no curso sobre a necessidade de a esquerda "voltar a encantar", aprendendo a disputar afetos, símbolos e sentidos.

Para ilustrar seu argumento, Gláucia compartilha uma experiência pessoal envolvendo sua mãe durante os atos contra Jair Bolsonaro. Relata que o uso do termo "genocida" gerou incompreensão, pois se trata de uma palavra pouco conhecida fora dos círculos militantes. Sua mãe questionou por que não se utilizava a palavra "assassino", mais simples e compreensível, apontando que o uso de termos técnicos pode, paradoxalmente, enfraquecer a crítica política em vez de fortalecê-la. Para Gláucia, esse exemplo revela como pequenos detalhes comunicacionais têm grande impacto político.

Ela também compartilha a experiência das cozinhas solidárias vinculadas ao MTST e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, destacando o poder pedagógico da prática concreta. Relata que sua mãe, antes submetida a uma divisão sexual rígida do trabalho doméstico, passou por uma transformação profunda ao vivenciar o cotidiano da cozinha solidária, espaço no qual seu pai passou a lavar pratos e compartilhar tarefas. Para Gláucia, essa experiência produziu mais transformação do que décadas de debate teórico dentro de casa.

A cursista enfatiza que trabalhadores e trabalhadoras como Lu Mendonça e Pedro Silvino são, na prática, grandes formadores políticos, independentemente de formação acadêmica. Defende que o conhecimento produzido na vivência, na luta e na organização popular deve ser reconhecido como central nos processos formativos.

Encerrando sua intervenção, Gláucia faz um apelo para que os movimentos populares e sindicais se apropriem de forma estratégica da comunicação contemporânea. Alerta para o contraste entre a produção rápida e viral de conteúdos da extrema direita e o excesso de materiais longos e pouco acessíveis produzidos pela esquerda. Defende a necessidade de repensar formatos, linguagens e estratégias para comunicar, mobilizar e encantar, reafirmando que a disputa política atual é, também, uma disputa comunicacional e cultural.

4. RESPOSTA DOS PAINELISTAS

A seguir, é apresentada a resposta dos painelistas em relação às perguntas e comentários dos/as cursistas.

4.1. Tábata Tesser

Tábata Tesser inicia sua resposta reconhecendo a densidade, a qualidade e a potência política das perguntas e comentários formulados pelos cursistas. Afirma que o objetivo de sua intervenção não é oferecer respostas fechadas ou conclusivas, mas provocar reflexões adicionais, tensionar categorias estabelecidas e abrir caminhos analíticos e políticos para o enfrentamento da extrema direita religiosa no Brasil. Nesse sentido, situa sua fala como parte de um processo coletivo de elaboração, mais do que como um encerramento do debate.

Como ponto inicial, responde a uma pergunta objetiva sobre referências bibliográficas, informando que o terceiro livro mencionado em sua exposição é **"O novo conservadorismo brasileiro"**, de George Win. Indica que possui o material em formato digital e manifesta a intenção de disponibilizá-lo aos cursistas por meio da articulação com a organização do curso, reforçando a importância da circulação coletiva do conhecimento.

Em seguida, Tábata enfrenta diretamente a questão levantada sobre sua crítica ao documentário Apocalipse nos Trópicos, dirigido por Petra Costa. Ressalta, de forma enfática, que recomenda amplamente o documentário, destacando sua qualidade estética, a força das imagens e o caráter pedagógico da obra, que considera extremamente relevante inclusive como instrumento formativo para lideranças políticas e sindicais. Avalia que o documentário apresenta cenas inéditas e contribuições importantes

para compreender a ascensão do autoritarismo religioso no Brasil contemporâneo.

No entanto, sua crítica central ao filme reside no fato de que, em sua avaliação, a obra negligencia o papel dos católicos na configuração do campo religioso-político brasileiro. Para fundamentar esse argumento, recorre aos dados do Censo do IBGE de 2022, destacando que a previsão amplamente difundida de que os evangélicos ultrapassariam numericamente os católicos não se confirmou. Embora os evangélicos tenham crescido, esse crescimento foi menor do que o observado no censo anterior, enquanto os católicos, apesar de uma redução relativa, ainda representam cerca de 56% da população brasileira.

A partir desse dado, Tábata formula uma questão estratégica: onde estão esses católicos no debate político atual? Para ela, há um erro recorrente, inclusive em setores da esquerda, de concentrar quase exclusivamente a análise nos evangélicos, ignorando tanto os católicos conservadores quanto a profunda crise vivida pelos setores ligados à Teologia da Libertação. Aponta que essa crise é sentida diretamente nas bases e nas lideranças, e que compreender esse deslocamento é fundamental para interpretar o comportamento eleitoral recente, inclusive o apoio significativo de católicos a Jair Bolsonaro.

Tábata sustenta que essa ausência analítica fragiliza a capacidade da esquerda de compreender o campo religioso como um todo e limita suas estratégias de diálogo e enfrentamento. Destaca que o problema não se restringe à extrema direita evangélica, mas envolve uma reconfiguração mais ampla do cristianismo no Brasil.

Ao avançar no debate, Tábata apresenta uma posição que ela própria define como polêmica: afirma não acreditar que a esquerda tenha ou deva assumir o papel de "salvadora" dos evangélicos. Critica o que identifica como uma postura colonizadora, segundo a qual a esquerda se colocaria como portadora da consciência correta, responsável por "conscientizar" os religiosos. Para ela, os próprios evangélicos devem ser os protagonistas do enfrentamento aos usos autoritários da religião. A tarefa da esquerda, nesse cenário, não é substituir esse protagonismo, mas reconhecer, apoiar e dialogar com ele.

Apesar disso, Tábata afirma que a esquerda precisa urgentemente desenvolver um **letramento religioso**. Esse letramento envolve compreender minimamente a gramática religiosa, as referências bíblicas, os sentidos simbólicos e afetivos que estruturam a vida cotidiana de milhões de brasileiros. Destaca que a extrema direita compreendeu profundamente esse terreno, especialmente por meio do uso dos testemunhos, das narrativas pessoais e das histórias de vida como instrumentos políticos.

Nesse ponto, Tábata dialoga diretamente com as falas de Lu Mendonça, Gláucia Nascimento e Pedro Silvino, ressaltando como seus relatos evidenciam o poder do testemunho. Avalia que a esquerda, de modo geral, falha ao não valorizar suficientemente histórias reais de pessoas reais, preferindo frequentemente discursos abstratos, conceituais ou excessivamente técnicos. Para ela, disputar o campo religioso implica disputar também narrativas, afetos e experiências concretas.

Ao aprofundar esse argumento, Tábata afirma que o letramento religioso passa, inevitavelmente, por algum nível de letramento bíblico. Ressalta que a Bíblia não é apenas um texto sagrado, mas também um livro histórico, político e simbólico, permanentemente interpretado e disputado. Em uma afirmação provocativa, declara que sua maior referência revolucionária não é Marx, nem Freud, mas Jesus Cristo, entendido como uma figura histórica profundamente subversiva, cuja mensagem foi capturada e distorcida

por projetos autoritários. Para ela, essa disputa simbólica é central e não pode ser abandonada.

Tábata cita experiências concretas que já vêm atuando nesse sentido, como a Igreja Betesda, mencionada por cursistas, e uma série de coletivos e articulações religiosas progressistas. Destaca a **Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito**, que atua na defesa do Estado laico e da democracia, e lembra que a Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa foi proposta por um pastor, Henrique Vieira, evidenciando que há disputas internas importantes no campo evangélico.

Menciona ainda iniciativas como **Novas Narrativas Evangélicas, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Católicas pelo Direito de Decidir**, além de grupos católicos como o **Emaús** e articulações ligadas à **Economia de Francisco e Clara**, que propõem alternativas econômicas e sociais inspiradas em valores cristãos humanistas. Para Tábata, esses exemplos demonstram que não se trata de "inventar a roda", mas de reconhecer, fortalecer e dialogar com experiências já existentes.

Um ponto central de sua fala é a distinção entre dialogar **para** os evangélicos e dialogar **com** os evangélicos. Essa diferença, segundo ela, é fundamental para romper práticas colonizadoras e construir relações políticas horizontais. O mesmo raciocínio se aplica aos católicos, cuja participação política precisa ser analisada de forma mais cuidadosa, especialmente diante do apoio expressivo que setores católicos ofereceram à extrema direita nos últimos anos.

Na parte final de sua intervenção, Tábata responde às questões sobre estratégias futuras. Afirma que é urgente investir em formação política permanente, mas alerta que esse investimento não pode ser restrito a períodos eleitorais, como 2026. Considera profundamente equivocada a ideia de que o diálogo com religiosos deve ocorrer apenas por meio de ajustes de linguagem em campanhas eleitorais, classificando essa postura como oportunista e colonizadora.

Destaca a importância de retomar espaços de sociabilidade historicamente ocupados pela esquerda, como os clubes de mães, hoje amplamente capturados por grupos antifeministas. Observa que mulheres comuns, com problemas cotidianos, têm buscado nesses espaços respostas para sofrimentos reais, como depressão pós-parto, solidão, violência doméstica e sobrecarga emocional. Para Tábata, tratar essas mulheres como "burras" ou "alienadas" é um erro político grave, pois ignora suas experiências e necessidades concretas.

A pesquisadora encerra sua fala refletindo sobre categorias centrais da esquerda, como liberdade, feminismo e emancipação. Retoma a provocação feita por Mané Gabeira sobre redenção e afirma que a extrema direita possui um projeto claro de redenção, ainda que autoritário e excludente. Questiona, então, qual é o projeto de redenção da esquerda, sugerindo que há uma lacuna simbólica e narrativa nesse campo.

Segundo Tábata, essa lacuna está relacionada à ausência de uma gramática capaz de dialogar com valores profundamente enraizados no cotidiano popular. Termos como redenção, libertação, testemunho e livramento fazem parte do vocabulário religioso e mobilizam sentidos que a esquerda, muitas vezes, não sabe traduzir politicamente. Por isso, defende a necessidade de incorporar linguistas, semióticos e comunicadores às estratégias políticas da esquerda, capazes de compreender e disputar o poder das palavras. Conclui reafirmando que o enfrentamento ao feitiço da extrema direita não virá de uma solução única ou

externa, mas de um processo coletivo, enraizado na escuta, no diálogo, no reconhecimento das experiências religiosas progressistas e na construção de novas gramáticas políticas capazes de articular justiça social, democracia, dignidade humana e sentido de vida.

4.2 . Ricardo Galvanese

Ricardo Galvanese inicia sua intervenção reconhecendo que as questões trazidas pelos cursistas são numerosas e complexas, e que o ideal seria dispor de mais tempo para tratá-las com a profundidade necessária. Ainda assim, em respeito ao horário e ao grupo, propõe pontuar alguns eixos fundamentais de forma rápida, buscando amarrar temas que apareceram nas falas – especialmente as observações de Eriston, Mané e Givanildo – e oferecer uma chave de leitura mais estruturante para compreender a extrema direita e seu modo de operação.

Ele retoma a pergunta de **Eriston**, sobre a juventude que cresceu associando "governo" à esquerda e, por isso, tende a perceber o impulso de mudança como "tirar a esquerda". Ricardo concorda que esse é um dado real, mas argumenta que a extrema direita opera a partir de um mecanismo decisivo: o **diversionismo**, articulado ao discurso **antissistema**. Para ele, o "antissistema" da extrema direita não é uma crítica ao sistema real de exploração, mas uma captura da insatisfação popular para desviá-la do alvo verdadeiro. A insatisfação social – que poderia se converter em crítica às estruturas econômicas e ao modo de apropriação da riqueza – é canalizada para inimigos imaginados ou para problemas deslocados, reorganizando o ódio e a frustração contra alvos que não atingem o núcleo do poder.

Ricardo sustenta que essa estratégia é antiga. Para ilustrar, recorre ao caso de **Mussolini**, lembrando que ele foi sindicalista e ligado à esquerda antes de se tornar um dos principais nomes do fascismo. A "sacada" de Mussolini, segundo ele, foi perceber que poderia ganhar mais aderindo ao jogo da grande burguesia: criar uma forma de legitimação do capitalismo que mobiliza as massas e as integra ao projeto de dominação. O problema central do capitalismo, diz Ricardo, é justamente seu déficit de legitimidade: sendo um sistema de exploração e expropriação de uma maioria por uma minoria, precisa produzir narrativas que façam as pessoas aceitarem a desigualdade como natural ou inevitável. O diversionismo é a operação política que resolve esse impasse: desloca o olhar da população do conflito material real para conflitos simbólicos, morais ou identitários que protegem o núcleo econômico do sistema.

A partir daí, Ricardo propõe uma distinção que considera decisiva: as opressões de gênero, raça e sexualidade existem e são concretas – e, portanto, devem ser enfrentadas –, mas seu funcionamento não pode ser separado do eixo material da **distribuição de renda** e das condições reais de vida. Ele exemplifica afirmando que há diferenças profundas entre ser uma pessoa negra rica e uma pessoa negra periférica; entre ser mulher rica e mulher pobre; entre ser LGBT em situação de miséria e ser LGBT com riqueza e proteção social. O elemento decisivo, nesse sentido, é o modo como as relações materiais organizam a vida e a desigualdade. Assim, quando a extrema direita introduz e hipertrofia a chamada **"pauta de costumes"**, ela puxa a luta social para uma arena em que a esquerda, ao responder defensivamente (com razão moral e histórica), corre o risco de perder de vista o centro do conflito: a economia política da exploração.

Ricardo observa que a extrema direita é "identitária" desde a origem, pois é ela quem joga o conflito social para o terreno da identidade para evitar que a população enxergue a estrutura econômica. A esquerda, ao

proteger direitos, pode ser tragada para uma disputa em que a questão de classe desaparece do debate cotidiano. O desafio, então, não é abandonar o combate às discriminações; é situá-lo numa narrativa pública que recoloque a desigualdade material no centro, sem abrir mão do compromisso com direitos. Nesse ponto, ele reconhece que a luta pela **escala 6x1** é exemplar: quando o discurso se conecta com tempo de vida, família e saúde, a extrema direita tem mais dificuldade de neutralizar a pauta, porque o debate volta ao concreto da vida e do trabalho.

A seguir, Ricardo desenvolve um segundo eixo: a extrema direita também usa diversionismo quando se apropria do discurso antissistema para atacar a **democracia**, e não o capitalismo. Ele afirma que quem historicamente foi antissistema foi a esquerda; mas o "sistema" não é a democracia. A democracia é, para ele, uma conquista importante produzida dentro das contradições do sistema. O sistema real é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida: a sociedade produz, uma minoria concentra, e o restante vive sob insegurança e privação. Quando a extrema direita se diz antissistema, ela se apresenta como alternativa à ordem vigente, mas o alvo principal é o sistema democrático, pois ele ainda permite algum conflito público, direitos e limites institucionais.

Ricardo então contesta leituras que afirmam que o Brasil vive formalmente numa ditadura. Do ponto de vista institucional, afirma, há elementos democráticos: eleições, separação de poderes, devido processo legal, pluralidade partidária. Isso é relevante e não pode ser desprezado. O problema, para ele, não é "democracia demais", mas **democracia de menos**. O caminho não é atacar a democracia, e sim **aprofundá-la**.

Nesse ponto, propõe uma visão em camadas: é preciso avançar de uma democracia apenas formal para uma democracia mais densa. Primeiro, fortalecer e intensificar a **democracia política**, superando o modelo estritamente representativo e delegativo e avançando para formas deliberativas e diretas, com participação popular real em decisões relevantes. Ele provoca: após sucessivos governos progressistas, quantos plebiscitos e referendos estruturantes foram realizados? Para ele, a democracia precisa incluir o povo na deliberação sobre aquilo que lhe diz respeito coletivamente – sobretudo a produção e distribuição da riqueza.

Em seguida, defende explicitamente a necessidade de construir **democracia econômica**, isto é, mecanismos de democratização da economia. Lembra que, sem democracia política, a democracia econômica tende a fracassar; e, por outro lado, ficar apenas na democracia política formal, sem democratização econômica, permite que a burguesia se mantenha incólume enquanto a política gira numa disputa superficial. Como referência para esse debate, menciona **Ladislau Dowbor**, como autor e economista que trabalha a noção de democracia econômica e poderia contribuir para essa discussão.

Ricardo amplia ainda mais o horizonte ao afirmar que esse movimento deve alcançar também uma **democracia cultural**, que reconheça e respeite a multiplicidade de visões religiosas e de mundo, e uma **democracia comportamental**, ligada ao direito das pessoas de viverem suas identidades, afetos, sexualidades e formas de existência com liberdade e dignidade. Para ele, a disputa democrática é multidimensional, mas precisa ser estruturada sem cair no diversionismo: mantendo o eixo econômico como central, sem abandonar direitos.

Outro ponto importante de sua fala é o debate sobre o "nós contra eles". Ele recomenda a leitura de

"Como funciona o fascismo", de Jason Stanley, apontando que o fascismo se alimenta dessa lógica de polarização existencial. Para Ricardo, a extrema direita opera a política como guerra, como relação de inimigo. Essa lógica é antidemocrática. Na democracia, o outro é adversário – não inimigo. Preservar esse patamar civilizatório é essencial, inclusive para impedir que o campo político se transforme numa disputa de eliminação.

Na parte final, Ricardo aborda diretamente as questões religiosas e a "teologia do domínio", articulando-a com a "teologia da prosperidade". A teologia da prosperidade, ele explica, associa prosperar materialmente à bênção divina; já a teologia do domínio acrescenta um passo: a ideia de que Deus pode usar até o "ímpio" ou o "infiel" para cumprir sua vontade, mobilizando narrativas veterotestamentárias (como a figura de Ciro) e justificando alianças e projetos de poder. Ele afirma que esse tipo de raciocínio é forte em setores evangélicos e também aparece em segmentos católicos ultraconservadores.

Ricardo sugere que parte do enfrentamento passa pelo que Tábata chamou de letramento religioso: perceber que há, no cristianismo, representações distintas de Deus e, portanto, disputas simbólicas possíveis. Ele contrasta uma leitura que privilegia o Deus da justiça e da guerra (mais associada a certas narrativas do Antigo Testamento) com outra representação – o Deus do amor – que se relaciona ao Novo Testamento. Menciona, inclusive, a imagem formulada por Bento XVI (em Deus Caritas Est), segundo a qual a cruz é uma confrontação entre justiça e amor, para sugerir que há caminhos de diálogo que não passam por colonização nem por imposição, mas por abertura de sentidos e de gramáticas.

O encerramento de Ricardo desloca a análise para o campo das emoções, que ele considera decisivo para a política contemporânea. Segundo ele, o neoliberalismo produz **apatia**: o sujeito vê sofrimento extremo (miséria, violência, morte) e não se sensibiliza; naturaliza a desigualdade. O neofascismo, por sua vez, acrescenta à apatia uma emoção mobilizadora: a **antipatia**, o ódio. O ódio engaja, dá visibilidade, organiza comunidade negativa, cria pertencimento por oposição. Ele observa que isso é amplificado por redes e estratégias de comunicação que recompensam a polarização.

Contra esse circuito destrutivo, Ricardo afirma que o campo democrático-popular precisa trabalhar outras categorias afetivas: **empatia** e **simpatia**. Empatia é sentir em si a dor do outro; simpatia, no sentido que ele propõe, é transformar esse sentimento em ação, em compromisso e prática transformadora. Não basta comover-se; é preciso agir. A política emancipatória, nesse sentido, não se sustenta só em conceitos: os conceitos ajudam a organizar a compreensão, mas o jogo real se trava no terreno emocional, simbólico e comunitário.

Ele encerra reforçando a importância da **fraternidade concreta**, da comunidade que oferece pertencimento e resposta a necessidades reais. Observa que grupos extremistas atraem pessoas porque oferecem identidade ("você é dos nossos") e rede de ajuda ("estamos juntos"), inclusive por meio de práticas cotidianas: consumo entre pares, apoio econômico, reciprocidade, assistência. Lembra que historicamente muitas organizações se legitimaram por oferecer respostas imediatas a problemas imediatos – e que o movimento popular não pode ignorar isso. As pessoas querem luta coletiva, mas também precisam de acolhimento diante de crises pessoais, familiares e materiais. Para Ricardo, reconstruir esse tecido solidário – em sindicatos, movimentos, associações, coletivos e territórios – é parte indispensável do enfrentamento ao autoritarismo religioso e político.

PAINEL IV

O PAPEL DOS SINDICATOS EM 2026

Encerrando o curso, o painel foi realizado na **manhã de 10 de outubro de 2025** *e teve como proposta refletir sobre os desafios e tarefas estratégicas do sindicalismo brasileiro no próximo período, especialmente diante das disputas políticas, eleitorais e sociais que marcam o horizonte de 2026. A mesa contou com as contribuições de* **Edson Carneiro (Índio)** *e* **Manoel Elídio Rosa (Mané Gabeira)**, *ambos da Direção Nacional da Intersindical, com coordenação de* **Eriston Ferreira**, *do Sindifort. O debate buscou reafirmar o papel dos sindicatos como sujeitos políticos centrais na defesa de direitos, na organização da classe trabalhadora e na construção de um projeto popular para o país.*

ABERTURA DO PAINEL

Eriston Ferreira, *presidente do SindiFort (Fortaleza/CE) e Secretário de Defesa do Serviço Público da Intersindical.*

Eriston Ferreira inicia sua intervenção saudando todas e todos os presentes e marcando simbolicamente a abertura do último painel do curso, destacando desde o início a densidade política, a qualidade das informações e a riqueza do conhecimento acumulado ao longo dos dias de formação. Para ele, encerrar aquele ciclo de debates não era apenas uma formalidade, mas um momento carregado de significado, justamente por sintetizar um processo coletivo intenso, que combinou teoria, troca de experiências e reflexão estratégica sobre o papel do movimento sindical.

Ao assumir a coordenação da última mesa, Eriston compartilha uma conversa informal ocorrida na noite anterior, durante a confraternização, quando Mané Gabeira avaliou a profundidade do curso e expressou a preocupação sobre como avançar depois de tantas contribuições qualificadas. A partir desse diálogo, Eriston formula uma ideia central de sua fala: o conhecimento produzido só ganha sentido real quando é apropriado pela militância e transformado em prática. As análises, conceitos e diagnósticos apresentados ao longo do curso são comparados a ingredientes de um bolo – permanecem apenas como insumos se não houver quem os misture, quem os transforme em algo concreto e, sobretudo, quem seja capaz de criar novas receitas a partir deles. Para Eriston, essa capacidade de transformação é a ousadia que o movimento sindical precisa desenvolver com mais intensidade.

Nesse ponto, ele amplia a reflexão para além da Intersindical e faz uma crítica ao movimento sindical como um todo. Segundo Eriston, há uma concentração excessiva de energias na manutenção de estruturas e posições de poder, o que acaba produzindo vazios políticos e organizativos. Esses vazios, alerta ele, nunca permanecem desocupados: na política, não existe espaço neutro. Por isso, Eriston afirma que a Intersindical se encontra diante de uma grande oportunidade histórica: ocupar as zonas abandonadas pelo sindicalismo tradicional, justamente a partir de processos de formação como aquele curso, que estimulam reflexão crítica, coesão política e elaboração estratégica coletiva.

Ele relembra que a ideia do curso surgiu no ano anterior, quando a nova direção do SindForte assumiu a presidência com a percepção de que era necessário qualificar politicamente sua diretoria e fortalecer sua coesão interna. A partir desse diagnóstico, o diálogo com Pedro Otoni foi decisivo para estruturar o projeto. Eriston destaca a capacidade organizativa da Secretaria de Formação da Intersindical, que rapidamente transformou uma ideia política em um curso estruturado, posteriormente sistematizado e registrado em material impresso. A realização da segunda edição, segundo ele, confirma que não se tratava de uma iniciativa pontual, mas de um caminho que precisa ser aprofundado, com novos cursos e novos espaços de formação.

Eriston também enfatiza que a formação não se resume à transmissão de conteúdos. Ele ressalta a importância dos momentos de convivência, troca informal e socialização, como a confraternização realizada durante o curso. Para ele, esses espaços são politicamente relevantes, pois é muitas vezes nos bastidores, nas conversas fora da programação oficial, que se constroem vínculos, se aprofundam consensos e se

gestam transformações mais duradouras. Em tom bem-humorado, reconhece que as responsabilidades da presidência hoje limitam sua participação nesses momentos como no passado, mas reafirma que são nesses espaços aparentemente simples que, historicamente, muitas mudanças políticas começaram a tomar forma.

Na sequência, Eriston compartilha um testemunho pessoal que conecta sua trajetória individual à construção coletiva da Intersindical. Ele recorda o ano de 2008, quando foi incentivado por uma então presidenta do SindForte a ingressar na diretoria do sindicato, decisão que abriu caminho para sua formação política e sindical. Foi nesse processo que conheceu a Intersindical, por meio de dirigentes como Índio e BIG, o que representou, segundo ele, uma oportunidade decisiva em sua vida militante. Eriston ressalta que houve debates e comparações com outras centrais sindicais, mas que a escolha pela Intersindical se deu por reconhecer nela valores coerentes com os interesses históricos da classe trabalhadora.

Ele relembra a participação no Conclat e em todo o processo de construção da central, destacando que, apesar de ainda jovem enquanto organização, a Intersindical carrega valores sólidos e um grande potencial de crescimento. Eriston afirma que, desde 2010, aprendeu profundamente na convivência militante com dirigentes que considera referências políticas e éticas, mencionando com orgulho aqueles que compõem a mesa naquele momento.

Ao encaminhar a composição da mesa, Eriston faz um reconhecimento explícito a Mané Gabeira, a quem se refere como mestre e referência política fundamental, destacando que não existe graduação universitária capaz de formar dirigentes sindicais e lutadores populares. O conhecimento que importa, afirma, é aquele construído na prática, na ousadia, na dedicação e na capacidade de transformar ideias em ação concreta. Na mesma linha, apresenta Edson Carneiro, o Índio, ressaltando sua trajetória como dirigente que alia reflexão política, experiência organizativa e compromisso militante, tendo exercido papel central na direção da Intersindical.

Encerrando sua fala, Eriston contextualiza o tema do painel – o papel dos sindicatos em 2026 – como uma missão estratégica de enorme relevância. Ele destaca que o próximo período exigirá capacidade de transformar todo o conhecimento acumulado no curso em ações concretas, enraizadas nas bases e conectadas aos desafios reais da classe trabalhadora. Por isso, afirma que nada seria mais adequado do que iniciar esse debate com duas referências do movimento sindical, capazes de ajudar a militância a pensar caminhos, estratégias e tarefas para o próximo ciclo de lutas.

Com isso, Eriston lembra o sentido coletivo do curso e a necessidade de que a formação se converta em prática política organizada, capaz de responder aos desafios decisivos que se aproximam.

1. EXPOSIÇÃO DE MANOEL ELÍDIO ROSA "MANÉ GABEIRA"

Manoel Elídio Rosa, mais conhecido como "Mané Gabeira", é geógrafo, bancário e sindicalista. Atualmente, ele exerce a função de dirigente da CONTRAF e é o Secretário Nacional de Finanças da Intersindical.

Mané propõe abrir a exposição com um resgate geral, deixando para o colega a parte mais diretamente ligada às lutas recentes, e anuncia quatro tópicos que orientam sua intervenção: **(1)** a transformação do mundo do trabalho; **(2)** a resistência sindical; **(3)** as forças sociais hoje disponíveis para reorganização e luta, especialmente nos setores desorganizados; e **(4)** como romper o cerco ideológico neoliberal, recolocando a politização como tarefa central do sindicalismo.

No primeiro eixo, Mané argumenta que **a transformação do trabalho é uma realidade transversal às categorias**, marcada pela substituição de tarefas humanas por automação, robótica e, mais recentemente, inteligência artificial. Para ele, isso produz desemprego tecnológico e agrava uma contradição fundamental: embora aumente a produtividade, os trabalhadores não conseguem se apropriar de parte desses ganhos. O resultado, em sua leitura, é a intensificação da concentração de riqueza nas grandes corporações, enquanto trabalhadores perdem direitos, saúde, moradia e estabilidade. Ele utiliza uma imagem para explicitar essa lógica: recorda a posse de Donald Trump e menciona que, ao lado do discurso de "defesa do trabalhador", estavam presentes os donos das grandes empresas de tecnologia. Mané interpreta isso como prova de que, por trás da retórica populista, opera a centralização do capital e a captura do poder político por interesses concentrados.

A partir desse diagnóstico, ele sustenta que o movimento sindical precisa recuperar coragem ideológica. Afirma que, na sua prática, sempre declara ser socialista e critica a "timidez" de setores da esquerda em afirmar o socialismo e, ao mesmo tempo, em criticar o capitalismo.

Para Mané, a miséria contemporânea é a miséria do capital: um modelo que caminha para a crise por sua dinâmica de concentração e centralização. Por isso, defende que o primeiro embate sindical é explicitar o caráter destrutivo desse modelo e apresentar alternativas concretas e estratégicas dos trabalhadores – não apenas melhorias pontuais, mas um horizonte de transformação social, com debate sobre propriedade, projeto nacional e outro tipo de organização econômica. Ele avalia que muitos trabalhadores não acompanham os sindicatos porque percebem, no discurso sindical, apenas uma promessa de pequenas mudanças, sem ruptura com o que sustenta a desigualdade.

Ainda no primeiro eixo, Mané reconstrói mudanças estruturais na organização produtiva. Contrasta a formação do capitalismo industrial – quando as fábricas concentravam trabalhadores, criando convivência cotidiana, identidade coletiva e condições para o surgimento de sindicatos e do movimento socialista – com o modelo atual, fragmentado. Ele menciona a transição do fordismo para o toyotismo e enfatiza a flexibilização e a dispersão produtiva, combinadas com a exigência de polivalência: o trabalhador precisa fazer "tudo". Usa exemplos concretos para ilustrar: do trabalhador de serviços que acumula múltiplas funções, ao bancário-gerente que abre agência, resolve tarefas administrativas, vende produtos e cumpre metas, acumulando responsabilidades antes distribuídas. O efeito central desse modelo, segundo ele, é a cobrança de produtividade crescente e contínua, que corrói condições de vida e trabalho.

Nesse ponto, Mané destaca um tema que considera estratégico para reconstruir representatividade sindical: o adoecimento, especialmente o adoecimento psíquico. Afirma que, em sua categoria, uma parcela enorme está adoecida, recorrendo a medicamentos, "tarja preta" e outras formas de sobrevivência sob pressão. Para ele, colocar as condições de trabalho no centro – metas, assédio, ritmos, jornadas, saúde mental – é hoje uma tarefa fundamental do sindicalismo, porque responde a uma dor real e difusa da classe trabalhadora. E, ao fazê-lo, o sindicato volta a atrair trabalhadores que estão desesperados por alguém que nomeie o problema e organize respostas coletivas.

Mané conecta essa crise do trabalho à conjuntura histórica global. Argumenta que, apesar das críticas às experiências socialistas do século XX, a existência da União Soviética obrigou o capital a realizar concessões e construir formas de bem-estar social em diversos países: ampliação de direitos, redução de jornada, saúde, previdência, aposentadoria. Com o fim da URSS, diz ele, o capitalismo se sentiu livre para "acelerar" e recuperar o que teria cedido, inaugurando um ciclo de ataques que se expressa na doutrina neoliberal. Em sua definição, neoliberalismo é a defesa de liberdade total para o capital e um darwinismo social: o Estado se desresponsabiliza por saúde e educação, reduz-se à segurança e à justiça, e as pessoas são empurradas ao "cada um por si". O núcleo subjetivo desse processo é o individualismo: a ideia de que o indivíduo "se basta", embora esteja sem capital e sem proteção, travando uma luta desigual e solitária.

Ele ilustra essa captura ideológica com a mudança de linguagem nas empresas: o trabalhador vira "colaborador"; quem está fora do mercado formal é "empreendedor". Mané ironiza a ilusão de que todos podem "virar capitalistas", enquanto a realidade é de precarização e vulnerabilidade. Em seguida, estabelece um vínculo entre neoliberalismo e fascismo contemporâneo.

Para ele, o fascismo teria uma "honestidade" brutal: admite que não há espaço para todos e que setores vulneráveis serão descartados. Cita Bolsonaro para sintetizar esse princípio: quem quiser emprego não tem direito. Nessa leitura, o fascismo é ultraliberal: elimina direitos, preserva apenas o Estado repressivo e aprofunda o desmonte do Estado social. É por isso que consegue se apresentar como "antissistema": na prática, é contra o sistema democrático-liberal que ainda garante alguns direitos mínimos.

Ao olhar para a Europa, Mané exemplifica o funcionamento do fascismo atual pela perseguição aos imigrantes. Segundo ele, partidos de extrema direita constroem o imigrante como "mal da humanidade" e, mesmo assim, conquistam apoio social amplo. Ele associa isso a uma herança histórica colonial e supremacista do continente, que produz rejeição ao estrangeiro, especialmente ao mais precarizado. Nessa chave, o fascismo desloca o inimigo: não é o monopólio, o imperialismo ou o capitalismo que explicam a crise social – são os imigrantes. Mané resume essa lógica de modo direto: **o fascismo é "o fim do Estado para o pobre"**.

No segundo eixo, sobre resistência sindical, Mané afirma que o sindicato precisa articular luta concreta e politização cotidiana. Reconhece que a base de muitos sindicatos é conservadora, mas critica a postura de dirigentes que evitam falar de política para não "perder" a base. Para ele, isso enfraquece ainda mais o sindicato, porque entrega a disputa ideológica ao adversário. Como evidência, menciona uma tese acadêmica de um bancário que comparou, por cinco anos, a comunicação sindical de Santos e São Paulo e concluiu que o sindicato de Santos seria mais politizado, trazendo com mais frequência temas políticos do cotidiano. Isso, em sua visão, fortalece a identidade sindical e a capacidade de mobilização. **A política, portanto, não é um "acessório": é condição de resistência**.

Mané então faz uma marcação de conjuntura: o mundo estaria "meio a meio" entre setores democráticos (inclusive liberais) e o fascismo. Para ele, não há espaço para vacilação: **o inimigo principal é o fascismo, e derrotá-lo é um dever histórico do movimento sindical e da esquerda**. Sustenta que, se o fascismo avançar, o futuro será de mais violência e discriminação, podendo empurrar a sociedade para situações-limite. Daí deriva outra consequência: para derrotar o fascismo, é necessário trabalhar com frentes amplas, com unidade em bandeiras comuns. Ele alerta que, se cada militante buscar apenas o "novo" ou a pureza total, ficará isolado, porque divergências existirão mesmo entre aliados. A tarefa, então, é reunir o maior número possível de forças, definir bandeiras de unidade e construir maioria social para enfrentar a extrema direita, sem abrir mão do horizonte estratégico e do sonho de transformação.

Nesse sentido, reafirma o socialismo como horizonte. Para Mané, não basta "socialdemocracia"; é preciso sustentar a ideia de que a classe trabalhadora é maioria, produz a riqueza e pode reverter a ordem existente – desde que se organize e acumule força. Ele acrescenta outro vetor central: **o combate ao imperialismo**. Retoma uma fala atribuída a Breno e sustenta que o imperialismo, hegemonizado pelos Estados Unidos e com a Europa como aliada subordinada, opera para controlar recursos e relações comerciais no mundo. Afirma que, quando países buscam ampliar soberania sobre recursos naturais e suas políticas internas, passam a ser atacados – e descreve esse processo como "guerras híbridas", combinando ofensiva política, econômica, comunicacional e, se necessário, militar.

Para exemplificar, Mané interpreta a Lava Jato e o impeachment de Dilma como parte de um ataque a um projeto de soberania sobre o pré-sal. Explica o regime de partilha como mecanismo de destinar parte da renda do petróleo para saúde e educação, comparando-o à experiência norueguesa de formação de fundo soberano e proteção social. Segundo ele, após a queda de Dilma, uma das primeiras medidas teria sido o fim do regime de partilha e a abertura para leilões e venda de reservas. Ele usa, ainda, exemplos do setor de construção civil, afirmando que empresas brasileiras perderam espaço internacional após a Lava Jato, e que esse espaço foi ocupado por empresas chinesas – como ilustração de como disputas geopolíticas e econômicas impactam emprego, indústria e projeto nacional.

A partir daí, Mané defende a reindustrialização como condição de dignidade nacional. Argumenta que nenhum país garante bem-estar vendendo apenas soja e minério sem agregar valor e desenvolver tecnologia. Para ele, o Brasil precisa negociar com potências de forma soberana, exigindo transferência tecnológica, e cita a Coreia do Sul como exemplo histórico de industrialização protegida por política de Estado. Essa defesa conduz a um ponto central: quem melhora a vida do Brasil é o Estado brasileiro, e por isso o Estado deve ser fortalecido, não reduzido.

O mercado, afirma, não resolve desigualdades estruturais: o Estado é o instrumento para crédito, planejamento, investimento, indução industrial e proteção social. Assim, também é necessário enfrentar a demonização do serviço público e defender os trabalhadores públicos como parte do projeto de Estado social capaz de garantir saúde, educação, transporte e segurança para o povo.

Ele alerta para a reforma administrativa como ameaça imediata e afirma que será necessário ir às ruas contra essa agenda, não apenas com servidores, mas com todo o movimento sindical. E volta a um diagnóstico político: mesmo com a vitória eleitoral de 2022, forças do retrocesso permanecem majoritárias no Congresso e com influência social. Por isso, reafirma que o país está polarizado e que o movimento sindical não deve temer a polarização: deve polarizar "no concreto", mobilizando em torno de medidas

que mexam na vida do povo. Ele avalia positivamente a mudança de linha do governo quando este passou a disputar e polarizar em vez de apenas receber ataques.

No terceiro eixo, Mané afirma que existem forças para serem despertadas, mas que hoje elas estão especialmente nos setores desorganizados, informalizados e precarizados. Defende que o sindicalismo deve apoiar essas lutas – de aplicativos e "sem direitos" – sem postura de tutela ou "cartilha", mas potencializando organização e solidariedade, porque a informalização tende a atingir também os setores hoje formalizados. Para ele, é indispensável enfrentar ideologicamente o empreendedorismo, o individualismo e o "cada um por si", reafirmando que a força dos trabalhadores é coletiva e depende de organizações, articulações e alianças mais amplas do que um sindicato isolado.

Nesse caminho, Mané insiste em duas tarefas práticas: recuperar mobilização salarial e voltar a valorizar a negociação coletiva como mecanismo estruturante de direitos. Cita um exemplo de exploração para mostrar o desajuste entre jornada e remuneração: trabalhadores que, após descontos e custos como plano de saúde privado, ficam com renda insuficiente. Para ele, sindicatos precisam sair de certa acomodação, retomar greves, ir às ruas e chamar a base para a disputa por salário e vida digna, ao mesmo tempo em que demonstram aos setores desorganizados que direitos se constroem com organização coletiva e negociação.

Ele aponta também um problema estrutural de sustentação sindical: com queda de sindicalização e contribuições, muitos sindicatos estariam financeiramente inviáveis, alguns vendendo sedes para cumprir obrigações trabalhistas. Assim, defende que uma tarefa estratégica é recuperar garantias institucionais para organização e sustentação do movimento sindical, articulando pressão junto ao Executivo e ao Congresso para criar condições mínimas de sobrevivência e atuação sindical.

Na conclusão, Mané retorna ao quarto eixo: romper o cerco ideológico neoliberal exige disputar a juventude e disputar comunicação. Para ele, a juventude sofre ataques, enfrenta barreiras educacionais e precarização, mas também é um setor com potencial de luta e renovação de quadros, inclusive por não estar submetida do mesmo modo ao medo imediato da demissão. Defende que o movimento sindical deve apoiar lutas juvenis e formar novas lideranças. Ao mesmo tempo, aponta fragilidades profundas da esquerda e dos sindicatos nas redes sociais, dizendo que a direita está muito à frente na comunicação. Propõe que haja cursos e formação para atuação digital, mas insiste que isso não substitui o trabalho presencial: é preciso combinar "pé no barro" com "mão no celular", retomando a ideia de que o sindicalismo de 2026 exige presença territorial e presença comunicacional.

Para demonstrar que é possível organizar sindicatos de massa, Mané elogia experiências concretas de mobilização, mencionando o exemplo de um sindicato municipal que conseguiu reunir centenas de pessoas em reuniões e processos internos, atribuindo isso a trabalho contínuo, presença de base e capacidade de combinar estratégia digital com prática cotidiana. Finaliza lembrando que, em uma cartilha anterior, o movimento sindical já havia sistematizado "dez desafios" que permanecem atuais. E conclui com uma convocação direta: não haverá trégua; será necessário lutar, polarizar e organizar, porque a conjuntura exige firmeza, acúmulo e reconstrução de força coletiva.

Assista no YouTube: *Mané Gabeira - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

2. EXPOSIÇÃO DE EDSON CARNEIRO "ÍNDIO"

Edson Carneiro "Índio" é sociólogo, bancário e sindicalista. Ele é atualmente dirigente da Intersindical e da FETEC, tendo sido secretário-geral da Central por dois mandatos. Atualmente, tem se dedicado a contribuir com os debates e a organização de trabalhadores em plataformas digitais, com foco especial nos entregadores por aplicativos.

Edson Carneiro, o Índio, inicia sua intervenção reconhecendo a intensidade dos debates anteriores e destaca que sua fala dialoga diretamente com a exposição de Mané Gabeira, com quem compartilha décadas de militância sindical. Essa trajetória comum, segundo ele, permite uma sintonia política que o autoriza a tratar o tema das tarefas para 2026 de forma direta e sem rodeios.

Desde o início, Índio estabelece um ponto central que atravessa toda a sua fala: **não há tarefa sindical mais importante em 2026 do que derrotar a extrema direita e reeleger o presidente Lula, elegendo também um Congresso comprometido com os trabalhadores**. Para ele, essa afirmação não é simplista nem eleitoralista, mas uma conclusão baseada na experiência concreta dos últimos dez anos. O golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, lembra, foi tratado por muitos como um ajuste político passageiro, mas produziu efeitos devastadores e duradouros: aprofundou a precarização do trabalho, destruiu empregos formais e industriais, privatizou e sucateou o serviço público, ampliou terceirizações e pejotização, desmontou a proteção previdenciária, atacou a Justiça do Trabalho e recolocou a fome como realidade social no país.

Índio insiste que o bolsonarismo não foi um acidente, mas a expressão consciente de um projeto que explicitou sua lógica ao afirmar que o trabalhador deveria escolher entre ter emprego ou ter direitos. A maioria da população, recorda ele, acabou votando nessa tese em 2018, e o resultado foi exatamente o prometido: um país de bicos, informalidade, trabalho por aplicativos e destruição das bases materiais do sindicalismo. Mesmo com a derrota eleitoral da extrema direita em 2022, ele alerta que o cenário segue instável e perigoso. A vitória foi apertada, o Congresso permanece majoritariamente conservador e liberal, e o risco de retorno da extrema direita é real.

"Impedir o retorno da extrema direita é uma questão de sobrevivência do movimento sindical."

A partir desse diagnóstico, Índio rejeita a ideia de neutralidade ou de "terceira via". Para ele, **não existe terceiro campo possível na conjuntura atual**. A polarização não é uma escolha subjetiva, mas uma realidade objetiva do conflito político. Qualquer tentativa de se afastar desse embate, de relativizar a centralidade da disputa eleitoral ou de priorizar agendas fragmentadas contribui, mesmo que indiretamente, para fortalecer a extrema direita.

Ele afirma que não se trata de ignorar os limites, erros e contradições do governo Lula, mas de compreender que, sem a manutenção desse governo, o movimento sindical corre o risco de não sobreviver como força social organizada.

Índio reforça que os sindicatos são uma construção histórica da classe trabalhadora, responsáveis por conquistas elementares como férias, descanso semanal, direitos das mulheres, proteção mínima no tra-

balho e políticas sociais. Essas conquistas foram destruídas em poucos anos, e a força política do sindicalismo hoje é muito menor do que há uma década. A credibilidade junto aos trabalhadores foi abalada por uma ofensiva ideológica permanente, e reconstruí-la exige disputa política direta, inclusive no terreno eleitoral.

"Não é hora de capitular diante do conservadorismo da base; é hora de disputar consciências."

Na sua avaliação, 2026 será um ano decisivo não apenas para defender salários e direitos, mas para definir os rumos do país. A reeleição de Lula e a eleição de parlamentares comprometidos com a pauta trabalhista são condições para avançar em temas estruturais: reindustrialização, fortalecimento do emprego público, formalização do trabalho, garantia de direitos para quem hoje não os tem e enfrentamento das novas formas de exploração impostas pelo capital digital. Ele alerta que figuras da direita liberal e da extrema direita já demonstraram, nos estados, sua disposição em privatizar tudo o que for possível e desmontar sindicatos de massa, especialmente na educação e na saúde.

Índio destaca que a Intersindical acertou ao eleger bandeiras concretas e compreensíveis para dialogar com a classe trabalhadora. Ele cita duas prioridades recentes: **o fim do imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais – insistindo que essa linguagem é mais clara do que o termo "isenção" – e o combate à escala 6×1**. Para ele, essas pautas têm força porque dialogam diretamente com a vida real dos trabalhadores, inclusive daqueles que hoje veem a CLT como algo pejorativo, mas sofrem na base da pirâmide salarial.

"Sem vitórias concretas, não há disputa ideológica que se sustente."

Ao mesmo tempo, Índio reconhece que não basta revogar a reforma trabalhista tal como foi aprovada. As novas formas de contratação, especialmente via aplicativos e plataformas digitais, escapam aos marcos legais tradicionais. O desafio, portanto, é estabelecer novos parâmetros, novas barreiras e novas regulações que impeçam o "vale tudo" patronal e restabeleçam direitos em um cenário de trabalho profundamente transformado. Essa disputa passa, necessariamente, pela política institucional e pela legislação, o que reforça a centralidade das eleições.

Outro eixo importante da fala de Índio é a defesa do Estado. Ele afirma que o discurso liberal de que o mercado resolve tudo precisa ser combatido frontalmente. O Estado é indispensável para induzir desenvolvimento, garantir direitos, organizar serviços públicos e enfrentar desigualdades históricas. O Brasil, lembra, ainda é um dos países com menor proporção de servidores públicos em relação à população, o que desmonta a narrativa de "Estado inchado". Defender o serviço público, a estabilidade e a contratação direta é, portanto, parte da defesa da classe trabalhadora como um todo.

"Defender o Estado não é burocratismo: é defender a possibilidade de direitos."

Índio também chama atenção para a disputa ideológica dentro da própria classe trabalhadora. Ele observa que setores com renda acima de cinco mil reais tendem a se afastar da identidade de classe, passam a se enxergar como "classe média liberal" e adotam discursos privatistas e antiestatais. Isso exige dos sindicatos uma atuação pedagógica permanente, capaz de recolocar valores de solidariedade, coletividade e pertencimento de classe no centro do debate.

Nesse sentido, ele defende que os sindicatos não podem evitar o debate político nos locais de trabalho, mesmo diante de bases conservadoras ou bolsonarizadas. Se o sindicato se cala, a direita ocupa o espaço. A experiência de 2022, segundo ele, mostrou que, mesmo enfraquecidos, os sindicatos ainda fazem diferença quando se engajam de forma organizada e persistente.

A fala de Índio incorpora ainda uma reflexão sobre o impacto das novas tecnologias e do controle algorítmico sobre o trabalho. Ele cita exemplos de demissões em massa baseadas em monitoramento digital, inclusive no home office, demonstrando que a tecnologia tem sido usada para intensificar a exploração e a vigilância, não para melhorar as condições de vida. Isso reforça a urgência de uma agenda sindical que enfrente a automação, a inteligência artificial e o poder das big techs a partir da regulação estatal e da organização coletiva.

"O algoritmo virou o novo capataz do trabalho."

Índio aborda a questão da sustentação financeira dos sindicatos. Reconhece que a ofensiva contra o sindicalismo após 2016 foi talvez a maior da história recente, deixando marcas profundas, sobretudo entre os jovens trabalhadores, que muitas vezes desconhecem o papel histórico dos sindicatos. Uma das alternativas apontadas é o fortalecimento da negociação coletiva como base de sustentação financeira, com contribuições aprovadas em assembleia após os acordos, prática já consolidada em categorias como a bancária. Para ele, essa saída reforça a democracia sindical e vincula diretamente a contribuição às conquistas obtidas.

Índio também concorda com as falas que destacaram o papel das opressões – racismo, machismo, LGBTfobia – como elementos estruturais do capitalismo brasileiro. Para ele, incorporar essas dimensões não é secundário, mas estratégico, pois amplia o diálogo com a maioria real da classe trabalhadora, formada majoritariamente por mulheres, negros e negras.

Outro ponto forte da sua intervenção é a centralidade da saúde do trabalhador. Índio afirma que o trabalho sempre adoeceu, mas que hoje o adoecimento mental e emocional se tornou predominante, impulsionado por metas abusivas, controle permanente e insegurança. O sindicato, muitas vezes, é o único espaço de acolhimento e defesa para trabalhadores adoecidos. Transformar essa pauta em eixo estruturante da ação sindical é, em sua visão, uma das principais portas de entrada para reconstruir militância, confiança e organização coletiva.

"Onde o trabalhador adoece, o sindicato precisa estar."

Na parte final, Índio reforça a necessidade de disputar comunicação e redes sociais, reconhecendo que a internet deixou de ser um espaço livre e passou a operar sob a lógica dos algoritmos, que privilegiam o

ódio, o sensacionalismo e o conservadorismo. Para ele, os sindicatos precisam investir em quadros jovens, formação em comunicação e estratégias que permitam furar esse "aquário" controlado pelas big techs, sem abandonar o trabalho de base presencial.

Encerrando sua fala, Índio reafirma duas bandeiras que, segundo ele, não podem ser abandonadas pela esquerda e pelo movimento sindical: a **igualdade** e a **soberania popular**. A autoridade política legítima, lembra ele citando experiências históricas, não vem do discurso acadêmico ou da retórica sofisticada, mas da luta concreta, da mobilização e da organização real. É essa autoridade que o sindicalismo precisa reconstruir para enfrentar o período que se aproxima.

Ele conclui convocando à luta: derrotar a extrema direita, reeleger Lula, fortalecer o Estado, reconstruir direitos e seguir organizando a classe trabalhadora em um mundo do trabalho profundamente transformado, mas ainda marcado pela exploração.

Assista no YouTube: *Edson Carneiro "Índio" - Formação de Dirigentes Sindicais 2025*

CONCLUSÃO

Esta revista é um esforço de **sistematização política e formativa** dos conteúdos, debates e aprendizados construídos ao longo do **II Curso de Formação de Dirigentes Sindicais - 2025**, realizado em Santos. Mais do que registrar atividades, ela busca organizar reflexões, experiências e formulações produzidas em um processo formativo concebido pela Intersindical como parte indissociável da prática sindical e da organização da classe trabalhadora.

Desde o início, ficou evidente que nenhum curso se realiza por iniciativa individual. A formação só se concretiza porque há dirigentes e militantes dispostos a interromper o cotidiano, reorganizar responsabilidades e dedicar tempo à análise da conjuntura, à troca de experiências e à qualificação da ação política. Por isso, o reconhecimento central deste trabalho dirige-se às e aos participantes que permaneceram ao longo dos três dias do curso, assumindo a presença como parte do compromisso com a luta coletiva.

O processo que deu origem a esta revista nasceu de uma demanda concreta: a necessidade de qualificar dirigentes sindicais, especialmente aqueles que passaram a assumir novas responsabilidades organizativas, assim como militantes experientes que enfrentam desafios distintos em um período de profundas transformações no mundo do trabalho. Dessa necessidade surgiu uma construção conjunta que permitiu realizar duas edições do curso, com densidade política, método participativo e impacto real na formação dos quadros sindicais.

Nesse percurso, teve papel decisivo o **Sindicato dos Bancários de Santos e Região e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza - SINDIFORT**, que acolheram o projeto desde sua primeira edição, oferecendo não apenas estrutura e apoio logístico, mas uma abertura política e militante que expressa compromisso com a formação como tarefa estratégica. O início imediato da organização de uma nova edição, após um curso bem-sucedido, revela responsabilidade coletiva e compreensão da centralidade da formação diante de uma conjuntura adversa.

Nesta edição, o curso foi pensado para uma militância com maior trajetória, com o objetivo de preparar melhor o enfrentamento do próximo período – objetivo que foi alcançado ao ampliar o repertório político e organizativo das e dos participantes.

A formação aqui sistematizada dialoga diretamente com os desafios imediatos da Intersindical, em especial a preparação para o próximo Congresso Nacional (2026). O processo formativo contribui para compreender a natureza dos debates que precisam ocorrer no Congresso e para qualificar a militância para intervir com mais consciência e consequência política. Trata-se de afirmar que o Congresso deve ir além de um encontro formal de sindicatos, incorporando diferentes expressões da classe trabalhadora, inclusive aquelas que hoje se encontram sem direitos, em ocupações urbanas ou em formas precárias de trabalho e organização.

O curso também permitiu sistematizar o momento político vivido pela classe trabalhadora em duas frentes principais. A primeira é a frente política e geopolítica, sintetizada, no período atual, pela disputa do poder global e nacional, que se relaciona com a reeleição do presidente Lula, compreendida como

tarefa de defesa de direitos, das estatais, do serviço público e de contenção de retrocessos. A segunda frente é o desafio estratégico de incorporar, de forma organizada, as novas expressões majoritárias da classe trabalhadora, especialmente aquelas com menor nível de organização formal, mas decisivas no mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse sentido, reafirma-se uma marca histórica da Intersindical: não se trata apenas de ampliar números ou somar sindicatos, mas de construir alternativas organizativas para setores que ainda não dispõem de instrumentos efetivos de proteção coletiva. Essa orientação, presente desde a fundação da Central, responde ao curso real da história do trabalho no país e precisa ser aprofundada no próximo período.

Por fim, esta revista reafirma que a formação não se encerra no curso. Ela se realiza cotidianamente, nas lutas, nas direções sindicais e no esforço permanente de compreender criticamente a realidade. Ideias só ganham consequência política quando se transformam em prática organizada e coletiva.

A **Secretaria Nacional de Formação da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora** agradece às e aos facilitadores, painelistas, equipes de apoio, ao coletivo **Bancários na Luta - Intersindical/SP**, ao **Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco** e a todas as militâncias envolvidas. Este trabalho é, ao mesmo tempo, memória do caminho percorrido e convite à continuidade da formação.

Que esta revista circule, seja compartilhada, debatida e apropriada nas entidades, nas bases e nos territórios. Repassá-la é parte da tarefa de multiplicar a formação e fortalecer a organização da classe trabalhadora.

Secretaria Nacional de Formação
Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Revista Formação Intersindical 2025 - Nº2

ORGANIZAÇÃO: Secretaria Nacional de Formação – Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

ENTIDADES PARCEIRAS:
Sindicato dos Bancários de Santos e Região
Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza - Sindifort
Sindicato dos Químicos Unificados – Regional Osasco
Bancários na Luta - Intersindical (SP)
Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Pedro Otoni – Secretário Nacional de Formação

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO E CONTEÚDO:
Pedro Otoni

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:
Ricardo Pessetti

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS:
Fernando Diegues e Fabiano Couto

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS:
Jhuly Esteves

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora